



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 99

QUARTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1994

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 581, de 12 de agosto de 1994, que "dispõe sobre os quadros de cargos do grupo-direção e assessoramento superiores – DAS – da Advocacia-Geral da União".

Congressistas	Emendas nº*
Deputado Augusto Carvalho	002
Deputada Maria Laura	001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 581, DE 12 DE AGOSTO DE 1994

Dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS da Advocacia-Geral da União.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprime-se o art. 4º da Medida Provisória nº 581, de 12 de agosto de 1994.

Justificação

O dispositivo que se pretende suprimir é um autêntico "contrabando palaciano" na medida provisória, condicionando a eficácia do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, à implantação de planos de carreira na Administração Federal. O referido parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.911 foi um dos mais notáveis avanços da Administração Pública ao determinar que apenas os cargos de confiança dos dois níveis hierárquicos superiores seriam, doravante, de livre provimento, devendo todos os demais ser providos apenas por servidores ocupantes de cargos efetivos.

É uma condição irracional e absurda e não merece a menor chance de acolhida. Primeiro, por ser matéria estranha ao objetivo da medida provisória. Segundo, porque torna letra morta a determinação de que todos os cargos de confiança inferiores aos dois mais elevados níveis hierárquicos da Administração sejam providos exclusivamente por servidores públicos ocupantes de cargos

efetivos. Esta regra, que impediria o loteamento fisiológico de cargos de confiança foi um enorme avanço no sentido de propiciar a profissionalização e o fortalecimento dos quadros da administração direta, autárquica e funcional, obrigando os dirigentes a recrutarem *intra máquina* os dirigentes até o nível de DAS – 4, pelo menos, e foi proposta pelo próprio Executivo. Todavia, manobras palacianas trataram de inviabilizar a sua aplicação: enquanto os referidos "planos de carreira" não forem aprovados – o que pode levar anos para ocorrer – não se aplica a exclusividade. Além disso, não é necessário estabelecer esta condição: a norma cuja aplicação fica condicionada não guarda relação de dependência com os "planos de carreira", mas sim de complementariedade: já vigora norma que limita o acesso a 50% dos cargos de DAS 1 a 3 a servidores "do quadro do órgão ou entidade"; em outros casos, há determinação de preferência para provimento de cargos por servidores de determinadas carreiras, conforme o órgão; mas nada justifica uma reserva ampla de cargos num determinado órgão ou entidade para servidores de uma carreira específica, regida por determinado plano.

Sob o manto de uma pretensa sujeição a planos de carreira, o que o art. 4º faz é "melar" indefinidamente a aplicação da regra, que teria como efeito o impedimento de que Ministros de Estado e o Presidente da República possam prover os milhares de cargos de confiança de nível mais baixo com pessoas estranhas ao serviço público, burlando o ingresso por concurso público (já que muitos destes cargos têm sido criados apenas para contratação de técnicos que nenhuma "comissão" exercem) e promovendo uma forma de terceirização completamente irracional.

Propomos, assim, a sua supressão, assegurando a vigência plena do art. 6º da Lei nº 8.911 de modo a garantir a moralização e a profissionalização do provimento de cargos comissionados na Administração Pública.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 1994. – Maria Laura.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 581, DE 12 DE AGOSTO DE 1994

Acrescente-se o seguinte art. 5º a esta medida provisória, renumerando-se os demais artigos:

Art. 5º O parágrafo único do art. 6º da Lei 8.911, de 11 de

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral R\$ 23,53

Tiragem: 1.200 exemplares

julho de 1994, passará a ter a seguinte redação:

"A designação para as funções de direção, chefia e assessoramento recairá, exclusivamente, em servidor ocupante de cargo efetivo, da administração pública, direta, indireta, autárquica e fundacional, exceto quando se tratar do limite estabelecido no inciso III do art. 5º da Lei nº 8.911/94".

Justificação

Tradicionalmente, o Executivo recorre aos quadros de pessoal da administração pública indireta na busca de funcionários habilitados ao desempenho de cargos de direção, chefia e assessoramento. A restrição atualmente imposta pela Lei nº 8.911 impossibilita este intercâmbio entre os órgãos, na medida em que obsta a nomeação de empregados da administração indireta para aqueles cargos. Parece-nos mais adequada a flexibilização do normativo para que o titular da pasta tenha a liberdade de escolher seus auxiliares dentro de universo mais amplo – administração direta, indireta, autárquica e Fundacional. – Deputado Augusto Carvalho.

Emenda apresentada perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 582, de 12 de agosto de 1994, que "autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, em favor da companhia de navegação Lloyd Brasileiro – Lloydbrás.

Congressista	Emenda Nº
Deputado Clóvis Assis	001

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 582,
DE 12 DE AGOSTO DE 1994

Dê-se ao caput do art. 2º a redação seguinte:

"Art. 2º Após a promulgação desta lei o estatuto social da empresa Lloyd Brasileiro – Lloydbrás – será adequado ao sistema de administração por co-gestão, não participando do Programa Nacional de Desestatização."

Suprime-se o parágrafo único do art. 2º

Suprime-se o inciso III do art. 3º

Justificação

O Lloyd Brasileiro, empresa de 104 anos de idade, foi a entidade que abriu nossas linhas de navegação através do mundo. Fruto de enfrentamento entre sua administração e a Presidência da República, durante o governo Collor, a qual a antiga administração mandou para portos onde, o Lloyd tinha dívidas os melhores navios, para estes serem arrestados e, desse modo, se forçar o Gover-

no e resolver pendências financeiras passadas, foi o Lloyd levado à situação de perder credibilidade junto aos clientes (arrestos) e, consequentemente, ir tendo dificuldades cumulativas. As tentativas de solução não eram globais: intentava-se sanar um problema sem dar-se condições de recuperação global à companhia.

Lamentamos tudo acima descrito e louvamos a iniciativa do Congresso Nacional que no dia 14 de junho do corrente ano aprovou a Medida Provisória nº 499/94, adotando, na forma do Projeto de Lei de Conversão, providências tendentes à recuperação do Lloyd Brasileiro, esvaziando, no que diz respeito à venda de ativos da empresa – art. 2º e seu parágrafo único e inciso III do art. 3º –, o conteúdo da presente medida provisória. A emenda ora apresentada tem por escopo garantir, respeitando decisão já tomada por este Parlamento, a integral realização de um plano completo que visa a plena recuperação da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – Lloydbrás.

Por oportuno, lembra-se que a supressão do parágrafo único e respectivo art. 2º e inciso III, do art. 3º, se justifica porque o empréstimo foi concedido por conta e risco do Fundo de Marinha Mercante e ao determinar tais dispositivos, a "imediata venda de ativos" da companhia para pagamento do empréstimo, fica frustrado o objetivo maior da operação financeira, porque ao invés de apoiá-la, muito ao contrário, contribuirá para a liquidação de suas unidades produtivas, dificultando mais ainda a obtenção de receitas necessárias à manutenção da empresa e ao pagamento da obrigação contraída.

Diane de todo o exposto, tomo por prudente e justa a emenda por nós apresentada, ao confirmar decisão já firmada por esta Casa congressional, evitando um conflito de posições. Neste termos, solicito dos nobres pares a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, de de 1994. – Clóvis Assis, Deputado Federal.

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 583, de 16 de agosto de 1994, que "fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores civis, altera o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o § 1º do art. 39 da Constituição, e dá outras providências".

Congressistas	Emendas nºs
Deputada Maria Laura	001, 002, 004, 005
Deputado Paulo Ramos	003

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 583,
DE 16 DE AGOSTO DE 1994**

Fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores civis, altera o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de agosto de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o art. 39, § 1º da Constituição Federal, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 2º, a seguinte redação:

"Art. 2º A equiparação do vencimento básico dos servidores civis do Poder Executivo ao dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público da União, far-se-á de forma gradativa e nos limites das disponibilidades financeiras e orçamentárias da União, mediante a implantação de matriz isonômica de vencimentos, que:

I – terá como limite inferior o menor vencimento básico permitido e, como limite superior o maior vencimento básico, nos termos da Lei nº 8.448, de 1993, ou seja, vinte vezes o menor;

II – deverá permitir a atribuição de faixas de vencimentos, aplicáveis aos cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, dentro do mesmo Poder ou entre os três poderes;

III – servirá de base de cálculo para as gratificações de atividades e assemelhadas e demais vantagens devidas pelo efetivo exercício e para as vantagens específicas de cada carreira ou categoria, destinadas a refletir a complexidade das tarefas, grau de responsabilidade e qualificação exigidos para o seu exercício.

§ 1º Ficam reajustadas, a partir de 1º de setembro de 1994, as tabelas de vencimentos e vantagens de que tratam os anexos da Lei nº 8.460, de 1992, aplicáveis aos servidores públicos civis do Poder Executivo da União, em 20,48% (vinte inteiros e quarenta e oito centésimos por cento).

§ 2º A aplicação do reajuste de que trata o parágrafo anterior aos servidores civis que, por força de decisão judicial ou administrativa, já estejam percebendo vencimento equiparado aos das tabelas vigentes para o Poder Legislativo, far-se-á mediante compensação de valores, sem redução do valor do vencimento.

§ 3º É vedada a extensão do reajuste de que trata o § 1º aos servidores públicos civis dos demais poderes da União e do Ministério Público da União cujos vencimentos básicos tenham sido elevados em percentual superior ao dos servidores do Poder Executivo, mediante a concessão de reajustes superiores aos previstos nas Leis nº 8.622 e 8.676, de 1993, separadamente ou já incorporados ao vencimento básico."

Justificação

As tentativas de se fazer a isonomia em nosso País são velhas, de 80 anos. Até hoje, não se conseguiu atingir este objetivo, em parte pelas dificuldades financeiras e orçamentárias. Mas o principal motivo é a resistência dos atores políticos no processo, especialmente os que detêm situação privilegiada. Uma outra dificuldade é a deliberada oposição a que se entenda o que é, verdadeiramente, a isonomia: não é todo mundo ganhar o máximo,

ou todo mundo ganhar igual. É ganhar igual quem faz a mesma coisa, independentemente do órgão ou Poder onde trabalhe.

É por isso que só se fará isonomia quando o Técnico de Contabilidade do Judiciário, Legislativo e Executivo tiverem o mesmo vencimento e vantagens básicas, ressalvadas, como diz a Constituição, as vantagens relativas à natureza ou local de trabalho, destinadas a compensar condições peculiares de exercício que demandem maior desgaste ou dificuldade. A regra se aplica a todos os cargos que tiverem similar. Um policial jamais será atingido pela "isonomia entre poderes", pois não há quem exerça esta tarefa nos demais poderes, mas o médico e o engenheiro, sim. Um fiscal de tributos, da mesma forma, deve ter isonomia dentro do Executivo como outros fiscais que exercem tarefas semelhantes ou idênticas. Nunca com um técnico do Judiciário ou Legislativo. Não se compara o que não tem comparação. E, aos militares, esta premissa é mais do que válida: é taxativa. Como incluir os militares na isonomia? A quem comparar um tenente-aviador, ou um cabo-corneteiro? Somente há alguma espécie de comparação, e ainda assim relativa, no caso dos oficiais-generais com os civis mais graduados, e no caso dos taifeiros, comparáveis aos cargos operacionais do serviço civil.

A medida provisória em tela também não representa avanço neste sentido. Limita-se a conceder – aleatoriamente – reajustes de vencimentos diferenciados entre as diversas tabelas, procurando compensar em parte um reajuste diferenciado dado aos militares na data-base de 1993 e estendido aos servidores do Legislativo e Judiciário.

A única forma de fazer isso coerentemente com o objetivo final é definir uma meta: a matriz isonômica, aplicável aos três poderes, contemplando todas as faixas de vencimento básico, do menor ao maior, para que se possa definir nesta "grade" única, quem ganhará quanto, desde que obedecido o princípio básico da isonomia.

Por ora, para não tornar ainda mais complexo o quadro, o mais racional é conceder a todos os servidores civis do Executivo, inclusive os ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas, o mesmo percentual de reajuste (20,48%), que foi o arbitrado pelo Governo como o concedido aos servidores de nível médio do PCC e Universidades, onde se concentra o maior contingente do serviço público. Assim, se garante pelo menos que todos serão beneficiados com o mesmo reajuste, já que, em janeiro de 1993, os 28,86% deveriam ter sido concedidos igualmente a todos.

E, como reza o art. 5º, fica atribuída à Comissão Especial definir – para vigorar de preferência a partir de novembro – como será estruturada a nova tabela, unificada, a "matriz isonômica", que deverá atingir a todos os servidores, de todos os poderes.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1994. – Maria Loura.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 583,
DE 16 DE AGOSTO DE 1994**

Fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores civis, altera o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de agosto de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o art. 39, § 1º da Constituição Federal, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 3º, a seguinte redação:

"Art. 3º No mês de novembro do corrente ano, o Presidente da República, cuvida a Comissão Especial de que trata o art. 5º e os órgãos competentes, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei instituindo a matriz isonômica de vencimentos, aplicável aos servidores públicos civis dos Poderes da União, bem como proporá as demais medidas necessárias à continuidade do processo de implementação da isonomia de vencimentos no âmbito do Poder Executivo."

Justificação

A redação do art. 3º é incorreta, pois determina que o Presidente da República adotará medidas legais necessárias à implementação da isonomia. Poderia o Presidente da República adotar

medidas ilegais, sem incorrer em crime de responsabilidade? Cestará se concedendo uma delegação legislativa, para que legi por conta própria, sem ouvir o Congresso?

Para dar à norma conteúdo mais correto, propomos a presente emenda, determinando que o Presidente da República envie projeto de lei ao Congresso, cujo objetivo será implantar matriz isonômica válida para os três Poderes, bem como propor as demais medidas consideradas pela Comissão Especial para implementar a isonomia interna no Poder Executivo, em face da complexidade dos seus quadros de pessoal e multiplicidade de carreiras que só internamente têm paradigma para a isonomia.

Sala das sessões, 22 de agosto de 1994. — Maria Laura.

MP 00583

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 - DATA 22 / 08 / 94	3 - PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 583, DE 16/08/94			
4 - AUTOR DEP. PAULO RAMOS	5 - Nº PRONTUÁRIO 527			
6 - TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
7 - PÁGINA	8 - ARTIGO 7º	PARÁGRAFO	INÍCIO	ALÍNEA
TEXTO				

Inclua-se no art. 7º, o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único - O disposto no art. 2º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994 aplica-se aos integrantes da carreira instituída pelo Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985.

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo aditado tem por escopo assegurar que os integrantes da carreira Auditoria do Tesouro Nacional tenham sua remuneração limitada ao teto fixado pela Lei nº 8.852, de 04/02/1994.

ASSINATURA

~~01~~

OBSEVAÇÃO

Não se admitirá emenda que diga respeito a mais de um dispositivo.

(art. 230 - RISF)

CAMPO A SER PREENCHIDO PELA UNIDADE RECEBEDORA

01 - ETIQUETA

- Local reservado para numeração da Emenda.

CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS PELO AUTOR

02 - DATA

- Data da apresentação da Emenda;

03 - PROPOSIÇÃO

- Identificação da matéria à qual será oferecida a Emenda;

04 - AUTOR

- Nome do(s) autor(es) da Emenda, considerando-se o primeiro, subscritor como Autor;

05 - Nº PRONTUÁRIO

- Correspondente ao nº do prontuário do Parlamentar no histórico funcional;

06 - TIPO

- Assinalar com um "X" o tipo da Emenda, sendo:

- 1) Supressiva;
- 2) Substitutiva;
- 3) Modificativa;
- 4) Aditiva;

5) Substitutivo Global;

07 - PÁGINA

- Nº sequencial da(s) página(s).

08 - REFERÊNCIA

- Artigo, Parágrafo, Inciso, Alínea.

OBS.: Preencher estes campos com os correspondentes do dispositivo a ser emendado.

- Nos casos de serem as Emendas:

- a) "Inclua-se onde couber", preencher o código "999" no campo correspondente ao artigo;
- b) "Substitutivo Global", preencher o código "001" no campo correspondente ao artigo.

09 - TEXTO

- Datilografar o texto da EMENDA e sua JUSTIFICATIVA;

10 - ASSINATURA

- Local reservado para a assinatura do autor da EMENDA.

11 - DESTINO DAS VIAS:

1a. via - Original/Comissões

2a. via - CEGRAF

3a. via - Relator/Assessor

4a. via - Autor

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 583,
DE 16 DE AGOSTO DE 1994**

Fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores civis, altera o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de agosto de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o art. 39, § 1º da Constituição Federal, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber:

"Art. ... No prazo fixado no art. 4º, o Poder Executivo enviará ao Congresso proposta de reestruturação de seus cargos de confiança e funções de direção, chefia e assessoramento, a fim de estabelecer isonomia de retribuições entre estes e os vigentes nos poderes Legislativo e Judiciário.

Parágrafo único. A proposta de que trata o caput considerará a necessidade de racionalização da estrutura, a redução do quantitativo total de cargos de confiança e funções de direção chefia e assessoramento e fixará as normas para o seu provimento, obedecido o disposto no art. 37, V da Constituição."

A estrutura de cargos comissionados do Poder Executivo, hoje, é caótica. Mais de 18.000 cargos de confiança se acumulam pelos órgãos e entidades da administração federal. Ultrapassam a marca de 57.000, se somados às funções gratificadas de diferentes espécies. E, se somarmos as Gratificações de Representação e Gratificações Temporárias e assemelhadas, chegaremos a mais de 65.000, ou seja, 10% do total do efetivo federal.

Ao mesmo tempo, os cargos de mais alta responsabilidade, encarregados da direção superior da administração, têm retribuições irrisórias, frente ao seus atributos. No Poder Legislativo e Judiciário, os mesmos cargos têm retribuições muito superiores, refletindo uma política mais apropriada às mesmas situações.

Se, ao longo do tempo, se procura avançar na isonomia entre os cargos efetivos, e na atribuição de melhores retribuições a estes cargos, é necessário também pensar na estrutura de retribuições dos cargos comissionados. A Lei nº 8.911, recentemente aprovada, resumiu-se a regulamentar a incorporação dos quintos, sem nada acrescentar à racionalização da estrutura dos cargos comissionados e à revisão de suas remunerações.

A presente emenda visa alertar para a necessidade desta revisão, necessária para que o futuro mandatário da Nação possa ter condições de governabilidade e para que a isonomia seja completa, alcançando todos os servidores públicos.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1994. – Maria Laura.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 583,
DE 16 DE AGOSTO DE 1994**

Fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores civis, altera o Anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de agosto de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o art. 39, § 1º da Constituição Federal, e dá outras providências.

re o art. 39, § 1º da Constituição Federal, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber:

"Art. 24. Será concedido adicional de vencimento aos servidores pelos cursos realizados, com aproveitamento, inerentes ou essenciais ao ingresso e promoção nas respectivas Carreiras.

§ 1º O adicional a que se refere o caput será devido a partir da conclusão, com aproveitamento, do curso correspondente.

§ 2º São fixados os seguintes percentuais de adicional, incidentes sobre o vencimento básico:

I – 10%, no caso de curso de aperfeiçoamento, especialização ou formação previstos em regulamento com carga horária de 200 a 1.200 horas;

II – 18%, no caso de curso de aperfeiçoamento, especialização ou formação previstos em regulamento com carga horária entre 1.200 e 2.000 horas;

III – 35% no caso de curso de formação previsto em regulamento com carga horária superior a 2.000 horas, ou curso de mestrado, aperfeiçoamento ou especialização específicos, previstos em regulamento;

IV – 70% no caso de curso de doutorado ou de altos estudos, previstos em regulamento.

§ 3º Ressalvados os casos previstos em regulamento, será devido ao servidor que possuir mais de um curso o adicional de maior valor.

§ 4º Os adicionais de titulação, e as gratificações de habilitação profissional e de habilitação policial, atualmente vigentes, serão ajustadas ao disposto neste artigo, vedada a percepção cumulativa das devidas por mais de um curso."

Justificação

Se aos servidores militares são estendidas e majoradas Gratificações de Habilidação e Indenizações de Representação, é evidente que aos servidores civis podemos conceder os mesmos direitos.

A presente emenda visa, portanto, estender aos servidores civis Gratificações de Habilidação Profissional, hoje atribuídas a algumas carreiras e categorias, de modo a incentivar o processo de profissionalização pela via da sujeição a cursos de formação e treinamento.

É esta a premissa que justifica que todos os servidores militares sejam contemplados com tais gratificações. O mesmo princípio deve ser aplicado aos civis, apenas tendo-se o cuidado de regulamentar a concessão destas vantagens para evitar distorções e o aproveitamento de situações como os chamados "cursinhos Walitta" para a atribuição indiscriminada de vantagens.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1994. Maria Laura.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 106^a SESSÃO , EM 23 DE AGOSTO DE 1994

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 282 a 285, de 1994 (nº 665 a 668/94, na origem), de 22 do corrente, de recebimento de mensagens.

Nº 281, de 1994 (nº 662/94, na origem), de 22 do corrente, restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 583, de 16 de agosto de 1994, que fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores civis, altera o anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o parágrafo 1º do artigo 39 da Constituição, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Preocupações com o uso eleitoreiro da máquina governamental, a propósito de fatos nesse sentido denunciados pelos jornais. Falta de definição no Plano Real concernente à distribuição de renda e à erradicação da miséria em nosso País. Campanha eleitoral liderada pelos candidatos Lula e Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR MAGNO BACELAR – Apelo à Presidência do

Congresso Nacional para que se empenhe na convocação dos Parlamentares para o esforço concentrado, a realizar-se na próxima semana, dada a relevância da pauta e à expectativa da sociedade brasileira pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE – Acolhendo o apelo do Sr. Magno Bacelar, comunica que tomará as devidas providências.

SENADOR RONALDO ARAGÃO – Protestos ante a indicação de um médico ginecologista para substituir um engenheiro florestal no cargo de superintendente do Ibama no Estado de Rondônia.

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Convocação de sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se amanhã, às 15 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nº 445, de 1993, e 453, de 1993 (Apostilas)

Nº 287 e 288, de 1994

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 110 e 111, de 1994

4 – ATA DE COMISSÃO

5 – MESA DIRETORA

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES

Ata da 106^a Sessão, em 23 de agosto de 1994

4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs. Magno Bacelar e Jonas Pinheiro.

Às 14 Horas e 30 Minutos, Acham-se Presentes os Srs. Senadores:

César Dias – Eduardo Suplicy – Guilherme Palmeira – Iram Saraiva Jacques Silva – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Eduardo – Magno Bacelar – Moisés Abrão – Pedro Simon – Reginaldo Duarte – Ronaldo Aragão – Ronan Tito –

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) – A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 282 a 285, de 1994 (nºs 665 a 668/94, na origem), de 22 do corrente, comunicando o recebimento das Mensagens SM nºs 158 a 161, de 1994, referentes à promulgação das Resoluções nºs

52 a 55, de 1994.

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 281, de 1994 (nº 662/94, na origem), de 22 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 112, de 1994 (nº 4.268/94, na Câmara dos Deputados), que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) – O Expediente lido vai à publicação.

– O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 583, de 16 de agosto de 1994, que fixa critérios para a progressiva unificação das tabelas de vencimentos dos servidores civis, altera o anexo II da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, para implementação da isonomia a que se refere o § 1º do art. 39 da Constituição, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES	
Titulares	Suplentes
	PMDB
Ronan Tito	Coutinho Jorge
Gilberto Miranda	Ruy Bacelar
	PFL
Júlio Campos	Alexandre Costa
	PPR
Hydekel Freitas	Lucídio Portella
	PSDB
Tecônio Vilela Filho	José Richa
	PP
Meira Filho	João França
	PTB
José Eduardo	Jonas Pinheiro
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
	BLOCO
Jairo Carneiro	Délia Braz
	PMDB
Merval Pimenta	Zaire Rezende
	PPR
Marcelino R. Machado	Amaral Netto
	PSDB
Jabes Ribeiro	Marcos Formiga
	PP
Raul Belém	Benedito Domingos
	PDT
Amaury Müller	Carlos Alberto Campista
	PT
José Fortunati	Chico Vigilante

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 23-8-94 – Designação da Comissão Mista;

Dia 24-8-94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 22-8-94 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o Parecer sobre a admissibilidade;

Até 31-8-94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 15-9-94 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) – Há oradores inscritos.

Concede a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP. Promunica o se-

guinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é muito importante, neste processo eleitoral, que o Governo do Presidente Itamar Franco cumpra rigorosamente a legislação e não permita que ninguém venha a descumpri-la, sejam seus Ministros de Estado, sejam quaisquer pessoas que estejam em postos-chave da administração.

Diversos fatos, nesses últimos dias, entretanto, estão a nos preocupar. E acredito que isto deve também ser objeto de preocupação do Presidente Itamar Franco.

O jornal *O Estado de S. Paulo* de hoje, por exemplo, coloca em sua primeira página que, segundo admitiu ontem o Ministro da Integração Regional, Aluísio Alves, o projeto de transposição das águas do rio São Francisco tem objetivos eleitorais. Disse ele: "Se os aplausos se traduzem em votos, melhor". Afirmou, ainda, que gostaria que os políticos comprometidos com o projeto recebessem votos.

Esse projeto chegou a ser objeto de crítica do próprio candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, que depois voltou atrás. Agora, em cada lugar que vai, o Ministro Aluísio Alves está colocando como objetivo transformar esta ideia que, segundo as informações, não vai sair do papel neste semestre, porque tem apenas o propósito eleitoral.

É preciso que se dê maior seriedade às coisas que são feitas com o dinheiro do povo. É preciso salientar que já estamos no dia 23 de agosto de 1994 e até o presente momento a Lei Orçamentária de 1994 não foi apreciada e aprovada.

Sr. Presidente, também tomamos conhecimento de outro caso claro, aliás, reincidente, de procedimento indevido por parte de ministros do Presidente Itamar Franco.

Diz a *Folha de S. Paulo* de hoje:

Mais um bilhete do Ministro das Minas e Energia, Alexis Stepanenko, associa uma obra pública à candidatura do tucano Fernando Henrique Cardoso.

O uso da máquina oficial em campanhas é proibido pela legislação eleitoral.

Eleitor declarado de FHC, Stepanenko enviou um bilhete ao Ministro do Planejamento, Beni Veras, no qual pede apoio para garantir energia elétrica para a região de Sinop, no Mato Grosso.

Observem a sequência de datas aqui registradas pela *Folha de S. Paulo*.

A *Folha* obteve cópia do bilhete, do Ministro Alexis Stepanenko ao Ministro Beni Veras em 1º de agosto. Em 8 de julho, FHC esteve em Sinop e, do alto do palanque, prometeu energia elétrica àquela região.

O bilhete do Ministro Alexis para o Ministro Beni Veras tem o seguinte teor:

Salve!

Trata-se de compromisso do Presidente, de FHC e meu. É toda uma região em torno de Sinop que precisa de energia para beneficiamento de produtos agropecuários. Região está das mais ricas e produtivas.

Prossegue o artigo da *Folha*.

Entre o discurso de FHC e o bilhete de Stepanenko, o Presidente Itamar Franco assinou, no dia 26 de julho, um decreto determinando estado de calamidade na região.

Ao declarar calamidade, o Governo abriu espaço para a liberação de recursos retidos no Orçamento."

Este não é o primeiro bilhete de Stepanenko em socorro da

campanha de FHC. Em 16 de agosto, a Folha teve acesso a um comunicado interno do Ministro ao Secretário-Executivo e ao Chefe de Gabinete, Heitor Chagas de Oliveira.

Naquele comunicado, com data de 2 de agosto, o Ministro conclamava seus subordinados a rever/prever grandes eventos da Pasta até as eleições.

Em um outro bilhete, de 28 de julho, enviado ao Secretário Nacional de Energia, Peter Greiner, o Ministro determinou que a Usina Hidrelétrica de Xingó fosse inaugurada antes das eleições.

Na quinta-feira, Stepanenko estará em Sinop para assinar com o Governo de Mato Grosso um documento prevendo que o teto de investimentos da Eletronorte será alterado.

Poderão ser liberados até 10 milhões de dólares para aquisição de equipamentos para a última etapa da linha de transmissão.

O Ministro Stepanenko, à Folha, negou que estivesse tentando favorecer Fernando Henrique Cardoso, dizendo que estava no Planejamento quando recebeu os representantes de Sinop e disse-lhes que iria atender a reivindicação.

Um outro fato grave ocorreu na semana passada; grave porque revela procedimentos não condizentes com o melhor caráter.

Diz a Folha de S. Paulo no seu caderno Supereleições, de 20 de agosto de 94: "PSDB repete tática de Collor e divulga que Lula dará um calote na poupança. O comitê de campanha de Fernando Henrique Cardoso distribuiu nota, ontem, aos jornais do interior, com a informação de que, se eleito, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, pode dar o calote na dívida interna."

Ora, Sr. Presidente, esta afirmação é tão grave e tão incorreta quanto aquela formulada pelo então candidato Fernando Collor de Mello no debate com Luiz Inácio Lula da Silva, quando afirmou que seria Lula a pessoa que daria o calote nas poupanças, a pessoa que iria reter as poupanças dos cidadãos brasileiros. Em verdade, naquele dia, já poderia estar o então candidato Fernando Collor de Mello com o seu plano na cabeça. Era ele quem iria reter a poupança dos cidadãos brasileiros. Entretanto, acusou o seu adversário.

Diz a reportagem distribuída pela Agência Free Press, do comando da campanha de Fernando Henrique Cardoso, que Lula iria prejudicar todo mundo que tem dinheiro aplicado nos fundões, em cadernetas de poupança ou no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sendo que esta reportagem foi redigida a partir de entrevista dada por Gustavo Franco, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central e um dos pais do Plano Real. Diz Gustavo Franco que Lula planeja alguma coisa à la Collor, referindo-se ao confisco de poupança e contas-correntes promovido pelo Plano Collor.

Sr. Presidente, o Sr. Gustavo Franco conhece muito pouco das proposições do candidato da Frente Brasil Popular pela Cidadania. Todavia, usa de má-fé ao fazer tal tipo de declaração, a mesma má-fé que o Presidente Fernando Collor teve quando atribuiu indevidamente ao seu adversário Lula, em 1989, afirmando que seria este quem faria confisco de dinheiro, feito depois pelo eleito Presidente Fernando Collor de Mello.

O comitê do candidato Fernando Henrique confirmou a distribuição e o teor da entrevista de Gustavo Franco, que posteriormente se disse chocado com essa maluquice e desautorizou totalmente o que foi divulgado pelo comitê.

Ora, que procedimento é esse? S. S* entra em contradição quando diz que, como membro do PSDB, nada o impede de manter relacionamentos com pessoas do partido, mas que suas opiniões pessoais não podem ser utilizadas como material de campanha política e repudiou veementemente a iniciativa da divulgação da matéria creditada à Agência Free Press. Ao assim proceder, confirma que fez as declarações e está querendo censurar a própria

agência do partido. Na verdade, o Diretor do Banco Central levou um puxão de orelhas do Presidente do Banco Central Pedro Malan e do Ministro Rubens Ricupero.

A propósito, o Ministro da Fazenda, segundo o Jornal do Brasil de hoje, afirmou que quer os integrantes da equipe econômica de seu Ministério fora da campanha eleitoral. E reagiu dizendo que não admite que os integrantes da equipe estejam a fazer campanha política.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministro Rubens Ricupero deveria ser mais rigoroso. As informações que temos são de que há enorme semelhança entre a campanha do Plano Real e a campanha do candidato a Presidente Fernando Henrique Cardoso. Semelhança subliminar e semelhança maior ainda no que respeita aos próprios responsáveis pela agência de publicidade, tanto que há uma interação de informações e ações, por exemplo, nas diversas campanhas publicitárias feitas pelo Banco do Brasil, pela Agência de Correios e Telégrafos, pela Caixa Econômica Federal, enfim, por várias instituições governamentais que se engajaram em publicidade relativa ao Plano Real. Muitas vezes, as cores utilizadas nas mensagens publicitárias e as vozes dos locutores coincidem com as cores e as vozes da propaganda do candidato do PSDB.

Então, seria necessário que o Ministro Rubens Ricupero estivesse mais atento a isso, inclusive porque o Governo Itamar Franco e os órgãos que estão sob a direção do Ministério da Fazenda, em que pese todo o discurso de economia em gastos que não sejam estritamente essenciais, com respeito ao Plano Real não fizeram qualquer economia de gastos em publicidade.

Sr. Presidente, avalio que não pode o Diretor do Banco Central Gustavo Franco ter apresentado aquele procedimento. É da maior gravidade. Foi uma ação de má-fé, foi uma ação que inclusive o desacredita como um economista sério, que tem responsabilidades na condução de um dos aspectos de maior delicadeza do Plano Real, qual seja, a evolução da política cambial. Todos sabemos que Gustavo Franco foi um dos formuladores do Plano Real; também sabemos da sua responsabilidade em lutar com um dos aspectos mais delicados do plano que é a condução da política cambial.

É interessante ressaltar que a política cambial desde 1º de julho é diferente em boa parte daquela que havia sido anunciada seja por volta de novembro ou dezembro de 93, seja em fevereiro ou março deste ano. Foi feito um alerta por economistas, e até feito por mim, aqui no Senado, no sentido de que se deveria tomar muito cuidado em se estar efetivamente dolarizando a economia brasileira, identificando em termos rígidos o valor da nossa moeda com o dólar.

Optou o Governo por ter alguma flexibilidade. Desde 1º de julho o real vem apresentando uma certa valorização em relação ao dólar, o que levou o candidato Fernando Henrique Cardoso a cometer erro sério naquele debate com os seus adversários Lula, Orestes Quértila, Esperidião Amin, Leonel Brizola, Enéas e Almirante Fortuna, especialmente quando quis dizer que o salário mínimo atual tem maior poder aquisitivo do que antes, porque vale cerca de 70 dólares e, portanto, houve ganho no poder aquisitivo durante a vigência do Plano Real. Ora, um Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, um candidato a Presidente da República, não pode cometer esse tipo de erro.

S. Ex* errou porque o valor do salário mínimo tem que ser analisado em termos do seu poder de compra no mercado interno, em especial os bens de primeira necessidade, aqueles que compõem a cesta básica hoje.

Quando o Senador Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda, o valor da cesta básica, por volta de

abril/maior de 93 - composta de 31 itens -, estava em torno de 76 URVs ou reais de hoje, enquanto que o salário mínimo girava em torno de 79 URVs. Em março deste ano, o salário mínimo valia 64,79 URVs ou reais, e a cesta básica já estava em torno de 85 reais. Em 1º de julho, a cesta básica atingiu o valor de 107 reais, enquanto que o salário mínimo continuava na ordem de 64,79 reais.

Assim, Sr. Presidente, o poder aquisitivo do salário mínimo, no dia do debate ou hoje, é menor.

É bem verdade que se está notando, na evolução do Plano Real, algo importante, ou seja, o povo brasileiro dá extraordinário valor ao fato de que os preços estão crescendo menos do que em junho último. É realmente importante ressaltar, ainda como assinalou em entrevista do último domingo, no Jornal do Brasil, o Professor Affonso Celso Pastore, que o Brasil dá muito valor em conseguir diminuir a inflação, dá muito valor em conseguir a estabilidade dos preços.

A cesta básica diminuiu desde 1º de julho, quando estava em torno de 107 reais; hoje, encontra-se em torno de 99 reais. Mas ainda bem acima dos 85 reais de março último.

Ora, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, esta constatação denota que o problema não foi resolvido pelo Governo Itamar Franco, em especial no que se refere à melhoria de distribuição da renda e à erradicação da miséria no País.

É claro que estancar a inflação constitui a ruptura de um dos mecanismos de concentração de renda e de riqueza. Isso é importante e tem valor para a população. Mas avalio que a decisão do povo brasileiro em relação ao candidato vencedor das eleições será baseada não apenas em eliminar a inflação, mas sobretudo na forma pela qual o candidato irá garantir o crescimento econômico com estabilidade, como resolverá o problema da distribuição de renda e de riqueza e a erradicação da miséria.

No próximo final de semana, estarão reunidos representantes do Conselho de Segurança Alimentar de todo o Brasil, no Hotel Kubitschek Plaza, onde irão analisar as conclusões do encontro de dois mil delegados do Conselho de Segurança Alimentar. São conclusões importantes que serão apresentadas a cada um dos presidenciáveis.

Avalio que este será um dos temas candentes, e a maneira como cada um dos candidatos irá reagir às proposições será muito importante.

Ainda há muito para acontecer nestas eleições. Ela pode ser comparada a uma longa luta de boxe. Durante a primeira fase dessa luta, de mais de 30 rounds, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva levou vantagem; colocou um a um os seus jabs com extrema eficiência, velocidade e, de quando em quando, acertava os seus cruzados de direita e de esquerda, fazendo com que sua vantagem se ampliasse e se elevasse, em maio e junho, à casa dos 40%, enquanto que seus adversários mal atingiam 20%, em especial, o próprio candidato do PSDB Fernando Henrique Cardoso.

Pois eis que, em julho e agosto, a situação se inverteu. Primeiro, o adversário Fernando Henrique Cardoso equilibrou-se e está hoje com 40% da preferência de votos, enquanto Lula está na casa dos 25%; os demais candidatos, 5%.

Mas ainda estamos no primeiro terço da luta e sabemos quantas surpresas ainda podem ocorrer. Tenho confiança de que Luiz Inácio Lula da Silva está em condições de passar para o segundo turno e, em especial, para o turno final muito bem preparado. Estou confiante de que leva consigo forças suficientes para transformar a sociedade brasileira numa sociedade mais saudável, de uma Nação civilizada, onde os valores, principalmente da solidariedade, na busca da justiça, os valores que não são propriamente objetos de normas, de leis, mas, sim, valores da humanidade,

valores que os filhos aprendem com os pais, com os avós, em comunidades indígenas, negras, brancas, judeus, árabes, palestinas e italianas, enfim, de quaisquer segmentos que compõem a nacionalidade brasileira. São valores que precisamos preservar e enaltecer. Esses valores, para nós da Frente Brasil Popular, são de extraordinária importância.

Ainda na semana passada, a Prêmio Nobel da Paz, Rigoberta Menchú, visitando o Brasil, salientou que esses são os valores que precisam ser levados em conta. Eles não se modificam, mesmo quando se impõe a uma nação um regime ditatorial ou leis próprias dos regimes tirânicos.

Acredito que ainda assistiremos ao candidato Lula mostrar as razões pelas quais tem atrás de si forças que realmente querem transformar este País. Sr. Presidente, Srs. Senadores, podemos fazer um paralelo com o que aconteceu em 1989.

No dia 16 de dezembro de 1989, ao votarmos o Projeto de Garantia de Renda Mínima, ouvimos um discurso muito bonito, feito de improviso pelo Senador José Paulo Bisol. S. Ex^a, reproduzindo as palavras de um escritor de língua espanhola, falava de um homem, de capa e chapéu, que certo dia na estação esperava um trem muito especial. Esse trem andava em alta velocidade, diminuindo-a ao se aproximar da plataforma. O tal homem, de capa e chapéu, ao se aproximar o trem, titubeou e perdeu o trem. Era o trem da História.

O paralelo que podemos fazer refere-se ao ano de 1989, quando os brasileiros tiveram, sobretudo no segundo turno, dois trens passando pela plataforma: um prometia acabar com a inflação com um tiro só e também com a corrupção e com todos os tipos de mordomias. Esse trem competia com outro que poderia ter o nome de Sem Medo de Ser Feliz. Trinta e sete milhões de brasileiros embarcaram no primeiro trem, trinta e três milhões, no outro.

Pois bem, três anos depois o primeiro trem descarrilou. O desapontamento que se observou é, até hoje, a razão pela qual tantos brasileiros perguntam: será que vale a pena confiar nos homens públicos, nas mulheres que fazem política, que têm cargo no Parlamento?

Felizmente para o Brasil, o trem Sem Medo de Ser Feliz, entre outros, vai passar novamente. Por enquanto, ele compete sobretudo com o de Fernando Henrique Cardoso. É preciso pensar muito sobre esta escolha: que trem vamos tomar? Será que, dessa vez, vamos pegar corretamente o trem da História? Será o trem de Esperidião Amin, de Leonel Brizola, de Orestes Quércia, de Enéas, do Almirante Fortuna, de Fernando Henrique Cardoso? Tenho a convicção de que, nesta Casa, até 3 de outubro, vamos civilizadamente colocar as diferentes composições. Espero demonstrar por que acredito que o trem correto da História é o de Lula.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY - Pois não, nobre Senador.

O Sr. Josaphat Marinho - Nobre Senador Eduardo Supilcy, considero correta a sua posição, defendendo a expectativa do retorno de crescimento do seu Partido. Mais do que o seu dever, V. Ex^a o faz dentro do seu idealismo, conhecido desta Casa. Não sei - e não devemos mesmo asseverar - qual das locomotivas chegará primeiro à estação derradeira. O povo é que deve dizer-lo. V. Ex^a coloca o problema sobretudo quando que "vamos buscar, civilizadamente, a conquista da vitória". Essa parece ser a diferença maior desta campanha em relação à anterior. Em realidade - e não vai desrespeitar aos demais candidatos - só há duas locomotivas na perspectiva de chegar à estação final. Tudo indica que falta fôlego às outras locomotivas presidenciais. A campanha, evidentemente, fixou-se no confronto entre Lula e Fernando Henrique Cardoso. Devo dizer a V. Ex^a que estou entre aqueles que entendem

que a presença de Lula na campanha presidencial é uma recomendação para o Brasil. Ao contrário de muitos que supõem que um líder operário, por não ter diploma, não pode chegar à Presidência da República. Creio que a presença dele, a sua luta, até a expectativa de poder ser Presidente da República é uma recomendação para o nosso desenvolvimento. O que nações altamente civilizadas não estão oferecendo ao mundo o Brasil está oferecendo: a oportunidade de um líder operário ser candidato à Presidência da República, ter possibilidade de ganhar a eleição, sem que se fale, em nenhum momento, sobre a impossibilidade de assumir o cargo. Isso é prova de desenvolvimento. Em realidade, o povo situou-se agora - é o meu pensamento - entre duas candidaturas que representam o pensamento mais desenvolvido no País, razão pela qual os dois estão com a maior perspectiva de votação. A Nação cansou do pensamento antiquado, conservador, do liberalismo vencido. O povo não quer o regime totalitário, mas quer um Estado juridicamente forte, capaz de intervir no domínio social e econômico para resolver os problemas do País. E, através das pesquisas, está revelando que encontra a solução que vai ao alcance de suas esperanças entre essas duas candidaturas. Parece, entretanto, já que estamos discutindo civilizadamente, próprio observar que, no momento, o povo, pelo que as pesquisas revelam, está sentindo que a oportunidade é mais para Fernando Henrique do que para Lula. Não há nenhuma diminuição entre um e outro por isso, é próprio do sistema democrático. A perspectiva que o Ministro criou no Ministério da Fazenda, e que desenvolve na sua campanha, está a indicar que gerou um clima de confiança e de esperança, e por isso ele é que confronta com Lula, não os outros candidatos. Esta é uma prova do nosso desenvolvimento, e o que devemos esperar é que a campanha, acima de pessoas, se desdobre em torno de idéias, que afinal valerão para prestígio de todos os candidatos, mas, sobretudo, para o engrandecimento do País.

O SR. EDUARDO SUPILCY - Concordo com as observações de grande relevância de V. Ex^a, especialmente quando reconhece que a presença de Lula nesta campanha significa algo positivo para a história do Brasil, para a construção desta Nação.

Em que pese esteja V. Ex^a, no campo adversário, dizendo que considera inclusive que Fernando Henrique agora teria mais possibilidades de chegar à vitória, concordo também com V. Ex^a quando diz que é importante que o debate se trave sobretudo no campo das idéias. Mas as idéias precisam estar relacionadas, não apenas no que diz respeito a sua formulação, mas também no que diz respeito à possibilidade de as mesmas serem concretizadas.

Avalio que a população vai observar bastante, não apenas as idéias e proposições que Lula tem hoje, mas também as forças políticas que possam fazer com que essas idéias sejam realizadas, que possam fazer com que as suas proposições se tornem realidade. A população vai observar também em que medida o candidato Fernando Henrique Cardoso terá condições de levar adiante o que se propõe a fazer.

Sabemos todos, por exemplo, que houve momentos, no ano passado e no início deste ano, em que o próprio Fernando Henrique Cardoso e o PSDB consideravam que talvez fosse melhor para se transformar o Brasil que o PSDB se unisse a partidos como o PT, o PDT, o PSB e o PCdoB. A propósito, outro dia Fernando Henrique disse o seguinte: "Mas como pode estar o Lula junto com um partido que prega a ditadura do proletariado, o PCdoB?" Esqueceu-se S. Ex^a de que, em 1978 e 1985, teve o apoio do PCdoB, quando este partido era muito mais incisivo no que diz respeito ao apoio ao então partido existente na Albânia do que hoje. Até porque, nesta convivência com o Partido dos Trabalhadores e nas lutas comuns, o PCdoB tornou-se um partido que - eu, pelo menos, observo aqui - luta, sim, por propósitos democráticos

de aprofundamento e aperfeiçoamento da nossa democracia.

O Sr. Ronan Tito - Permite-me V. Ex^a um aparte, sobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPILCY - Pois não, Senador Ronan Tito, ouço o aparte de V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Ronan Tito - Estou gostando muito do debate civilizado. Pedi a V. Ex^a o aparte e tentarei também ser civilizado dentro desse debate. Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria fazer uma sugestão. Vejo que o PT, nesse momento, está se debatendo com os seus aliados para tentar reerguer a candidatura do ex-Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, que, até então, foi líder da campanha - houve um momento em que se pensou, inclusive, que ele ganharia no primeiro turno - e que agora o candidato Fernando Henrique Cardoso, nas pesquisas, está bem à frente. Como sugestão, já que o assunto é ditadura do proletariado etc., que tal o PT esclarecer para o povo brasileiro que tipo de socialismo ele verdadeiramente adota? Porque até hoje isso não foi esclarecido para nós. Devo dizer a V. Ex^a que, no passado, coube a mim, como Líder do PMDB, no Senado Federal, declarar na televisão que o PMDB apoiaria o Lula no segundo turno, como sabe V. Ex^a, na última eleição próxima passada. Agora, nesse momento, há tanta coisa aí ao cíntero. Gostei muito, por exemplo, do atual Primeiro Ministro da Espanha, Felipe González, quando ele disse: "Sou socialista, mas o meu socialismo não é marxista." Ele definiu, até por exclusão. Mas, até hoje, estamos cobrando do PT que tipo de socialismo. É o da Albânia? Do PCdoB, eu sei, é o da Albânia. O do "PCzão" é o da Rússia.

O SR. EDUARDO SUPILCY - Não é o da Albânia, porque ela nem mais existe. O regime socialista da Albânia não mais existe.

O Sr. Ronan Tito - Não. Mas eles continuam apegados àquele regime, se auto-intitulando progressistas e a nós conservadores, porque não pertencemos à linha deles. Então, seria boa essa definição por parte do PT, para clarear isso para o povo brasileiro. Qual é o tipo de socialismo? O do Fidel Castro? O da China? O de Felipe González? O do Mitterrand? Para nós, que temos obrigação de liderar os nossos companheiros, até por questão de votos - recebemos muitos votos na nossa Região - convém que fique esclarecido. Lula ou Fernando Henrique? Vamos admitir que cheguem ao segundo turno, como foi da outra vez. Para mim, aquela questão, por exemplo, do aborto: o PT decidiu, por maioria, pelo aborto. Mas depois ficou decidido que não ficaria colocado o aborto, pois Dom Luciano poderia não ir etc. O casamento de homossexuais: ficou pela maioria, mas não pode publicar. Que tipo de socialismo? Veja V. Ex^a que isso pode causar uma grande confusão, principalmente na cabeça dos líderes que vão esclarecer aos eleitores. Não acha V. Ex^a que se fosse esclarecido que tipo de socialismo é o do PT o Lula não recuperaria aquela dianteira e quem sabe se nós todos não iríamos nos engajar na campanha de V. Ex^a e do Lula?

O SR. EDUARDO SUPILCY - V. Ex^a poderá ler - fornecer-lhe de pronto - o programa de governo do Partido dos Trabalhadores, onde há definição para cada um dos temas mais importantes.

V. Ex^a pode também conhecer os estatutos de fundação do Partido dos Trabalhadores, onde ali está colocado que o Partido dos Trabalhadores visa a construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores, uma sociedade onde os direitos à cidadania sejam válidos para todos. Uma sociedade que queremos construir - isso está muito claro - diferentemente do que ocorreu em outras experiências, onde se procurou construir o socialismo. Nós, do Partido dos Trabalhadores, sempre ressaltamos que gostaríamos de construir de forma democrática a sociedade que quere-

mos. Em profundidade, nós queremos a democracia.

O Sr. Roman Tito – Mas a Albânia também dizia que queria a democracia. Eu estava na Europa quando o Primeiro-Ministro da Albânia fez uma declaração enfática, ao tempo do regime socialista: "Nós vivemos um verdadeiro socialismo democrático". Eu ouvi essa declaração.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pois, então, vou definir melhor para V. Ex^a. Queremos a democracia onde haja eleições livres e diretas, onde haja imprensa livre, onde haja partidos múltiplos. Avaliamos, sim, que pode existir a propriedade privada dos meios de produção. Avaliamos que o Estado deve ter grande importância na sociedade e queremos que as decisões sejam tomadas por formas as mais democráticas, com participação popular.

Permita-me fazer aqui uma observação que considero muito relevante, li um artigo do Economista Álvaro Zini, no domingo, na Folha de S. Paulo, que trazia algo muito interessante sobre a democracia na Grécia antiga. Em algumas cidades, como Atenas e outras, os impostos não eram cobrados por lei, não era de forma mandatária. Como se fazia o orçamento público? Na assembleia do povo, procurava-se, primeiro, definir o que era prioritário, por exemplo, a construção de edifícios, pontes, obras de grande relevância, e isso era feito democraticamente.

O Sr. Ronan Tito – Esse é o pensamento do PT?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Estou apenas dando um exemplo, para chegar a uma conclusão, se me permite.

O Sr. Ronan Tito – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Em seguida, procurava se esclarecer que se necessitava de recursos para a realização daquelas obras; e as pessoas passavam andando, como numa procissão, que se denominava liturgia, contribuindo com quanto desejavam. E dizia o economista Zini, que se baseou num livro recentemente escrito, que cada um procurava dar a sua contribuição, de forma, inclusive, que esta não fosse menor que a do seu vizinho. Essa era uma forma muito democrática de decisão, claro, para o tempo de Atenas.

O economista Álvaro Zini lembrou algo já mencionado hoje no meu pronunciamento: estamos tão distantes desse procedimento democrático que, na assembleia dos atuais representantes do povo no Congresso Nacional, após oito meses, ainda não aprovamos o Orçamento. Estamos permitindo que o Governo aja em plena escuridão, que esteja realizando gastos sem parâmetros com os quais possamos comparar.

Senador Ronan Tito, isso é um desrespeito à democracia, a procedimentos democráticos que eu e nós, do Partido dos Trabalhadores, defendemos.

Gostaria de conceder agora o aparte ao nobre Senador Moisés Abrão, que o havia solicitado antes de V. Ex^a.

O Sr. Ronan Tito – Gostaria apenas de lembrar a V. Ex^a que os atenienses só podiam praticar a democracia dessa maneira porque tinham escravos em casa para fazer todo o trabalho.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Claro. E somos inteiramente contra a escravidão, Senador Ronan Tito.

Ainda ontem, estava lendo um livro de introdução à filosofia, que acabou de ser lançado – e o recomendo a todos – por Mairilene Chauí. É um livro extremamente didático, onde ela comenta a respeito de Aristóteles. Ele dizia que os escravos eram seres inferiores, semelhantes a animais que falavam. Embora Aristóteles afirmasse que aqueles homens eram fadados a terem aquela posição inferior, a trabalharem nessas e naquelas funções, todo o raciocínio por ele desenvolvido acabava entrando em contradição, porque havia determinadas condições segundo as quais um escravo era guindado à posição de homem livre.

Se uma pessoa era fadada a ser escrava e assim condenada a

ser por sua natureza, como seria possível depois tornar-se livre?

Nesse caso, Aristóteles estava dando um típico exemplo do pensamento filosófico preconceituoso, tão similar às observações feitas pelo candidato Enéas ao seu concorrente Lula, durante um debate transmitido pela televisão, ao dizer que o seu adversário não possui conhecimento suficiente para exercer a Presidência da República; esqueceu-se ele de pessoas como Willy Brandt – que V. Ex^a admira, já o tendo citado algumas vezes – e John Major, atual Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha; ambos, como Lula, também não possuem formação superior, no entanto, são exemplos de estadistas.

O Sr. Moisés Abrão – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pois não, Senador Moisés Abrão.

O Sr. Moisés Abrão – Nobre Senador Eduardo Suplicy, estou ouvindo atentamente a explanação de V. Ex^a a respeito do quadro eleitoral que ora se desenvolve no País. Não desejo discutir com V. Ex^a, a quem admiro não só pelo seu trabalho, mas sobretudo pela inteligência com que atua nesta Casa, as contradições do Partido dos Trabalhadores, contradições que se estendem a praticamente todos os partidos brasileiros, de forma mais ou menos acentuada. Entendo que hoje, com um quadro eleitoral praticamente definido, V. Ex^a nos traz uma reflexão do que aconteceu no Brasil nesses últimos anos, principalmente no período pós-revolucionário. E devo confessar a V. Ex^a que o Partido dos Trabalhadores prestou um serviço imensurável à democracia no Brasil. Acredito que, passado o período de transição do Governo José Sarney, o período de transição dos Governos Collor/Itamar Franco, estamos vislumbrando uma nova fase no Brasil. Vejo alguns partidários do PT criticarem Fernando Henrique Cardoso de uma forma até cruel, como se a história de Fernando Henrique Cardoso tivesse começado com a campanha eleitoral – tenho absoluta convicção de que V. Ex^a sabe que isso não é verdade. Uma evidência desse fato é que o Partido dos Trabalhadores, nas eleições passadas, coligou-se com o PSDB, que apoiou Lula. De repente, as alianças que Fernando Henrique Cardoso tem promovido, com o Partido da Frente Liberal e com outros Partidos de menor representação no Congresso Nacional, passaram a representar munição para o Partido dos Trabalhadores criticar a postura, os princípios e a conduta do Senador Fernando Henrique Cardoso. Lembro-me bem da história passada de S. Ex^a. Convivi nesta Casa com o Senador Fernando Henrique Cardoso durante seis anos, quando nem sequer poderia imaginar que hoje viesse a ser candidato a Presidente da República. S. Ex^a sempre mostrou-se um homem afável, inteligente, capaz, cumpridor do seu dever, tendo sido repentinamente convocado a prestar um serviço a esta República, que se encontrava num verdadeiro caos. V. Ex^a não pode negar que, no início, o Partido dos Trabalhadores também deu ao Presidente Itamar Franco o apoio necessário para que o País pudesse superar essa fase difícil em que se encontrava, na medida em que houve impedimento do Presidente da República. Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério das Relações Exteriores. Foi convidado para o Ministério da Fazenda o Deputado Gustavo Krause, posteriormente, para seu substituto foi convidado Paulo Haddad, de Minas Gerais, e o caos continuava. Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda em condições até surpreendentes; nem esta Casa imaginava que o Ministro das Relações Exteriores pudesse ser convidado para assumir o Ministério da Fazenda. Entretanto, S. Ex^a assumiu, convocou uma equipe competente e conseguiu apaziguar os ânimos do País, pois, mesmo após Itamar Franco ter assumido o Governo, os ânimos se encontravam acirrados porque o País não encontrava caminho algum. E V. Ex^a há de convir que o País entrou

num processo de entendimento, de busca de uma solução. Não acredito que o Plano Real seja, hoje, a grande alavancagem da campanha de Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real é uma consequência do período em que Fernando Henrique Cardoso, à frente do Ministério da Fazenda e na ânsia de buscar uma solução para o País, elaborou, juntamente com uma equipe competente, o que hoje chamamos de Plano Real. Quando do lançamento da candidatura de Fernando Henrique Cardoso, só havia uma candidatura única, que estava no ápice, a do Lula, com quase 42% de popularidade, de preferência eleitoral, e nenhuma crítica se fazia a Fernando Henrique Cardoso. No momento em que a campanha de Fernando Henrique Cardoso começou a tomar corpo, começou a subir nos índices das pesquisas eleitorais, ele deixou de ser o ex-aliado do PT, o homem de princípios, o homem de trabalho, o homem competente, ou seja, começou a sofrer críticas. Tudo isso é estranho. Não sou daqueles que somam com as pessoas que pensam que se Lula for eleito Presidente da República este País se transformará num caos; ao contrário. Assisti um programa de público jovem, esta semana, onde o candidato do partido de V. Ex^a participava, e um dos jovens fez-lhe uma pergunta a qual levou-me a uma reflexão. O jovem perguntou-lhe: "Luiz Inácio, se você perder as eleições, o que você vai fazer?" Surpreendeu-me muito quando Lula disse àquele jovem que a primeira coisa que faria seria deixar a Presidência do Partido dos Trabalhadores e depois procurar um serviço. Poderia pedir a aposentadoria, porque tem tempo de serviço, mas que acharia uma vergonha, que ele procuraria uma função para poder preencher a sua vida. Naquele momento, não vi o candidato à Presidência da República, vi o cidadão, o jovem – posso assim dizer –, o jovem Lula. Vi a grandeza no cidadão. O homem que chegou onde chegou, cuja comunidade internacional o teve, por um período, como o futuro Presidente deste grande País, repentinamente dizer que procuraria um trabalho para poder se manter! Estive pensando: "Será que ele é tão grande a ponto de se afastar definitivamente da política, reconhecendo o serviço que prestou ao País?" Reconheço que Lula prestou um grande serviço ao Brasil. Foi e é um grande líder. Tenho absoluta convicção e certeza que o afastamento desse cidadão da vida pública fará com que o Partido dos Trabalhadores tenha uma grande perda. Digo mais a V. Ex^a: tenho absoluta certeza que o Brasil iria muito bem se o Lula fosse Presidente, mas não tenho dúvida alguma que o Brasil irá muito bem com o Fernando Henrique Cardoso sendo o Presidente. Finalizando, esse trem da felicidade, da alegria, fraternidade e solidariedade que V. Ex^a citou, Senador, é a vantagem da democracia. A democracia não põe no trilho apenas o trem, mas a cada quilômetro ela constrói uma estação. Se assim não fosse, isso nos lembraria a época de Hitler, quando se enchiham aqueles trens e as pessoas pensavam ir a caminho da felicidade. Entretanto, no caminho não havia nenhuma estação, só havia o final, que não era a felicidade, era exatamente o desastre. Essa é a grande vantagem. Se o trem que partiu com as pessoas segurando nos estribos, porque lá dentro não cabiam, hoje está vazio, é porque existem estações; as pessoas desceram e acharam que o outro trem, que vinha logo depois, poderia ultrapassar aquele em que estavam. Tenho a certeza absoluta, seja qual for o resultado – pelo que temos sentido deverá ser o Senador Fernando Henrique Cardoso –, que o seu partido e o seu candidato Luiz Inácio Lula da Silva prestou a este País um inestimável serviço. Sei que nós vamos entrar num novo caminho, o País haverá de se transformar e nós não teremos apenas dois trens, tenho certeza, mas vários trens correndo por este País do futuro, trazendo a verdadeira felicidade ao povo brasileiro. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) – A Presidência solicita ao nobre orador que conclua o mais breve possível o seu

discurso, pois o seu tempo está esgotado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Agradeço as observações do Senador Moisés Abrão. Avalio que S. Ex^a observou um momento de grandeza de Lula quando, ao responder a um jovem, ontem, ele disse que, se porventura, viesse a perder a eleição – tendo antes dito da sua convicção de que será eleito Presidente da República – ele procuraria um trabalho. Deixaria a presidência do Partido dos Trabalhadores, o que não significa que deixaria de estar participando do PT, mas que gostaria de ter uma atividade remunerada, que não fosse a de Presidente, ou dirigente do Partido. Todos nós que consideramos, como V. Ex^a acaba de falar, da maior importância a sua participação e inserção na vida política, infamos pedir que Lula continuasse a exercer esse papel de grande relevância. V. Ex^a fez bem em apontar a grandeza da observação de Lula, que é um ser humano com qualidades, e exatamente por ter ganho tanto respeito, inclusive de adversários, hoje reúne as condições, no meu entender, para se tornar um excelente Presidente da República, respeitando a condição de seu principal adversário, que é um homem também de qualidades, nosso colega Senador Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

COMPARECEM MAIS OS SRS:

Alfredo Campos – Dario Pereira – Epitácio Cafeteira – Gilberto Miranda – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Marcio Lacerda – Marco Maciel – Maurício Corrêa – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT – MA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nesta tarde político-democrática e desportiva, prefiro comparar a luta de boxe referida pelo nobre Senador Eduardo Suplicy a um campeonato mundial de futebol, já que o Brasil foi tetracampeão e porque, em todos os Estados, há uma seleção em campo, e muitos desses atletas estão sendo julgados pela população.

Preocupa-me sobremaneira, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o fato de que, enquanto de um lado, a grande platéia – a Nação brasileira – assiste a essa disputa; do outro, um dos órgãos promotores da mesma, responsável pelas regras do jogo, o Congresso Nacional, não tenha ainda votado o Orçamento. Saúde, educação e transporte, que se constituem nos principais meios de sobrevivência desse povo, que deseja continuar assistindo à disputa, estão sem recursos porque o Orçamento, até este momento, não foi aprovado.

Não tenhamos dúvida, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, de que a grande preocupação nacional, hoje, já no final do mês de agosto, é com o fato de não termos um Orçamento, por uma série de motivos. Entretanto, a grande imprensa brasileira cita o Congresso como o único responsável pela falta do Orçamento e de recursos para o desenvolvimento do País.

Nesta tarde, faço um apelo à Presidência do Congresso Nacional, para que convoque os Srs. Parlamentares, não somente pelo telegrama habitual, uma vez que desde a Revisão Constitucional eles se desmorralizaram, não sendo levados em conta. Seria oportuno que todas as Lideranças que participaram de uma reunião com a Presidência do Congresso Nacional, combinando um esforço concentrado para os dias 29, 30 e 31 para a aprovação da LDO, do Orçamento e de uma série de outras questões que estão pendentes, usassem o telefone e convocassem os Srs. Parlamentares, para

que, mais uma vez, o Congresso Nacional não venha a ser desmobilizado pela falta de quorum e até mesmo dando uma impressão à Nação de que não estamos ligando para os seus problemas mais cruciais.

Seria oportuno que tirássemos a atenção da tela, do campo da partida ou do ringue de boxe – como se referiu o nobre Senador Eduardo Suplicy – e voltássemos as atenções, deixando a campanha – todos nós estamos em campanha, inclusive eu –, mas, por um ou dois dias, para comparecermos ao Congresso, atendendo a essa convocação, que julgo da maior importância, sobretudo, Sr. Presidente, visando a sobrevivência moral destas duas Casas.

É o apelo, Sr. Presidente, que faço nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – A Presidência registra a sugestão de V. Ex^a e a colhe, para a tomada das providências sugeridas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB – RO) Promunícia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, venho, hoje, à tribuna do Senado não para discutir a campanha político-eleitoral, tampouco a candidatura à Presidência da República, mas para falar sobre o IBAMA, mais especificamente, do IBAMA do meu Estado, Rondônia.

Estando o Estado de Rondônia localizado na Região Amazônica, lugar de problemas fundiários, de demarcação de áreas indígenas, de parques ecológicos, surpreendeu-nos que a Presidente do IBAMA tenha entendido mudar aquilo que estava dando certo. A Superintendência do IBAMA no Estado de Rondônia tinha à sua frente um engenheiro agrônomo e florestal. Numa reestruturação dessa Superintendência, substituiu-se um engenheiro florestal por um ginecologista.

Sinceramente, Sr. Presidente, essa mudança me pareceu estranha. É um "estranho no ninho". Não entendo como em um Estado que precisa de um engenheiro florestal ou de um agrônomo, a Direção do IBAMA seja substituída por um ginecologista. Nada tenho contra essa especialidade, até porque sou médico e, também, especialista em ginecologia. Mas é, no mínimo, estranho.

Levei o fato ao conhecimento da Presidente do IBAMA e ao Ministério do Meio-Ambiente. Perguntei as razões dessa mudança e até hoje não houve qualquer explicação, simplesmente aconteceu porque a Sr^a Presidente do IBAMA assim o quis.

O Sr. Ronan Tito – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO – Ouço o nobre Senador Ronan Tito, conhecedor da região do Estado de Rondônia.

O Sr. Ronan Tito – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Ronaldo Aragão a oportunidade de manifestar-me a respeito deste tema, pois Rondônia está inovando mais uma vez: um médico ginecologista assume a Superintendência do IBAMA. Não que tenha que ser, necessariamente, um engenheiro florestal, mas... Estranho muitas coisas no IBAMA, no Brasil, especificamente em Rondônia, onde há, sem nenhum favor, a melhor reforma agrária do País. Sem dúvida alguma, pegou-se terras boas, foram feitos os assentamentos de maneira correta, 50% da área foi desmatada, com a preservação de uma reserva de 50%. Agora, pasmem Srs. Senadores, presenciei, como o Senador Ronaldo Aragão, tal fato, naqueles desmatamentos, as árvores frondosas que permaneceram depois da derrubada e das queimadas, estão lá de pé, apodrecendo. Uma vez sugeri: por que não se cortam essas árvores e as transformam em tábuas para construção civil, embalagens e outras coisas mais? Disseram-me: o IBAMA não permite. São árvores mortas! Se os Srs. Senadores pensam que estou falando de uma, ou de mil, ou de um milhão de árvores, estão absolutamente equivocados. Se conseguíssemos aproveitar todas

as árvores mortas, de pé, justamente nos assentamentos em Rondônia, transformando-as em tábuas, diminuiríamos as nossas favelas, dariam casas de madeiras, como as que vemos no Canadá, nos Estados Unidos, e nos Estados do Sul do Brasil. Poderíamos transformar as nossas favelas, no mínimo, na metade do que elas são hoje. Mas é crime de lesa-pátria derrubar uma árvore morta, dã cadeia! Certa vez, Senador Ronaldo Aragão – vale a pena contar isso aqui, porque é crime inafiançável –, um amigo me disse: – "Olha, vou derrubar um árvore dessas"; então, outro disse: – "Escuta, se o fiscal do IBAMA te pegar?", ele respondeu: – "Eu mato. Porque se eu matar, tenho *sursis*, tenho *habeas corpus*, contrato um bom advogado." Se o proprietário da área for surpreendido derrubando uma árvore – de pé, mas morta – é acusado de um crime inafiançável. Ainda em Rondônia, gostei muito de um plano financiado pelos norte-americanos, o *PLANOFLORA*, aplaudido pelas ONGs, para a preservação das nossas florestas, para a nossa ecologia. Sabe quanto recebe Rondônia de ajuda do exterior para a manutenção das nossas florestas? Recebe 1.20 dólar por hectare. Se recebermos a mesma quantia e transformarmos todas aquelas florestas em santuário da natureza, financiados justamente por aqueles países que já desmataram todas as suas reservas florestais no século passado, e as mantivermos, seremos heróis nacionais. O Governador do Estado de Rondônia está aguardando – com a conveniência do Senado – a liberação de alguns milhões de dólares para preservar as florestas, não tocar em nada, fazer uma espécie de santuário da natureza, enquanto estamos com uma quantidade enorme de pessoas que passam fome. Temos ali terras da melhor qualidade, temos a lei, que já prevê a reserva de 50% das florestas, mas não basta. Estão aí as ONGs batendo palmas para isso, e todos aqueles que se aventurarem a plantar qualquer coisa naquela região ou a desmatá-la, mesmo dentro dos 50% permitidos pela lei, serão considerados criminosos. Não entendo essa inversão de valores que estamos vivendo. Outro dia, Senador Ronaldo Aragão, eu estava discutindo, na Espanha, a questão da preservação das florestas, da ecologia. Eu dizia então que era muito fácil saber se o orador, aquele que estava defendendo a preservação da ecologia, era do Primeiro ou do Terceiro Mundo. Se ele fosse do Primeiro Mundo estaria falando nas florestas da Amazônia; se ele fosse do Terceiro Mundo, como eu, começaria a falar sobre os efluentes industriais, sobre o BHC que está solto na natureza, sobre uma série de pesticidas que estão sendo jogados pelas indústrias na natureza.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Mas isso não faz mal.

O Sr. Ronan Tito – Isso não faz mal. Por exemplo, há ainda as experiências nucleares feitas pela França, pelos Estados Unidos, pela Rússia e outros países. Querem nos impor, a nós, do Terceiro Mundo, um modo de preservação do nosso ecossistema que seria o ideal para eles. Nobre Senador, no passado, fui reflorestador. Aqui se planta, e o meu Estado dedica-se bastante ao reflorestamento e à silvicultura. Após cinco anos, podemos cortar uma árvore e cinco anos depois temos a sua rebrota, principalmente do eucalipto, e cinco anos mais tarde temos outra rebrota. Na Suécia, passam-se quatro anos antes que se leve a muda para o campo; ela fica no berçário. Eles querem nos impingir as regras, mas somos um País tropical, e o crescimento das florestas, o seu revigoramento se faz em outra dimensão, relativa à nossa luminosidade. O desenvolvimento das florestas são, sem dúvida alguma, de outro jaez. E aqui querem nos impor as regras que seriam boas para eles, mas as quais se esqueceram de aplicar em suas terras no século passado ou no início deste. Acho que o único país do Primeiro Mundo que chegou a este século com algumas florestas naturais foi a França; mas primeiro tirou todas as essências que verdadeiramente valiam alguma coisa, as chamadas madeiras de lei, e as que existem lá agora não valem mais nada. Para o meu Estado, o Esta-

do de Minas Gerais, a economia florestal representa qualquer coisa em torno de três bilhões de dólares anuais. Isso para os Estados Unidos da América do Norte é menos que zero um por cento do que representa a economia florestal. A economia florestal dos Estados Unidos é estimada em mais ou menos 94 bilhões de dólares/ano. Enquanto isso mandam pouco mais de 200 milhões de dólares para o Brasil para preservar nossas florestas.

O SR. RONALDO ARAGÃO – E ditam regras.

O Sr. Ronan Tito – Ditam regras. E vêm aqui as taís de ONGs – Organizações não-Governamentais – dizerem que são patriotas. E aqueles que querem plantar, que querem cultivar o solo, que querem mandar para as suas famílias e para os grandes centros que ostentam hoje cerca de 32 milhões de famintos, segundo o Betinho e outros, não podem fazê-lo. Não sei como vamos plantar arroz, feijão e outros cereais no meio da floresta, e eles vicejarem. Mas, de uma maneira ou de outra, nobre Senador, o alerta de V. Ex^e faz parte deste Brasil psicodélico. Tenho a impressão de que o próximo caminho que este Governo Collor/Itamar vai tomar será remeter, lá para os hospitais de Rondônia, um engenheiro florestal para ficar nas mesas de cirurgia e de obstetrícia, enquanto um obstetra vai cuidar das florestas de Rondônia. Parabéns a V. Ex^e por levantar esse problema.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Senador Ronan Tito, V. Ex^e é conhecedor do problema não só do seu Estado, mas também do Brasil e conhece a fundo o problema fundiário, o problema florestal do Estado de Rondônia. Sabe V. Ex^e que o IBAMA tem a obrigação de fazer o manejo sustentado da floresta e deve colocar à frente de sua direção um homem acostumado a lidar com esse problema, ou seja, um engenheiro florestal. Mas a presidente do IBAMA, por capricho simplesmente, porque não há explicações, exonerou o superintendente do IBAMA, que estava trabalhando muito bem. E o Ministério do Meio-Ambiente também não deu qualquer explicação a respeito dessa mudança. Creio que isso não traz benefícios para o Governo Itamar Franco. E fico temeroso de como se vão resolver esses problemas no Estado de Rondônia. Há que se ter o profissional certo para o lugar certo. Sou médico, minha formação profissional é medicina; não posso ser colocado para exercer as funções de técnico em agricultura. Veja bem, Senador, em Rondônia havia uma política de proteção ao meio ambiente, de proteção à ecologia, de intensificação do manejo sustentável da floresta; mas tudo isso foi por água abaixo, simplesmente porque a presidente do IBAMA entendeu de fazer um remanejamento, colocando à frente de um órgão, que é da maior importância para o Estado de Rondônia, um ginecologista. Não dá para entender. Não comprehendo como o Ministério do Meio Ambiente aceitou isso. Deixo aqui um alerta para que o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente se posicionem.

Quero repetir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que isso em nada contribui com o Governo Itamar Franco, é o Estado de Rondônia, que tanto já perdeu, vai continuar perdendo alguma contribuição que poderia ter para o seu desenvolvimento.

Portanto, para que amanhã o Governo não diga que não o alertamos: A responsabilidade do não-funcionamento do IBAMA no Estado de Rondônia é da atual presidente. Faço este alerta não só ao Ministério do Meio Ambiente mas também ao Senhor Presidente da República. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – A Presidência, nos termos do art. 174 do Regimento Interno, dispensa o período correspondente à Ordem do Dia na sessão de hoje.

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 15 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

OFÍCIO N° S/56, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício n° S/56, de 1994, através do qual o Banco Central do Brasil encaminha a solicitação da Prefeitura do Rio de Janeiro no sentido de que aquele Município possa emitir Letras Financeiras do Tesouro Municipal, cujos recursos serão destinados ao giro da sua dívida mobiliária, vencível no 2º Semestre de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

2

OFÍCIO N° S/63, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício n° S/63, de 1994, através do qual o Governo do Estado de Pernambuco solicita autorização para realizar operação de crédito externo junto ao Brasilian American Merchant Bank, no valor de US\$ 50.000.000,00, equivalentes a R\$ 50.000.000,00, em 1º de julho de 1994, cujos recursos serão destinados a projetos previstos no art. 2º da Lei nº 11.096, de 30.06.94. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

3

OFÍCIO N° S/64, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício n° S/64, de 1994, através do qual o Governo do Estado de São Paulo solicita autorização para alterar o percentual de rolagem de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1994, de 91%, autorizado pela Resolução nº 25/94, do Senado Federal, para 100% da dívida. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

4

OFÍCIO N° S/66, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício n° S/66, de 1994, através do qual o Governo do Estado de Minas Gerais solicita autorização para alterar o percentual de rolagem de sua dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

5

REQUERIMENTO N° 638, DE 1994

Votação, em turno único, do Requerimento nº 638, de 1994, da Senadora Júnia Marise, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1992, de sua autoria, que submete a nomeação do Secretário da Receita Federal à prévia aprovação do Senado Federal.

6

REQUERIMENTO N° 641, DE 1994

Votação, em turno único, do Requerimento nº 641, de 1994, do Senador Lourival Baptista, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do

Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1994 (nº 4.146/93, na Casa de origem), que dá nova redação ao art 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências".

7

Apreciação do Edital de Privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A - Embraer, nos termos da Resolução nº 53, de 1994, do Senado Federal. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h20min.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 445, DE 1992

Publicado no DCN, de 12-11-92, Seção II, e republicado no DCN de 19-11-92 (Apostila), Seção II, que aposentou a servidora Maria Antonieta Siqueira Ferreira Braga (Processo PD-000593/92-3).

Apostila

Fica alterado o fundamento legal da concessão de aposentadoria a que se refere o presente Ato, para excluir a vantagem constante da decisão da Egrégia Comissão Diretora do Senado Federal, adotada em sua 14ª Reunião Ordinária, realizada em 27-11-85 (Processo PD-1010/85-9), em consonância com a Decisão nº 270, Ata nº 36, de 9-11-93, 1ª Câmara, do Tribunal de Contas da União.

Senado Federal, 17 de agosto de 1994. - Senador Júlio Campos, Presidente do Senado Federal em Exercício

ATO DO PRESIDENTE Nº 453, DE 1993

Publicado no DCN de 14 de setembro de 1993, seção II, que aposentou a servidora Cleone Santos (PD-000435/93-7).

Apostila

Fica alterado o fundamento legal da concessão de aposentadoria a que se refere o presente Ato, para excluir a vantagem constante da decisão da Egrégia Comissão Diretora do Senado Federal, adotada em sua 14ª Reunião Ordinária, realizada em 27-11-85 (Processo PD-1010/85-9), em consonância com a Decisão nº 270/93, 1ª Câmara, do Tribunal de Contas da União.

Senado Federal, 17 de agosto de 1994. - Senador Júlio Campos, Presidente do Senado Federal em Exercício.

ATO Nº 287/94

(Do Presidente do Senado Federal)

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no Ato nº 2/73, da Egrégia Comissão Diretora do Senado Federal, tendo em vista o que consta do Processo nº 01178/94-6-Cegraf, exonera, a pedido, na forma do art. 34 da Lei nº 8.112/90, o servidor Rodrigo da Costa Fonseca, mat. 1910, do cargo efetivo que ocupa no Quadro de Servidores do Centro Gráfico do Senado Federal.

Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário do Congresso Nacional, Seção II.

Brasília, 19 de agosto de 1994. - Humberto Lucena, Presidente.

ATO Nº 288/94

(Do Presidente do Senado Federal)

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 0804/91-6 e 0492/94-9, resolve alterar o Ato desta Presidência nº 649, de 1991, publicado no DCN, Seção II, de 27-8-91, para considerar o servidor Manoel Jacó de Souza, matrícula

0298, aposentado nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea a, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 13, da Resolução SF nº 87, de 1989, e 1º da Resolução SF nº 59, de 1991.

Senado Federal, 19 de agosto de 1994. - Humberto Lucena Presidente do Senado Federal.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 110, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferido pelo art. 10 do Ato do Presidente nº 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.010/93-3, resolve homologar, para fins do disposto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 1990, a avaliação de desempenho relativa ao estágio probatório da servidora:

Nome do(a) Servi- dor(a)	Matrícula	Média-Final
Sandra Maria de Fa- ria Mattos	4634	188

Senado Federal, 19 de agosto de 1994. - Paula Cunha Canto de Miranda, Diretor-Geral do Senado Federal em exercício.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 111, de 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 014124/94-7, resolve nomear Enéas de Alencastro Neto para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, 19 de agosto de 1994. - p/ Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1994, ÀS QUATORZE HORAS

Às quatorze horas do dia dezenesseis de agosto de mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador João Rocha e com a presença dos Senadores Júlio Campos, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Maurício Corrêa, Josaphat Marinho, Ronan Tito, Moisés Abrão, Mansueto de Lavor e José Eduardo Vieira, além do Deputado Ernesto Gradelha, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, comunica que a reunião destina-se às exposições do Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Lélia Viana Lobo, e do Presidente da Embraer, Engenheiro Ozires Silva, sobre a privatização da Embraer. Em seguida Sua Excelência confere a palavra aos Senhores expositores para que façam suas explicações. Encerradas as exposições, inicia-se o debate. Participam os Senadores Júlio Campos, Eduardo Suplicy, Maurício Corrêa, Josaphat Marinho, Ronan Tito, além do Deputado Ernesto Gradelha. Não havendo mais perguntas, o Senhor Presidente agradece a presença do Ministro da Aeronáutica, Lélia Viana Lobo, e do Doutor Ozires Silva, bem como dos demais convidados e público presente, encerrando a reunião às dezoito horas e dez minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. - Senador João Rocha, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal declara aberta a sua décima-sexta reunião, que tem como pauta a audiência pública sobre a privatização da EMBRAER, com as presenças dos Srs. Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Lélio Viana Lôbo, e Presidente da EMBRAER, Dr. Ozires Silva.

A presente reunião tem como objetivo atender à proposta feita através do Parecer nº 124, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o edital de licitação da EMBRAER, de autoria do nobre Senador Jutahy Magalhães.

Informa ainda a Presidência que esta Comissão ouviu, sobre o mesmo assunto, em 26 de abril de 1994, o Sr. André Franco Montoro Filho, Presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização. E àquela época a audiência pública contou com a presença de todos os interessados na privatização da EMBRAER. Dissemos, naquela oportunidade, que o Ministro da Aeronáutica não se fazia presente, porque o Dr. André Franco Montoro Filho vinha com todas as informações e esclarecimentos necessários não só para os Srs. Senadores mas também para todos os segmentos da sociedade envolvidos no assunto.

E, neste momento, é uma satisfação muito grande a Comissão contar aqui com a presença do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Lélio Viana Lôbo, Ministro da Aeronáutica, e do Dr. Ozires Silva, para tratar do mesmo assunto.

Para darmos agilidade maior e mais objetividade a esta reunião, perguntamos ao Ministro Lélio Viana Lôbo se S. Ex^a pretende, de início, fazer uso da palavra para os esclarecimentos que S. Ex^a julgar necessários.

O SR. LÉLIO VIANA LÔBO – Sr. Presidente da Comissão, Srs e Srs. Senadores, queria, inicialmente, externar a satisfação do Ministério da Aeronáutica em estar presente a esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para prestar alguns esclarecimentos a respeito do processo de privatização da EMBRAER.

Eu me permitiria, nestes minutos iniciais, fazer um pequeno histórico da indústria aeronáutica no País, para que seja entendida a filosofia que nos levou à posição atual. Lembraria que o Ministério da Aeronáutica, desde a sua criação, teve como preocupação fundamental, além dos problemas normais relacionados com as áreas militar e de aviação civil, a implantação de uma indústria aeronáutica no País capaz de funcionar como uma base essencial para emprego da área militar propriamente dita e, adicionalmente, criar condições para a participação da indústria aeronáutica brasileira no mercado internacional.

Foi através desse contexto que o Ministério estabeleceu uma visão estratégica do assunto, identificando como elemento essencial de partida a necessidade da existência de uma infra-estrutura de formação de recursos humanos, considerados à época como elementos absolutamente essenciais para dar partida no processo.

Foi através disso que se criou o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, conhecido de todos como elemento essencial, como disse, para a implantação de uma indústria aeronáutica.

Seguiu-se-lhe a criação do Centro Técnico de Aeronáutica à época e, dentro dele, criou-se também uma área destinada à pesquisa e desenvolvimento de produtos, e também, àquela época, já havendo preocupação com o problema de indústria, criou-se o Instituto de Fomento Industrial, que teve sempre, e tem ainda hoje, a responsabilidade de estabelecer o relacionamento entre a área de pesquisa e desenvolvimento e a indústria. Isto porque sempre foi meta do Governo e do Ministério da Aeronáutica que a indústria brasileira fosse dinamizada no setor aeroespacial, independentemente de ser estatal ou privada.

Prosseguiu-se o trabalho no Centro Técnico Aeroespacial, desenvolvendo-se o primeiro avião nacional na área aeronáutica propriamente dita, com projeto integral. Lembro que até aquela época haviam sido desenvolvidos no Brasil inúmeros protótipos, dizem até que algumas centenas de protótipos, que não tiveram condições de ir adiante porque faltava principalmente a base industrial lógica, uma base industrial de sustentação adequada para a indústria.

Quando se desenvolveu o Bandeirante, chegou-se à conclusão da conveniência da criação de uma empresa para a industrialização, para a produção em série da aeronave. À época, os estudos do Ministério da Aeronáutica indicaram a intenção de criação de uma empresa privada, obviamente com alguma participação estatal. No entanto, a análise da viabilidade técnico-econômica mostrou que o lado econômico não permitia a criação de uma indústria privada, por falta exata de investimento no nível adequado.

Optou-se, portanto – e a opção foi forçada, eu diria assim –, pela criação de uma empresa estatal, nascendo, portanto, a EMBRAER, que este mês completa 25 anos de existência. Foi todo um trabalho executado para a implantação da indústria, que era uma indústria de projeto, uma indústria de produção, uma indústria de sistematização. Mas, paralelamente a esse trabalho, outras indústrias foram sendo implantadas, foram sendo dinamizadas no País, de peças, de participação minoritária em vários empreendimentos. Para que V. Ex^ss tenham uma idéia da situação atual, hoje dispomos, na área aeroespacial, no Brasil, de 556 indústrias que participam dos nossos programas espaciais, dentre as quais está a EMBRAER, a única estatal. Portanto, temos 555 indústrias privadas que participam dos programas aeroespaciais brasileiros.

Parece-me que é uma informação bastante significativa, porque ela mostra exatamente a linha de raciocínio, a linha de conduta que o Ministério da Aeronáutica, representando a União, utilizou na condução de todo o programa aeroespacial brasileiro, na parte industrial fundamentalmente.

Inúmeras ações foram desenvolvidas ao longo do tempo para levar adiante os trabalhos da EMBRAER. Sempre houve a preocupação de que a empresa fosse a grande supridora dos produtos da força aérea. Temos hoje, na força aérea, 800 aeronaves, das quais 75%, portanto 600 aeronaves, são de produção da EMBRAER, o que mostra também o nível de dependência que temos da Empresa Brasileira de Aeronáutica. Nessas 600 aeronaves há a participação não apenas da EMBRAER, mas de todo um outro conjunto de indústrias que elaboraram peças e componentes.

Adicionalmente, lembraria que a EMBRAER, desde a sua criação, tem nos seus estatutos também a responsabilidade e atribuição do fomento à indústria. Isso teve muito sentido à época porque estávamos exatamente num momento de indução da indústria aeronáutica como um todo.

Ao longo dos tempos, por uma série de razões e pelo próprio nível de maturidade a que chegou a indústria aeronáutica brasileira, realmente essa responsabilidade do fomento à indústria, pela EMBRAER, foi sendo cada vez mais reduzida e foi sendo implementada através do Centro Técnico Aeroespacial.

Nós chegamos a um ponto, no andamento dos trabalhos da EMBRAER, há mais de dez anos, em que concluímos que seria necessário algum movimento para fazer que a empresa pudesse galgar um patamar tecnológico diferente, uma vez que ela estava mais ou menos estabilizada no nível das aeronaves turboelétricas. Entendímos que, de acordo com o planejamento estratégico do Ministério da Aeronáutica e com as necessidades da Força Aérea Brasileira para o futuro, seria importante que a empresa galgasse

um novo patamar. Foi através exatamente dessa constatação e dessa visão estratégica que a empresa entrou no programa conjunto AMX, que está sendo realizado com os italianos e que hoje já está com quatorze anos de trabalhos sucessivos. Trata-se de um programa que imaginamos que perdurará ainda por mais uns três ou quatro anos, na fase de produção, e mais vinte e cinco a trinta anos na fase de sustentação do produto.

Isso mostra exatamente a dimensão e a longevidade dos programas estratégicos em que a indústria se envolve, e também explica o porquê de investimentos pesados que a indústria aeronáutica necessita para estar cada dia mais produzindo produtos compatíveis com as necessidades do mercado. Lembramos que o mercado de aeronaves é um mercado de obsolescência razoavelmente rápida. As aeronaves têm vida longa, mas o tempo das linhas de produção de uma aeronave é razoavelmente curto. O tempo de produção propriamente dito de algumas aeronaves ronda por volta de oito, dez anos, e o tempo criação do projeto até a finalização dos protótipos e início da produção varia, às vezes, de cinco a dez anos, dependendo do tipo de problema, do tipo de avião, do tipo de tecnologia.

Na realidade, trata-se de uma explicação muito rápida sobre a filosofia da indústria aeronáutica que montamos há mais de trinta anos. Prosseguimos na mesma linha de conduta, sabendo que é absolutamente essencial para uma força aérea que a indústria aeronáutica do país seja o seu sustentáculo. Não há como raciocinar em se tratando de forças armadas de modo geral, e força aérea em especial, como é o nosso caso, sem que a indústria aeronáutica do país tenha capacidade de dar-lhe um suporte adequado, fazendo com que o nível de dependência externa seja cada vez menor.

Normalmente hoje isso é feito através de um processo de interdependência, no qual os países dependem uns dos outros nesse campo, permitindo uma situação mais favorável para as necessidades operacionais quando elas realmente precisarem ser utilizadas. Foi dentro desse contexto que entramos no Programa AMX, que é, acima de tudo, um programa de capacitação industrial que obteve muito sucesso.

Esse é mais ou menos o quadro geral que gostaria de apresentar como ponto de partida, reservando para uma segunda etapa alguma coisa mais específica sobre a EMBRAER propriamente dita e o processo de desestatização.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Passamos a palavra ao Senador Júlio Campos que, neste momento, exerce a Presidência da Casa. Posteriormente a palavra ficará franqueada, por sugestão do Senador Eduardo Suplicy, ao Dr. Ozires Silva, e depois aos Srs. Senadores presentes e demais autoridades constituídas.

O SR. JULIO CAMPOS – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Lélio Viana Lôbo, Sr. Presidente da EMBRAER, Coronel Ozires Silva, Srs. Senadores membros desta Comissão, demais autoridades aqui presentes:

Queremos apenas, nesta oportunidade, agradecer a presteza com que o Ministério da Aeronáutica e a própria EMBRAER atenderam ao convite do Senado Federal, no sentido de vir a esta Comissão o Sr. Ministro da Aeronáutica, Lélio Viana Lôbo, e o Sr. Presidente da EMBRAER, Ozires Silva, a fim de prestarem esclarecimento, nesta audiência pública, sobre a privatização da EMBRAER. Portanto, nesta oportunidade, queremos agradecer esta presteza, creditando que os esclarecimentos, tão esperados pelos Srs. Senadores e, em especial, pelo Sr. Senador Eduardo Suplicy, Líder do PT, nesta Casa, sejam feitos com a mesma presteza e possamos, assim, resolver, a curto prazo, esse assunto que é de interesse não só do Ministério da Aeronáutica, como do próprio País.

A minha solidariedade e os meus agradecimentos em nome do Presidente Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Dr. Ozires Silva, Presidente da EMBRAER.

O SR. OZIRES SILVA – Sr. Presidente, prezado Senador Júlio Campos, velho amigo nosso, Ministro da Aeronáutica, Srs. Senadores, Srs. e Srs.:

O Ministro Lôbo fez uma colocação a respeito da história e da vocação brasileira de fabricação de aviões.

O Brasil, com suas dimensões de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, tem na avião uma vocação natural. Hoje, como País isolado, o Brasil é o segundo mercado mundial para a fabricação de aviões.

As perguntas colocas em relação à EMBRAER são: por que a empresa entrou em crise? Por que o Governo brasileiro escolheu a opção de privatização da companhia para o seguimento de suas atividades?

A crise da EMBRAER, infelizmente, não tem uma raiz interna no nosso País. Ela conseguiu conquistar o mercado internacional; felizmente para o País, ela ultrapassou as nossas fronteiras, enfrentou novos mercados; hoje temos aviões voando em cerca de 50 países do mundo; e, sem dúvida nenhuma, em termos de indústria aeronáutica, desde de 1910, quando o Brasil fabricou o seu primeiro avião, a EMBRAER é um empreendimento de maior sucesso que jamais se implantou neste País. Uma empresa implantada em 1970, num período inicial de investimentos, ela ainda não conseguiu resultado lucrativo em 1970, mas a partir de 1971 foi uma empresa lucrativa, conquistando novos mercados e de uma forma extremamente surpreendente, porque conseguiu fazer isso através de tecnologia própria. Quer dizer, a empresa além de se transformar num sucesso comercial, ela exerceu, na sua plenitude, o papel de fomentadora da indústria aeronáutica no País. Nesse período, desde a sua fundação, 4.500 aviões foram fabricados; mais de 7.500 bilhões de dólares foram faturados; e pouco mais de 50% para exportação. Construímos uma marca, que a despeito dos problemas financeiros que afetam a companhia a partir de 1989, 1990, é uma marca forte, com extrema reputação. Contudo, o que aconteceu com a empresa é uma reflexo do que aconteceu ao País, de um lado, e o que aconteceu no exterior.

No exterior hoje observamos uma fundamental falência do mercado comercial. A partir da Guerra do Golfo, apesar de não ter uma conotação direta, houve uma queda bastante grande do tráfego aéreo, e o início de uma guerra de tarifas, e uma competição absolutamente inusitada para o transporte aéreo internacional, a evolução das comunicações.

Creio que poderíamos dizer que o grande inimigo hoje do desenvolvimento da indústria aeronáutica comercial é o fac-símile, que está num outro ângulo completamente diferente das operações do transporte aéreo, mas afetou significativamente a demanda. As frotas estão ficando ultrapassadas, não há uma renovação bastante grande, e se nota hoje em toda a área industrial aeronáutica do mundo um encolhimento bastante grande das atividades de produção e de venda. A própria BOEING, que hoje, sem dúvida, é a maior vendedora de aviões do mundo, está com 60% das suas encomendas garantidas pelo governo norte-americano e mesmos assim está promovendo, nos próximos 18 meses, uma redução do seu efetivo de mais ou menos 20 mil empregados, o que para a cidade de Seattle, onde a BOEING está situada, o impacto é mais ou menos semelhante ao que acontece conosco em São José dos Campos, uma comunidade relativamente pequena com grande impacto de perda de postos de trabalho.

Paralelamente, tivemos a felicidade de termos o fim da "guerra fria". O fim da "guerra fria" determinou também os cortes das despesas militares. Em consequência do corte das despesas militares, tivemos, pela primeira vez na história do desenvolvimento da indústria aeronáutica, que ganhou aceleração após o final da

Segunda Guerra, a conjunção de dois fatores: a queda do mercado militar e a queda do mercado civil, isso no plano internacional.

No plano interno, a situação não foi mais fácil. Os sucessivos cortes que foram efetuados segundo as políticas econômicas implantadas pelo Governo nos orçamentos, afetando claramente os orçamentos militares, impediram que novas encomendas do lado militar fossem feitas aqui no Brasil também. Há aproximadamente sete anos que não ocorre uma encomenda nova de programa militar na EMBRAER; enquanto o governo norte-americano está aplicando recursos cada vez mais acentuados nas suas empresas. Note-se que o governo Clinton, o único setor orçamentário do governo dos Estados Unidos, com a nova administração, a do Partido Democrata, não concedeu corte aos orçamentos militares para justamente sustentar as indústrias aeronáuticas norte-americanas, que estão sofrendo em função do mercado internacional.

Aqui no Brasil, quando se iniciou o Governo Collor, houve a demência do sistema de financiamento, o Sistema FINEX, de avião para o exterior. As vendas de aviões comerciais pararam completamente durante um ano, dando tempo para que se acentuasse a crise no mercado comercial. A partir desse instante, a EMBRAER começou a entregar os aviões que tinha em ordem, discutindo com os potenciais clientes os cancelamentos e manteve-se até 1993. Diria que, a partir do final de 1992 até a semana passada, nenhum contrato novo conseguiu ser assinado. Exceção que se faz agora, que começamos a assinar novamente contratos, já mostrando uma pequena recuperação no campo da aviação regional, que é onde atuam os aviões brasileiros. Com isso, temos a convicção de que é o início de uma recuperação que, talvez, em 1996, será já bastante sólida, consolidando-se seguramente a partir de 1997, porque a guerra das tarifas vai obrigar, sem dúvida nenhuma, as empresas a comprarem aviões mais econômicos. Estes aviões já estão sendo desenvolvidos, em particular, o nosso novo jato de cinqüenta lugares que, sem dúvida nenhuma, em termos paramétricos e colocados na competição internacional, é um dos aviões mais competitivos que teremos agora no segundo lustro da Década dos 90, portanto, no final do século XX.

De modo que vemos hoje a EMBRAER com extraordinárias condições estratégicas, através de sua linha de produtos, de conquistar um bom segmento de mercado. Estamos na área do avião comercial com dois aviões que têm boas possibilidades de aumentar as vendas em função da recuperação do mercado, que é o nosso Brasília para trinta lugares e o nosso novo jato, como mencionei, o 145. E ainda, paralelamente, um avião de treinamento, o Tucano, dos quais mais de seiscentos exemplares já foram vendidos, estão sendo fabricados na Grã-Bretanha sob licença, e agora entra numa competição milionária, muito difícil, sem dúvida, mas para fornecer o avião para a Força Aérea norte-americana. Não é um sonho alto porque competimos para vender para a RFA, na Inglaterra, ganhamos. Competimos para vender na França, ganhamos. E não há nada que se possa imaginar que impeça que possamos ganhar o contrato nos Estados Unidos, se bem que se trata de um contrato extraordinariamente difícil, mas temos ferramenta na mão, temos bons produtos, temos um bom parceiro a nível internacional.

De modo que essa linha estratégica é mais ainda o que temos pela frente demonstram que a Companhia é extremamente competitiva e pode sobreviver para o futuro. Mas há um problema fundamental: o problema corporativo da empresa. A empresa hoje controlada pela União Federal – e sabem os Srs. Parlamentares, Srs. Senadores aqui presentes, que hoje as prioridades do Governo são nitidamente de caráter social. O Governo não está mais em condições de fazer os investimentos que são requeridos para a empresa para a modernização do seu parque industrial e manter a sua capacidade de competição. Dessa maneira, então, o Governo Fede-

ral, em janeiro de 1992, tomou a decisão de incluir a empresa no Plano Nacional de Desestatização.

Ao longo do tempo, temos trabalhado na idéia e ela nos parece absolutamente fundamental, porque uma empresa que hoje praticamente vende seus produtos lá fora, uma vez que os aviões brasileiros são tributados, enquanto os aviões importados são isentos de impostos. E isso determinou a virtual expulsão da EMBRAER do mercado interno. Ela depende quase que exclusivamente do mercado externo, mas não pode depender do mercado externo com a extrema baixa dinâmica empresarial imposta à empresa pelos regulamentos que o Governo tem de estabelecer de forma transparente para a opinião pública reduzindo a capacidade competitiva de uma indústria estatal.

Recentemente, a convite da Associação Brasileira de Recursos Humanos, proferi uma palestra, no Rio de Janeiro, demonstrando as restrições dramáticas que uma companhia estatal hoje sofre em consequência de legislação oriunda dos Três Poderes – não se pode atribuir-las a nenhum dos Poderes isoladamente. São da ordem de 60, 70 restrições gerenciais, que fazem com que a companhia perca a sua dinâmica e a sua capacidade de competir. De modo que o estatuto de empresa privada é absolutamente essencial para essa companhia ser vencedora. O nosso grande drama – e vou confessar aos Srs. Senadores muito particularmente o meu drama particular – é de ter participado, desde o começo da vida desta empresa. Tendo sido um dos primeiros a pensar na idéia de construir a empresa, fui praticamente o fundador dela; dirigi a empresa por 17 anos; posteriormente deixei a empresa por 6 anos e retornoi a ela agora. Quer dizer, essa empresa, que é mais do que uma empresa na acepção da palavra para mim mas uma verdadeira filha, eu não posso vê-la falhar.

De modo que aderi ao processo de privatização, porque me parece essencial que a empresa tenha dinâmica de estar presente no mercado internacional, no momento que seja necessário com todas as ferramentas que os competidores colocam em jogo, que não são fáceis em um mercado altamente competitivo e sofisticado como é o mercado aeronáutico mundial:

Então, nessas circunstâncias o estatuto da empresa privada é absolutamente essencial para empresa. Não cremos que sob o estatuto governamental, como companhia estatal, esta empresa possa sobreviver.

E a luta, hoje, sem dúvida, Srs. Parlamentares, é para que a empresa sobreviva, porque o Brasil é um país que merece uma indústria aeronáutica e dela precisa. Conseguimos construir a única estratégia que deu certo no Terceiro Mundo de fabricação de aviões. A Coréia, agora, acaba de editar um plano de desenvolvimento da indústria aeronáutica que planeja, no ano de 2010, atingir o nível que nós brasileiros estamos hoje. Não podemos jogar isso fora, e para não jogar isso fora temos que devolver à companhia aquela dinâmica que ela teve no começo dos anos 70, quando ela foi criada, e que perdeu, ao longo do tempo, em função das restrições impostas do ponto de vista gerencial.

E uma empresa que tem tudo para ganhar: detém 34% do mercado norte-americano de avião de transporte aerorregional no segmento em que ela atua; tem 31% do mercado mundial; 42% dos aviões de treinamento vendido no mundo, desde 1985, são os aviões de treinamento da EMBRAER. E o ano passado, de 1993, em que pese o mercado terrível que ocorreu, nós entregamos somente 18 Brasiliás para o mercado e, senhores e senhoras, isso significa 51% da demanda mundial, o que demonstra o grau da crise em que o mercado mundial foi atirado.

De modo que nós precisamos agora de uma ponte, uma ponte para o futuro. Precisamos fazer com que esta empresa, que dominou uma tecnologia própria, é uma empresa competente, tem uma marca de extraordinário valor, não seja perdida.

Acusa-se que os opositores da idéia dizem que a EMBRAER vai se transformar em uma montadora. Se transformar-se em um montadora, na hipótese da privatização, ela desaparece, porque montadora não terá chance de garantir a sua atividade operacional mínima para ir ao mercado internacional, de que ela precisa. E, como montadora, não existirá no mundo quem dê licença para uma empresa fabricar produtos no Brasil e exportar na competição contra o licenciador. De modo que nós não temos escolha: ou nós mantemos uma tecnologia própria ou vamos ver essa empresa que tanto orgulho trouxe para o país fenece.

Asseguro aos senhores que a empresa é viável. Durante 20 anos foi uma empresa lucrativa, em condições competitivas extremamente sérias no mercado internacional. E, hoje, ela precisa é de uma compreensão, sobretudo, das autoridades, para transferi-la para o setor privado, não abandonando-a mas entrando em um sistema de colaboração, como acontece no exterior. A Boeing é uma companhia privada e vende 60% de sua produção ao governo norte-americano. Quer dizer, não é o Governo virar as costas para a empresa, é dar à empresa um estatuto corporativo que permita que ela com as armas que o mercado hoje exige, com a velocidade e com a dinâmica que o mercado exige possa ir ao mercado internacional e voltar a trazer ao Brasil a imagem de companhia vencedora, que ela absolutamente é. Nunca no passado se conseguiu coisa semelhante; não há nenhum outro exemplo no Brasil de produto semelhante a esse nível de tecnologia que foi conquistado no Brasil. E não se pode perder isso.

É justamente por isso que trazemos ao Congresso Nacional a idéia fundamental de que essa empresa privatizada vai trazer muito sucesso e muitos resultados a este País, porque ela precisa disso. Ela não consegue vender no Território nacional; as poucas vendas que está realizando é no mercado internacional. E no mercado internacional ela está sem instrumentação. É óbvio que uma companhia estatal, hoje, tem de manter um nível de transparência com a população e com a opinião pública que não é permitido em uma companhia privada. Inversamente, uma companhia privada pode atuar no mercado internacional com a desenvoltura, com a liberdade, com a eficiência que seja necessária, para nós termos, efetivamente, uma empresa vencedora. É esse o único objetivo que nos move.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A palavra é franqueada aos Srs. Senadores, para maiores esclarecimentos junto às autoridades aqui presentes.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Ministro Lélio Viana Lôbo, Dr. Ozires Silva, em primeiro lugar gostaria de dizer que considero muito importante a presença dos senhores, hoje, perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Gostaria de relembrar que quando o Presidente André Franco Montoro Filho, da Comissão de Desestatização, esteve aqui, disse que havia sido V. Ex^a, Ministro da Aeronáutica, que o tinha convencido de que seria bom privatizar a EMBRAER. De início S. S^a não estava tão convencido.

Portanto, é importante ouvirmos, pessoalmente, a sua argumentação sobre as razões da privatização.

O Presidente Ozires Silva mencionou, há pouco, que a natureza corporativa da EMBRAER dificulta sua ação no mercado com toda flexibilidade necessária.

Na medida em que a EMBRAER teve um período em que pôde competir, pôde agir e pôde faturar, por exemplo, nos anos de 89 e 90, algo como 700 milhões de dólares anualmente, por que razão, naquela oportunidade, a forma de empresa estatal não era considerada prejudicial ou pelo menos era uma garantia de que ela pudesse ter uma condição de sobrevivência adequada e por que

hoje isso falta? Poderia, o autor, transmitir-nos com exemplos por que falta essa flexibilidade.

A certa altura, em suas palavras, senti como que haveria dificuldades em certos momentos de agir com toda transparência. Ora, o que impede a direção de uma empresa estatal ser inteiramente transparente? Ela, como pressuposto, deve prestar esclarecimentos a opinião pública, ao Congresso Nacional; ela deve, por sua natureza, ter essa transparência. Traria dificuldades para a realização de negócios a exigência dessa transparência? Gostaria de compreender um pouco mais, se V. Ex^a puder ilustrar, em que isso dificulta.

Na semana passada, quando tramitava esta questão no plenário, os assessores do Ministério da Aeronáutica dialogaram informalmente comigo e comentaram que um dos problemas da EMBRAER hoje é o fato de os trabalhadores estarem muito bem organizados e terem um sindicato muito atuante e muitas vezes terem prejudicado a EMBRAER com ações de paralisação e reivindicação.

Nós já tivemos oportunidade de dialogar sobre as relações com os trabalhadores – eu e o Presidente Ozires Silva em épocas passadas. Mas eu hoje conversei com os dirigentes do sindicato, que estão aqui presentes, e eles me informaram que desde que o Presidente Ozires Silva voltou à direção da empresa, não houve nenhuma greve. Houve, entretanto, um enxugamento, porque foram despedidos cerca de 3 mil trabalhadores, sendo 10 membros da CIPA e dirigentes sindicais. Não foi possível por vontade da empresa, ainda que os trabalhadores tenham tentado, assinar um acordo coletivo com os trabalhadores, sendo a data base em abril. Perguntei-lhes, em virtude do comentário dos assessores do Ministério da Aeronáutica. Mas como eles me disseram que tem havido uma atitude de colaboração, porque estão torcendo pela sobrevivência da empresa, e dada a informação de que nesses últimos dois anos não houve paralisação, pergunto se está, nessa argumentação, ou seja, na relação com os trabalhadores, uma das razões para a privatização. Estaria aí a questão da necessidade da privatização?

Isso me foi transmitido pela assessoria, aqui presente, do Ministério da Aeronáutica, mas a informação não parece se confirmar.

Houve, entre os trabalhadores da EMBRAER, no final da semana passada, a informação de que a EMBRAER teria conseguido vender cinco Brasiliás para os Estados Unidos e uma para o México. Não sei se é exatamente isso que o Presidente Ozires Silva mencionou sem detalhar. S. S^a pode confirmar essa informação?

Nos últimos tempos, segundo os trabalhadores da EMBRAER, tem havido uma grande produção de peças primárias e essas peças têm sido estocadas. Não tem havido a montagem de aviões. Qual a razão desse o procedimento?

Gostaria de perguntar também sobre o número de trabalhadores. Parece que a EMBRAER teve em torno de 13 mil e 500 trabalhadores no seu auge, mas hoje estaria com cerca de 5 mil 500. Gostaria de saber se esses números são corretos e se a perspectiva, presentemente, é de enxugamento ou de expansão?

Ao contrário de outras empresas estatais, cujo endividamento foi gerado ao longo da década de 70 e primeira metade dos anos 80, a EMBRAER acumulou a sua dívida principal de menos de uma década para cá. Quais foram os fatores que geraram esta dívida?

Também gostaria de obter um esclarecimento sobre a EMBRAER AIRCRAFT CORPORATION, uma subsidiária da EMBRAER nos Estados Unidos. No exemplar da revista IstoÉ de 13 abril de 1994, foi dito que a EAC tinha como Presidente, ou tem, o Sr. Milton Bewerick e que esse senhor estaria planejando o que foi qualificado pela revista IstoÉ de um procedimento de au-

tocompra pela EAC, nos Estados Unidos, da EMBRAER. Segundo essa publicação, a empresa vinha obtendo comissões extremamente elevadas, direitos de exclusividade na venda de aviões da EMBRAER, enquanto a empresa-mãe amargava uma situação gradualmente mais difícil. Os Srs. Ministros e O Sr. Ozires Silva certamente conhecem o teor dessa reportagem. Vou apenas citar algumas passagens:

A certa altura, disse que:

"Baseado em paraíso fiscal, a EAC Finest Corporation também pode facilitar as operações financeiras internacionais da EMBRAER, coisa de quem deseja ampliar seu raio de ação. Dessa reestruturação, a EAC saiu bem mais robusta; como a EMBRAER lhe devia 40 milhões de dólares, ela comprou por 15 milhões de dólares, abatidos da dívida, a exclusividade de vendas dos aviões da estatal em todo mundo, à exceção da América Latina. Um negócio da China. 'Fomos ingênuos e não vimos que a EAC estava se fortalecendo à custa da EMBRAER'" – lamenta um executivo da estatal.

A ingenuidade é explicável pela impressionante folha corrida da EAC. A empresa vendeu 9 em cada 10 Brasiliias, o maior sucesso da EMBRAER. Foram 270 aviões colocados no difícil mercado americano, o que deu à estatal brasileira 38% do mercado mundial da aviação regional para aeronaves de 21 a 40 lugares, em 1990.

A empresa, que tem 125 funcionários, está instalada em um complexo de dois edifícios do tipo que os americanos conhecem como clean-cut hightech: claros, funcionais e dotados de altíssima tecnologia. O moderno software gerencial e de controle de peças da EAC já foi adotado por grandes empresas aeronáuticas, como a Northrop."

Um pouco mais adiante, diz que executivos da EAC recebiam salários da ordem de 300 mil a 500 mil dólares. Soma para executivo nenhum, da FORD ou da IBM, colocar defeito. Em alguns casos, a comissão era superior ao custo de mão-de-obra de cada avião, diz um ex-diretor da EMBRAER.

Mais adiante, há um comentário no seguinte sentido:

"Adversários de Bherig... dizem que o comandante da EAC, americano naturalizado, ex-piloto da Força Aérea dos Estados Unidos, tem um contrato com a EMBRAER com uma cláusula secreta; em caso de demissão de Bherig, haverá uma indenização próxima a 4 milhões de dólares, a serem pagos imediatamente, além de outras vantagens nos anos seguintes.

A autocompra da EAC, por sua vez, traria uma vantagem segura para a empresa: eliminar uma auditoria que os novos donos da EMBRAER privatizada certamente estariam dispostos a fazer.

O imbróglio privatização/autocompra/EAC apenas acrescenta mais um capítulo nos descaminhos da EMBRAER."

E assim por diante.

Em outro trecho, agora concluindo sobre esse assunto:

"A EMBRAER, ainda que à beira do fim da pista, conserva alguns trunfos, os maiores são o Tucano e o EMB-145, avião de treinamento. O Tucano é considerado um dos melhores do mundo em sua categoria, dominando 45% do mercado do setor e participa, associado à Northrop, de uma concorrência milionária para o fornecimento de um máximo de 675 aviões para a Força Aérea e a Marinha dos Estados Unidos. Está na prancheta,

será um belo jato de 50 lugares e já conta com 136 pedidos em carteira. Se esses pedidos se transformarão em opções de compra, só o futuro da EMBRAER dirá."

Bem, o que de fato existe de verdade nesta reportagem e se porventura estiver havendo esse procedimento de autocompra planejada, acharia importante o Senado Federal estar bem consciente disso.

Sobre o processo de privatização e o projeto CBA-123: um dos ajustes aprovados pelo Programa Nacional de Desestatização e pela Assembléia de acionistas da EMBRAER para sanear o passivo da empresa consiste na passagem de dívidas para o Tesouro Nacional, em troca do projeto do CBA-123.

Pergunto ao Sr. Ministro da Aeronáutica. O que o Governo fará com o projeto? Ele gerará royalties? É considerado um investimento prioritário pelo Poder Executivo? Afinal, quanto vale o projeto CBA-123? Esse projeto foi avaliado por especialistas, para determinação do seu valor?

E se o projeto de uma aeronave que V. Ex*, especialista em indústria aeronáutica, não considera prioritário está valendo tanto, quanto vale o projeto do EMB-145, considerado uma das coisas mais importantes, o filé mignon da EMBRAER para a próxima década? Por que o valor econômico aprovado para a fixação do preço mínimo não atribui algum valor ao projeto do EMB-145?

O projeto do CBA-123 é fruto de um acordo entre o Brasil e a Argentina. A Argentina está de acordo com a passagem do projeto para o Governo brasileiro? Quanto o Brasil deverá desembolsar para a Argentina para se tornar proprietário do projeto?

Recentemente, o Dr. Oziris Silva, na BOVESPA, disse que a EMBRAER poderia faturar 14 milhões de dólares nos próximos dez anos. No entanto, os estudos efetuados pelas empresas de consultoria contratados pelo BNDES fizeram previsões distintas, da ordem de 7,5 bilhões de dólares. Por que essa diferença?

O programa GPATS, desenvolvido pela EMBRAER em conjunto com a Northrop Corporation, para participação em uma concorrência da Força Aérea e Marinha dos Estados Unidos, poderá gerar recursos da ordem de 180 milhões de dólares nos próximos dez anos. O resultado da concorrência sairá no início do ano que vem. Na determinação do preço mínimo para o leilão de privatização, a hipótese de a EMBRAER vencer essa concorrência está considerada ou descartada? Qual a real possibilidade de vitória nessa concorrência?

E aqui faço uma pergunta relacionada. Ainda na semana passada, eu tive uma longa audiência com o Ministro Mário Flores sobre o Projeto SIVAM e, inclusive, encaminhei um requerimento detalhado de informações. O Ministro informou-me de que está encaminhando, nesta semana, para a Presidência do Senado, todas as informações sobre o Projeto SIVAM, porque nós deveríamos, aqui, apreciar e autorizar. Trata-se de um projeto de grande envergadura, 1,3 bilhão de dólares. O Ministro informou que, de fato, dentre as cláusulas do Projeto SIVAM está a compra de oito aviões da EMBRAER. Ele até mencionou, na audiência, que não estava neste item o que seria necessário para assegurar a sobrevivência da EMBRAER. Oito aviões ajudam, mas não asseguram.

O Presidente Oziris Silva mencionou a possibilidade de o Brasil vender aviões de treinamento para as Forças Armadas dos Estados Unidos. Então, eu pergunto: no acordo para que ganhasse o Projeto SIVAM, o consórcio de empresas norte-americanas, em que medida ficou acertado, seja oralmente, seja por escrito, que o Brasil terá condição, de fato, de vender esses aviões da EMBRAER para as Forças Armadas? E se isso estiver ocorrendo, estar-se-ia assegurando a sobrevivência de médio prazo da EMBRAER? Então, ainda assim, permanece o diagnóstico da necessidade de privatizá-la?

A privatização de empresas públicas, de acordo com a lei,

não necessita ser aprovada pelo Congresso, mas, no caso da EMBRAER, dois fatores obrigariam o Governo a obter a aprovação do Congresso Nacional para a privatização: primeiro, o próprio decreto de fundação da EMBRAER, que estabelece a manutenção de pelo menos 51% do capital de controle da empresa em mãos do Governo, e a Resolução nº 30 do Senado, que estabelece a prévia aprovação pelo Congresso das condições de venda da EMBRAER. Aqui, o próprio Tribunal de Contas da União sustou o procedimento de edital de licitação, enquanto o Congresso não aprove este procedimento.

Houve aqui um entendimento. Alguns disseram que o Senado, em 91, não deveria atribuir ao Congresso, deveria tê-lo feito ele próprio. Eu até estaria de acordo em modificar o projeto de resolução, se for esta a objeção, para que o Senado o aprove, mas eu acho que seria estranho que o Senado o fizesse, que o Congresso viesse a abrir mão de uma decisão desta ordem, ainda que considero importante que nós estejamos aqui tomando muito melhor conhecidas as condições de privatização, graças à audiência hoje.

Outra questão se refere à participação de capital estrangeiro. O edital de vendas previa a participação máxima de 40% de capital estrangeiro na compra das ações ofertadas, inclusive aqui anunciado pelo Presidente André Franco Montoro Filho, do Programa Nacional de Desestatização. Entretanto, a Resolução nº 131, de 1º de agosto de 94, alterou esse percentual para 100%. Só isso, Sr. Presidente, Senador João Rocha, já justificaria a presença de ambos aqui, já que o que nos havia sido dito pelo Presidente André Franco Montoro Filho, num item importante, foi modificado. Posteriormente, no Diário Oficial da União de 11 de agosto de 94, essa proporção foi retificada para 72,2%. Afinal, qual a proposta de participação de capital estrangeiro no leilão e por que dessas mudanças? O que fez mudar de 40 para 100 e para setenta e poucos por cento? Eu gostaria de obter um esclarecimento sobre este assunto.

Finalmente, qual o montante de aporte de capital do governo para a EMBRAER, até a decisão de privatizá-la, e qual o montante capitalizado e a capitalizar desde então? A privatização, tão onerosa para o Tesouro Nacional, é a única hipótese de sobrevivência da EMBRAER? Se o Tesouro Nacional vai agora obter algo como o preço mínimo – eu pediria até que o preço mínimo fosse confirmado, na expectativa do Presidente da EMBRAER – vai-se obter quanto? Duzentos e tanto? Mas quanto o Tesouro Nacional já colocou? Aqueles 407 milhões de dólares de 1991 serão considerados de qual maneira? Quanto vamos ter, em termos líquidos, para o Tesouro Nacional, se for feita a privatização? Essa é uma preocupação de interesse público maior que o Senado precisa ter antes da decisão a respeito.

Eram essas as questões que, a princípio, eu considerava fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Presidência da Mesa sugere ao Ministro da Aeronáutica que comande o processo de informações e o Dr. Ozires complemente qualquer informação, tendo em vista o pedido feito pelo Senado Eduardo Suplicy.

O SR. LÉLIO VIANA LÔBO – Muito obrigado ao Senador. Talvez eu tenha um pouco de dificuldade na resposta porque foram muitos os aspectos levantados, mas vamos procurar abordá-los. Eu diria até que a maioria das perguntas se enquadra nas atividades da empresa e esse contexto de perguntas estará, fundamentalmente, dentro das considerações do Engenheiro Ozires. Eu vou abordar apenas aspectos de caráter geral e algum ponto específico sobre a privatização. Em relação ao convencimento do Dr. André Montoro, eu fico até bastante sensibilizado com as argumentações feitas por ele nesse sentido. Seria muita pretensão minha que o convencesse, porque ele é, realmente, o responsável pelo Progra-

ma Nacional de Privatização. O que efetivamente ocorreu no caso do Dr. André Montoro é que, sendo a EMBRAER uma empresa de características completamente diferentes de todas as outras, o Dr. André Montoro Filho realmente não conhecia a empresa, e o nosso encontro ocorreu imediatamente após ele ter assumido o cargo, quando ele estava ainda tentando tomar conhecimento de todo o Programa de Desestatização.

Tomei a iniciativa de um encontro, conversamos bastante. Acredito que esse encontro tenha sido muito significativo, porque nele procurei fazer uma colocação de caráter geral sobre o programa da EMBRAER, situando-o no contexto de indústria aeronáutica, de toda a filosofia e estratégia da indústria aeronáutica brasileira, dando a ele conhecimento mais detalhado dessa linha de raciocínio que procurei expressar no início. Além disso, procurei mostrar-lhe algo que ele conhece relativamente bem: os problemas gerenciais que vivia a empresa, decorrentes dos problemas normais da legislação brasileira. O volume de amarras é bastante grande. Eu me permitiria lembrar que a grande dificuldade que a empresa estatal vive, no caso específico da EMBRAER, diferentemente de outras empresas, é que ela trabalha com um produto altamente competitivo, tem que produzir alguma coisa de nível tecnológico muito avançado e competir no mercado internacional, diferente de outras estatais brasileiras que não têm que enfrentar o problema da competição internacional. Além disso, ela não é monopolista e, não o sendo, efetivamente tem que sair em campo, brigar e lutar para efetivar suas vendas. Rotineiramente isso sofre o cercamento de uma série de medidas que têm que ser tomadas por ser uma estatal. Por exemplo: a empresa não tem nenhuma flexibilidade gerencial, bloqueada que é pelo cumprimento de toda a legislação para as empresas públicas e de sociedade de economia mista, que estão, por um lado, sujeitas à legislação das empresas privadas no que se refere a obrigações trabalhistas e outras dessa natureza.

Por outro lado, ela não dispõe, da mesma maneira que a empresa privada, da liberdade gerencial. Temos esse levantamento que o engenheiro Ozires colocou. São mais de 60 itens que devem ser cumpridos na administração geral, desde alguns que foram novamente mantidos e até mais abertos na Lei de Licitações 8.666, que acabam, de um modo geral, tirando a velocidade da competição da empresa. Hoje trabalhamos com duas empresas: a EMBRAER, que é estatal e está ligada a nós, e a CELMA, que foi estatal até 1991.

A CELMA já se libertou das amarras da legislação que a prendia e hoje não depende mais de mim, embora sejamos membros do Conselho de Administração, porque temos uma golden share, sobre a qual falaremos mais adiante, mas essa empresa tem uma liberdade gerencial extremamente grande, e por isso tem velocidade. E temos buscado fazer comparação entre a velocidade das decisões na empresa e as que acontecem na EMBRAER e, de fato, é uma coisa assustadoramente grande e desconhecida. Acredito que esse quadro, associado a todo o problema econômico que vivia a empresa, tenha sensibilizado o Dr. Montoro.

No que se refere à participação do capital estrangeiro. Acredito que talvez tenha havido, meu prezado Senador, alguma desinformação do calendário nos documentos que V. Ex^a mencionou.

Faço esse comentário porque eu também tive essa dúvida nesses dias, olhando os documentos, e acabei tirando-a procurando colocar todos com as datas da efetiva expedição, aí a dúvida desapareceu.

Quando o Dr. André Montoro encaminhou ao Sr. Presidente do Senado o edital da privatização da EMBRAER, este continha a cláusula da liberdade de venda de 100% das ações colocadas em leilão para o capital estrangeiro. Isso porque é o que está na legis-

lação em vigor. Posteriormente, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado essa mesma minuta, que foi publicada no Diário Oficial da União.

Enquanto isso ocorria, fizemos um trabalho de análise da conveniência de que esse percentual fosse mantido. Chegamos a conversar com o Dr. André Montoro a respeito desse assunto, que acabou me dizendo que, por problemas relacionados com o cumprimento dos passos a serem seguidos, ele não pretendia atrasá-los até que houvesse uma decisão do Presidente da República a respeito desse percentual. Entretanto, ele não considerava isso nenhum problema porque a própria legislação da desestatização permite que se faça um comunicado, que se chama de fato relevante e que tem o mesmo valor do editorial. E isso exatamente foi feito.

Analisando a conveniência da manutenção desse percentual de 60%, que poderia levar o capital estrangeiro a comprar até 60% das ações com direito a voto, uma vez que o total de ações que estarão sendo colocadas à venda seria de 60%, chegamos à conclusão de que, sob o ponto de vista estratégico, não nos parecia conveniente que isso acontecesse. Estariam abrindo a possibilidade de que a empresa fosse privatizada, já passando o poder decisório pela Lei das Sociedades Anônimas para o capital estrangeiro.

Entendemos que não era esse o caminho e que, a despeito da existência da golden share, não seria conveniente que isso viesse a acontecer. No dia 29 de março, fiz uma exposição de motivos – embora tenha havido outras exposições de motivo interministeriais – ao Senhor Presidente da República, que acabou, poucos dias depois, aprovando-a no sentido de, com base no que está previsto na legislação, limitar em 40% do capital votante o teto para aquisição pelo capital estrangeiro.

Logo a seguir, foi publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de maio um Comunicado de Fato Relevante feito pela Comissão de Desestatização. Realmente, é o percentual previsto, que está em vigor e será utilizado no processo: 40% do capital votante.

Como eu disse a V. Ex^a, às vezes aparece um edital colocado como anexo a um documento mais novo. Vi isso exatamente no documento publicado pelo Senado, embora dentro desse documento houvesse a comunicação do Dr. André Franco Montoro de que o Senhor Presidente da República tinha tomado essa decisão.

O outro aspecto que eu queria mencionar é a aprovação do Congresso, prevista na Resolução nº 30. Na realidade, houve esse trabalho, que é do conhecimento de V. Ex^a. No Ministério da Aeronáutica, em momento nenhum se insurgiu contra o cumprimento dessa resolução, apenas se argumentou que parecia pouco lógico que essa resolução permanecesse em vigor. Aguardava-se, no entanto, que o próprio Senado tomasse posição em relação a ela, o que parecia absolutamente lógico.

Foi esse, aliás, o entendimento do Tribunal de Contas da União. No seu parecer, o Ministro Carlos Átila, disse que, permanecendo a resolução em vigor, ao Tribunal de Contas não cabia outra alternativa que não exigir o seu cumprimento. Caberia, portanto, ao Senado ou mantê-la ou revogá-la. Mencionou até a possibilidade de ser arguida a constitucionalidade da Resolução perante o Supremo Tribunal Federal.

Eu, pessoalmente, entendo que o mais lógico seria prosseguir no trabalho que já vinha sendo feito perante o próprio Senado, para análise e para apreciação do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E foi exatamente no sentido de acelerar a apreciação, pelo Plenário, do parecer da Comissão de Constituição e Justiça que fiz contato com o Senador Júlio Campos. A urgência que solicitei foi exatamente nesse sentido, uma vez que estamos conscientes de que é absolutamente essencial a privatização da empresa e que, quanto mais demorar essa privatização, mais difícil se tornará a manutenção dela.

Eu me permitiria dizer que a partir do instante em que a empresa entrou no programa de desestatização ela passou a contar com mais um elemento complicador das suas ações, porque a legislação do Plano Nacional de Desestatização determina que quaisquer medidas referentes aos principais aspectos de vida da empresa que devam ser tomadas têm de ser submetidos previamente à Comissão Diretora. V. Ex^as podem imaginar a dificuldade que enfrentamos para levar a empresa adiante durante o período em que não havia sido constituída a Comissão Diretora. Passamos meses sem saber exatamente o que fazer. Sempre que batíamos em alguma porta, vinha a alegação de que a Comissão Diretora tinha de opinar sobre a viabilidade ou não da medida que estávamos tentando levar adiante para socorrer a empresa naquela fase difícil. Como inexistia a Comissão Diretora, ficamos amarrados.

Depois de determinado ponto, a Comissão Diretora se reuniu e começou um trabalho, que eu diria, de aculturamento do processo de desestatização, uma vez que era uma Comissão nova. Todos os membros eram novos, e durante muito tempo realmente tivemos dificuldade para levar adiante todas as medidas que estavam em andamento. E durante todo esse tempo as coisas foram realmente ficando mais difíceis. Se acoplarmos a isso o fato de que enfrentamos, cada vez mais, problema internacional de mercado, extremamente sério, iremos verificar que a situação da empresa foi-se agravando e se agravou mais ainda a partir do instante em que passamos a conviver, de 1990 para cá, com orçamentos extremamente reduzidos para o Ministério da Aeronáutica. Decrescentes e reduzidos em 1990 e mais ainda em 1991; em 1992, nem se fala! Em 1993, outro desespero e, em 1994, ainda não sabemos, porque nem temos orçamento.

Os senhores podem imaginar, uma empresa que, estando sem a possibilidade de vendas no mercado externo, tendo de sobreviver basicamente à custa do mercado interno, calcado nos próprios programas do Ministério da Aeronáutica, que já não eram novos, mas existiam, fomos obrigados a reduzir fortemente a cadência de produção das aeronaves do Programa MX, que, bem ou mal, vinha se constituindo num elemento de suporte da empresa.

Paralelamente a esse fato, o governo italiano passou também a enfrentar dificuldades financeiras e juntou-se, de muito bom grado, a nós no programa de redução da cadência de produção das aeronaves. Baixamos a cadência de produção à metade.

Tivemos, portanto, uma redução nas expectativas de produção da empresa de 50%. Além de termos essa redução, passamos a enfrentar também o problema de não conseguirmos pagar nem isso, porque enfrentamos problemas orçamentários.

Dentro desse quadro, a empresa tinha de continuar operando, tinha de continuar mantendo a sua força de trabalho a despeito de todo o enxugamento que foi feito, não por nossa vontade.

V. Ex^a e os Srs. Senadores podem ter certeza de que, durante todo o tempo, foi para o Ministério da Aeronáutica muito sacrifício, qual seja, pressionar a empresa para que fizesse um enxugamento. Pressionamos porque os auditores internos, os auditores do Ministério da Aeronáutica, os auditores externos e as auditorias especiais que contratamos, como a do Professor Lopes Sá, mostraram-nos que era absolutamente inconsistente a posição de manter o nível de atividade de recursos humanos que a empresa estava mantendo quando o mercado não lhe dava suporte para a manutenção nem da metade.

A empresa chegou a 12.500 funcionários em 1989, se não estou equivocado, e, paulatinamente, foi obrigada a fazer enxugamento, por razões de mercado. Fundamentalmente, por razões de mercado. Não havia como, só o Programa MX, porque somos obrigados a reduzir a velocidade à metade, o que já indicaria, por certo, uma redução bastante grande. Se acoplarmos a isso todas es-

sas dificuldades no mercado internacional, encontraremos um programa empresarial razoavelmente sério.

Essa é realmente a explicação; uma explicação muito genérica sobre o contexto.

As dificuldades orçamentárias perduram até hoje. O Ministério da Aeronáutica tem encontrado dificuldades, V. Ex^a não tem idéia da dificuldade que tenho tido para fazer aporte de recursos à empresa para a cobertura das dívidas que tínhamos. E foi exatamente esse aporte de recursos que permitiu que a empresa viesse sobrevivendo até agora.

Chegamos ao final do mês de julho numa situação insustentável. Como trabalhamos com duodécimos e recebemos de 30% a 40% dos recursos do duodécimo no caso específico do Programa MX, nos pagamentos da EMBRAER, também no Programa de Reaparelhamento da Força tínhamos comprado alguns Tucanos há algum tempo, estávamos devendo e ainda estamos, tive de fazer um remanejamento total e completo de todos os créditos que me apareceram, em todos os programas em que havia possibilidades de alocar recursos para a EMBRAER. Isso porque era necessário colocar dinheiro para que a empresa pudesse cobrir a sua folha de pagamento.

Chegamos a um ponto tão crítico no final do mês de julho eu já não tinha mais esses créditos e até me permitiria a inconfidência aqui, mas pediria que me perdoassem. Numa manobra com a EMBRAER, fizemos uma operação de empréstimo para que a folha de pagamento pudesse ser feita no final do mês de julho. Agora, estou sem saber como regularizá-la, na expectativa de que o Orçamento faça os acertos necessários.

Alguns tempo atrás, quando enfrentamos uma série de problemas relacionados com o próprio programa de reajustes, que foi bem mais difícil do que imaginávamos, por razões as mais diversas – algumas de natureza legal; outras, conjuntural; outras até de natureza política –, postergando o leilão de privatização, afimiei ao Dr. André Montoro que não tínhamos outra alternativa porque todos os passos legais deveriam ser cumpridos.

Na verdade, não tenho mais sangue para dar à EMBRAER. Tudo o que eu podia fazer já fiz. Agora é preciso que todos nos unamos e encontremos um caminho de sustentar a empresa no mês de agosto. Isto porque o programa de privatização prevê um aporte de capital imediato, de US\$ 30 milhões, que servirá de capital de giro, a fim de resolver essas questões imediatas e dar fôlego à empresa para, durante algum tempo, se reorganizar e retomar as suas atividades.

A previsão inicial era para maio. Provavelmente, será no final de setembro. Os senhores podem imaginar a dificuldade de, praticamente sem faturamento, conseguirmos efetivar esses pagamentos.

O Engenheiro Ozires Silva telefonava-me com uma certa frequência, solicitando que, além dos recursos para o pagamento da folha, eu tentasse encontrar alguma forma de aporte de capital, porque ele precisava comprar material para colocar as linhas de montagem em operação. Aquilo que podia ser feito dentro da empresa ele estava fazendo.

Isso explica um pouco a fabricação das peças básicas, o que ocorria desde que se tivesse a matéria-prima necessária. Na maioria das vezes, a empresa dispunha desse material; todavia, a montagem dos aviões depende de importação, toda a parte de equipamento é comprada no exterior.

Hoje, os fornecedores já não mais fornecem se os recursos não estiverem, de imediato, sido colocados à disposição do vendedor. Já não há mais crédito. A empresa também não tem crédito, no exterior, para receber esse material, o qual permitiria que ela montasse os aviões, fizesse a entrega e recebesse os recursos de-

correntes dessa entrega.

Entramos num círculo vicioso e estamos tentando descobrir a saída. A única solução que encontramos foi realizar a privatização o mais rápido possível, como saída para os problemas imediatos.

Antes de passar a palavra ao Engenheiro Ozires Silva, eu gostaria de salientar que nenhuma empresa de aeronáutica no mundo vive sem o suporte governamental. Os grandes programas de sustentação tecnológica são todos militares. As empresas recebem os contratos, geram tecnologias através deles, garantem um certo nível de sustentação, preparam todo o seu sistema produtivo e, na realidade, transferem essa tecnologia para os produtos civis. É uma forma indireta de subsídio que existe no mundo inteiro e que é aceito pelo GATT. Qualquer outro mecanismo de subsídio feito diretamente ao produto que entra no mercado de exportação encontra barreiras bastante sérias no GATT.

No momento em que estamos privatizando, não imaginamos que o Governo irá completamente desaparecer do cenário da indústria aeronáutica, até porque, para que – e volte ao início da minha explanação – tenhamos uma Força Aérea realmente em condições operacionais adequadas, é necessário que o seu suporte maior esteja dentro do País. Essa consciência, o Ministério da Aeronáutica tem, clara, limpidamente, e é um elemento absolutamente essencial na condução de todas as nossas ações.

Não vou entrar, ainda, nesse aspecto, deixando-o para mais adiante, para que as explicações do engenheiro Ozires Silva às suas perguntas não fiquem para muito tarde e acabem, portanto, perdendo, um pouco, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Presidência da Mesa, antes de passar a palavra ao Dr. Ozires Silva, pede ao Senador Ronan Tito que assuma a Presidência dos trabalhos por um curto período de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Com a palavra o Dr. Ozires Silva, para complementar os esclarecimentos iniciados pelo Sr. Ministro.

O SR. OZIRES SILVA – Sr. Presidente, o nobre Senador Eduardo Suplicy fez várias colocações. Vou tentar ser tão objetivo e direto quanto possível, para poupar um pouco de tempo.

S. Ex^a iniciou, falando que, no passado, a EMBRAER funcionava e hoje não está funcionando como antes e também sobre o porquê de a COBRA não ter logrado o mesmo êxito.

As razões são lógicas. V. Ex^a sabe, Senador, que as oportunidades tecnológicas e de produtos no mundo dependem muito da capacidade gerencial e da capacidade de projetar.

A EMBRAER teve a capacidade de conquistar alguns nichos de mercado em momentos extraordinariamente importantes. Por exemplo, ela, praticamente, inventou no mundo o transporte aéreo-regional, tanto é que o Smithsonian Institute, de Washington, hoje está pedindo um modelo do Bandeirante como o primeiro avião do mundo em transporte aéreo-regional, concebido para esse mercado.

Por outro lado, o desenvolvimento do Tucano foi um sucesso. No momento em que todos projetavam jatos para avião de treinamento, iniciamos um turboélice moderno, que acabou provando ser o avião mais flexível para treinamento. Com isso, conseguimos liderança de mercado.

Infelizmente, isso não aconteceu com a ÓRBITA. Ela não criou um produto novo, não teve a visão de enxergar um início de mercado. Não sou especialista de informática e não saberia dizer o que a ÓRBITA deveria fazer, mas a EMBRAER teve uma oportunidade comparativa, porque conseguiu, competitivamente, estabelecer uma posição no mercado.

Essa posição de mercado foi extraordinária para a domina-

ção que conseguiu no mercado norte-americano, em particular, que é muito competitivo. Começou com o Bandeirante, manteve a lealdade em relação ao mercado; foi para o Brasília, está mantendo a lealdade com o mercado; está indo para o Jato 145, e temos a convicção de que este jato vai renovar esse sucesso.

Em termos de flexibilidade, isso é absolutamente importante. V. Ex^a mencionou a questão da transparência. Uma companhia pública não pode agir como uma companhia privada. As vendas que ocorrem no exterior envolvem remunerações que não podem ser públicas, e a EMBRAER, muitas vezes, perde negociações devido a essa condição de empresa estatal, que tem de prestar contas não só para seu acionista controlador – a União Federal –, mas também ao povo brasileiro.

Já a empresa privada, quando ocorre uma coisa dessa natureza, vai ao acionista. Se os acionistas autorizam o administrador a fazer determinada operação, evidentemente, se houver prejuízo, são chamados a pagar a conta. Não é a mesma coisa numa empresa estatal e, nas negociações aeronáuticas do mundo, infelizmente a coisa não ocorre com a transparência que desejarmos.

Asseguro a V. Ex^a que a EMBRAER tem perdido muitos contratos, por não ter podido estar presente no mercado, com o mesmo grau de competitividade, com o mesmo ferramental usado pelos concorrentes.

V. Ex^a mencionou as paralisações dos trabalhadores. De fato, desde que voltei para a EMBRAER, fui homrado com a confiança dos trabalhadores, e não tivemos greve. O sindicato tentou várias vezes, mas não tivemos greve.

Quanto à questão do acordo coletivo, que V. Ex^a coloca, somos uma empresa estatal e, portanto, subordinada ao Ministério do Planejamento no que se refere ao Comitê de Controle das Estatais, não somos livres para negociar o que desejamos.

Para não perder a nossa força de trabalho e tentar, pelo menos, conseguir algum acordo que desse alguma vantagem aos trabalhadores e também para que não perdessemos em função da competitividade da nossa área... Lembro que, em São José dos Campos, onde temos indústria automobilística, química, fotográfica e eletrônica, o nível tecnológico da área é muito grande; portanto, o nível salarial também é maior. E, para não perder pessoal, optamos por propor às autoridades que sigamos os acordos coletivos firmados pela FIESP. Nessa circunstância, as autoridades concordaram.

Dessa forma, fazemos as correções e obedecemos fielmente o acordo coletivo assinado pela FIESP, o que nos impede de assinar o acordo com os trabalhadores, em que pesem aquelas cláusulas vantajosas que já havia nos acordos anteriores assinados pelo Sindicato, que continuam sendo aplicadas normalmente.

Em termos de venda recente, mencionada por V. Ex^a, infelizmente, não estou autorizado pelos clientes a divulgá-la. Os compradores que fizeram contrato conosco há pouco tempo têm ações na Bolsa de Nova Iorque. Essas compras representam fatos relevantes e eles têm motivos para, no presente momento, não divulgar tais vendas. Porém, prometeram-nos que, provavelmente, durante o Salão de Fairmoro, que ocorrerá a partir do dia 5 de setembro, teremos condições de divulgá-las, para, justamente, ganhamos uma posição no mercado, no sentido de mostrarmos que a EMBRAER está viva e que o mercado começo a se recuperar. Essa é a nossa grande mensagem.

No que se refere aos primários, nosso Ministro já respondeu. Fizemos isso para manter efetivamente a atividade, porque estamos convencidos de que o tamanho da empresa hoje é o tamanho mínimo necessário para que possamos lançar, com sucesso, o 145.

O trabalhador da indústria aeronáutica brasileira é um ho-

mem especializado e não pode ser descartável; despedem-no e, depois, recrutam-no e o treinam novamente.

Precisamos manter essa força de trabalho e, para não deixarmos o pessoal desocupado, utilizando matéria-prima do estoque e a capacidade interna existente na empresa, colocamos o fabricante de peça primária estocando, na expectativa de que possamos ter uma recuperação no mercado e vender os nossos aviões.

No que se refere também à redução dos efetivos, essa matéria já foi comentada pelo Sr. Ministro.

V. Ex^a pergunta sobre dívida, por que a EMBRAER assumiu uma dívida tão grande. Porque, a partir de 1986, 1987, já num prenúncio do chamado MERCOSUL, o então Presidente da República, José Saneys, junto com o Presidente Raúl Alfonsín, decidiu estabelecer um acordo de cooperação tecnológica, que, aliás, não era só um acordo, mas 12 protocolos, na realidade, de processos assinados. E num desses protocolos tratava-se de cooperação no campo da indústria aeronáutica. Nesse campo, ficou decidido que seria lançado um avião de 19 lugares, de nova geração, para ocupar um segmento que era extremamente claro no mercado internacional na época.

Os dois Governos, através de protocolos firmados pelos dois Presidentes, posteriormente ratificados através de notas assinadas pelos respectivos Ministros das Relações Exteriores – que, à época, era o Ministro Cavallo, atual Ministro da Economia da Argentina –, fixaram que dariam apoio financeiro para o desenvolvimento desse avião e determinaram que as duas empresas, a fábrica militar de aviões na área de Córdoba, na Argentina, e a EMBRAER, no Brasil, fizessem um programa na base de 2/3 Brasil e 1/3 Argentina.

O projeto foi iniciado entre os Governos. E o que aconteceu em função dos cortes orçamentários? Nem o Governo brasileiro, nem o argentino compareceram com os recursos, embora as empresas fossem induzidas a cumprir o acordo internacional que tinha sido assinado entre os dois países.

As duas empresas cumpriram as suas partes. Vale dizer que a companhia argentina não é uma empresa no sentido da palavra, está ligada à administração direta, é uma espécie de parque de Aeronáutica, à época vinculado à Força Aérea e, hoje, ao Ministério da Defesa.

Continuamos o projeto, na expectativa de que o seu custo, como ocorre com todas as indústrias aeronáuticas mundiais, fosse pago pelos respectivos Governos. Isso não aconteceu e começou a elevar-se a dívida da EMBRAER. Posteriormente, com as taxas típicas de juros que temos neste País, foi fácil compreender a escala da dívida dessa companhia.

Bem, chegou o momento em que propusemos informalmente ao Ministério da Aeronáutica a parada completa do projeto. Houve uma relutância muito grande nesse sentido, porque se tratava de um programa internacional.

Durante esse prazo de relutância, evidentemente os custos novamente foram acrescidos. E mais ainda: a EMBRAER já começava a enfrentar, a partir de 1990, dificuldades bastante grandes na venda de seus produtos. Volto a acentuar que o Governo do Presidente Collor extinguiu o programa FINEX. Não apenas o extinguiu como fez muito pior. Infelizmente, deixou de pagar os compromissos do FINEX que estavam no mercado internacional, reduzindo a zero a credibilidade dos programas de financiamento de exportação do Brasil.

Como resultado, tivemos direito de regresso em relação aos compradores dos nossos aviões sobre a EMBRAER porque o dinheiro correspondente às compensações de taxas de juros que deveriam ser transferidas para os operadores finais não estavam sendo feitas. Dessa forma, a EMBRAER, para manter a sua credibili-

dade, teve de cobrir essas diferenças e assumir as decisões.

V. Ex^a menciona a reportagem da revista *IstoÉ*. Vivemos sob a síndrome da imprensa. Colocou preto no branco e publicou, virou verdade! Transitou em julgado e somos culpados inerentemente. Vou tentar explicar com absoluta consciência de que não sei absolvido.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Permita-me apenas fazer uma observação? Coloquei esse assunto com a intenção de questionar, porque, há poucos dias, o próprio Partido ao qual pertenço foi objeto de reportagem, conseguiu direito de resposta na Justiça Eleitoral e vai esclarecer a questão.

Então, obviamente, apenas li e fiz as perguntas que avaliei como importantes em termos de esclarecimento.

O SR. OZIRES SILVA – Agradeço sua colocação, mas V. Ex^a. pode ter certeza de que, daqui a algum tempo, embora sejam dadas todas as explicações, alguém se lembrará da acusação inicial, esquecendo-se da explicação posterior.

Mas, de qualquer maneira, essa reportagem da revista *IstoÉ* foi desmentida através de carta formal do Presidente da EMBRAER AIRCRAFT CORPORATION, EAC, carta esta que não foi publicada no seu todo. A revista ainda colocou aquela célebre informação: "Em que pesem as explicações colocadas, a revista mantém as acusações." Essa foi exatamente a resposta que o PT recebeu da mesma revista *IstoÉ* nas suas explicações recentes. Aliás, foi a mesma pessoa, o editor da revista, que fez a resposta.

Explicando melhor: a EAC não tem a menor condição de comprar a EMBRAER; ao contrário, a EAC é uma empresa comissionada. V. Ex^a. disse que a empresa recebe altíssimas comissões da EMBRAER e têm exclusividade no mercado americano. Exatamente: a empresa tem exclusividade no mercado americano, como também todos os nossos representantes do mundo têm exclusividade no seus respectivos territórios, porque se não a tivessem não venderiam. É absolutamente essencial, é regra de mercado a exclusividade de venda no mercado que a empresa representa.

Não se trata de "altíssimas comissões", mas sim de comissões de mercado. As "altíssimas comissões" que pagamos para a EAC são de 12%, quando a BITCRAFT paga, aqui neste País, segundo informação recente que recebi, 20% de comissão. Portanto, aquelas comissões não são altíssimas.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Quem paga a comissão é o comprador.

O SR. OZIRES SILVA – É o comprador que paga. Isso já está incluído no preço.

De qualquer maneira, a EMBRAER recebe o pagamento e remunera a EAC, como também remunera o nosso representante em Bangladesh ou no Paquistão.

Algumas vezes, com a autorização do Banco Central, fizemos transferências a maior para a EAC, para responder a serviços que são prestados nos Estados Unidos e que não têm cobertura na legislação brasileira para serem pagos.

Portanto, fazemos transferências autorizadas; o Banco Central nos autoriza a transferir comissões até o nível de 20% do preço de venda do produto, e, algumas vezes, fizemos isso a maior para cobrir serviços referentes a seguros de responsabilidade civil, a serviços advocatícios para montar contrato.

Nesse contrato que mencionei – infelizmente, não estou autorizado pelo comprador para divulgá-lo –, durante uma semana inteira havia advogados americanos no norte dos Estados Unidos, distantes, portanto, de sua sede. Tais advogados têm que ser remunerados, e não temos esquema legal para transferi-los, por sermos companhia estatal.

De modo que, algumas vezes, transferimos comissões para a EAC, mas o fizemos com absoluta aprovação do Banco Central.

Tal registro está à disposição de quem quiser verificar. Aliás, não é preciso haver mais auditorias além das que já existem. Há cerca de doze auditorias referentes à companhia; inclusive, o próprio Ministério da Aeronáutica tem feito auditorias.

Então, essas exclusividades são elementos essenciais de negociação.

Quanto ao salário do Diretor da EAC, o Ministro da Aeronáutica teve o cuidado de, imediatamente após a publicação da revista *IstoÉ*, mandar uma auditoria para verificar a situação da EAC. O resultado da auditoria está nas mãos do Ministro da Aeronáutica, que já verificou que os números não são verdadeiros. O desmentido não funcionou. Trata-se de números absolutamente compatíveis com o mercado americano – eu diria que são números até mais baixos.

Não sei como o Sr. Nilton Bhering, que está sendo alvo de todas essas acusações, ainda fica na EMBRAER. Na realidade, ele não tem intenção de ficar lá; ele disse que ficará na EMBRAER a meu pedido, enquanto eu o solicitar. O Sr. Nilton Bhering é um especialista; é brasileiro naturalizado norte-americano; trabalhou na PIPER e tem um currículo excelente. V. Ex^a. mesmo, nas suas colocações, mostrou a performance comercial da EMBRAER, que foi capaz de vender nove entre os dez aviões que colocamos no mercado norte-americano, o que é extremamente difícil.

Quanto às cláusulas secretas de pagamento ao engenheiro Nilton Bhering, no caso de sua demissão, isso nada mais é do que um gigantesco disparate, mesmo porque 4 milhões de dólares de indemnização é qualquer coisa de estúpido. V. Ex^a. mesmo mencionou que nem o Presidente da IBM ganha isso; não poderíamos ser tão levianos, nós, que nos dedicamos a essa empresa – dediquei os melhores anos de minha vida a essa empresa –, iríamos assinar um contrato dessa natureza. Não há absoluto sentido, Sr. Senador.

A própria revista reconhece que a EMBRAER ainda tem alguns trunfos. Não, ela não tem alguns trunfos; ela tem enormes trunfos: ela tem o melhor avião de transporte regional do mercado atualmente; está construindo seguramente o 145, que vai ser o melhor avião do mercado e tem um Tucano, onde, recentemente, em Roith Pettersson, o nosso avião está sendo avaliado oficialmente pela Força Aérea Norte-Americana, um concorrente teria dito que essa EMBRAER sabe efetivamente fazer avião; e esse avião que está aqui em demonstração transforma os concorrentes em brinquedo, quer dizer, mostrando a capacidade técnica dessa Companhia.

No que se refere à privatização, V. Ex^a pergunta por que o Tesouro Nacional comprou o Projeto 123. Fê-lo porque estava inscrito em acordos internacionais estabelecidos desde 1985. E não comprou sua totalidade; comprou uma parcela disso. E, claramente, nos acordos que foram assinados com o Ministério da Aeronáutica e que fazem parte do Programa de Desestatização, na hipótese de esse avião vir a ser fabricado, sim, senhor, ocorrem royalties e retorno sobre os investimentos no Ministério da Aeronáutica, como acontece exatamente com a Boeing, com a MacDonald Douglas, com todas as outras empresas do mundo, e, sobretudo, a Airbus que, como todos sabem, está acusada de subsídio direto dos respectivos governos e não paga royalties. Mas nós pagamos royalties, como pagamos royalties ao Ministério da Aeronáutica em relação ao Tucano, que foi desenvolvido para a Força Aérea Brasileira, com recursos da Força Aérea Brasileira.

Aviões militares, em particular, são sempre desenvolvidos sob encomenda governamental, mesmo porque o Governo exerce o direito depois de vetar ou de aprovar a venda desse avião para terceiros mercados ou para terceiros países.

Por que o EMBRAER 145 não pertence e também não entra nesse esquema? Porque, infelizmente, o Governo brasileiro não

colocou um tostão no desenvolvimento do 145. Não que não quiséssemos. Nós bem que o desejamos, mas o Governo brasileiro não colocou, como inclusive está interditado por resolução do Conselho Monetário Nacional, que é uma outra excrescência contra as empresas estatais. Estas não podem ter recursos de pesquisa de desenvolvimento das agências governamentais brasileiras por decisão do Conselho Monetário Nacional. Quer dizer, as estatais brasileiras têm que desenvolver tecnologia própria às suas próprias custas, o que é absolutamente impossível em um país com as taxas de juros que vivemos. Cinco anos para desenvolver um projeto à taxa de juros brasileira, V. Ex^as podem imaginar que o preço do produto jamais vai retornar.

Agora mesmo, o governo americano participou de 60% do desenvolvimento do Boeing 777, que ascende a 4 bilhões de dólares – portanto, 2 bilhões e 600 milhões do dólar do governo norte-americano – e o The New York Times publicou recentemente uma reportagem dizendo que esse 1 bilhão e 400 milhões de dólares que a Boeing colocou diretamente no preço do avião jamais retornará. Apesar de a Boeing ter dito que vai retornar porque o avião vai ser vendido pelos próximos 50 anos. Vamos respeitar a nossa Boeing, mas isso é chute, porque é impossível hoje, com a velocidade com que os produtos morrem no mercado, que uma companhia possa imaginar que vai vender uma avião durante cinqüenta anos. Nem o Electra, que é um "veterano", que está voando aqui há tantos anos, ainda não atingiu essa cifra.

V. Ex^a pergunta se a Argentina está de acordo. Está. O Ministro da Defesa da Argentina assinou uma carta, recentemente, dirigida ao Ministério da Aeronáutica concordando integralmente com a venda do 123 para o Governo Federal. E mesmo não poderia deixar de concordar. Está escrito nos acordos internacionais assinados entre os dois países. Mas, de qualquer maneira, por uma questão de correção, o Ministro Oscar Camilión assinou esse documento, que se encontra hoje em poder do Ministério da Aeronáutica, autorizando a venda de dois terços dos direitos do CBA 123 para o Ministério da Aeronáutica.

V. Ex^a mencionou que eu teria dito na Associação Comercial em São Paulo que o faturamento da Embraer seria de US\$14 bilhões nos próximos dez anos. Exato. Foi esquecida esta observação: se a capacidade total da empresa fosse utilizada. Mas, como eu não imaginava que a capacidade total da empresa fosse utilizada, o número provável é US\$7,5 bilhões, que V. Ex^a mencionou.

GEIPETS é a sigla do Programa de Reaparelhamento da Marinha e da Força Aérea Norte-Americana para aviões de treinamento, o Tucano está competindo com sete outros competidores.

V. Ex^a pergunta se o GEIPETS estava nos prospectos de preços de venda da privatização da Companhia. Não, não está porque é uma competição das mais difíceis, com uma probabilidade que hoje sabemos que é grande, porque nosso avião está tendo crescente aceitação, mas não se poderia colocar isso no preço da privatização por duas razões. A primeira razão: a North Tropic, que é nossa parceira, está pagando os custos de desenvolvimento do avião que vai ser fornecido para a Força Aérea Norte-americana, portanto não cabe retorno a nós, mas à North Tropic.

O segundo aspecto é uma concorrência pública das mais difíceis. Se houver uma vitória, tudo bem; mas, se houver uma derrota, pode haver uma reversão para vir cobrar a conta do Governo Federal posteriormente? Creio que não, de modo que se trata de um risco empresarial absolutamente fundamental.

Na questão do Sivam, efetivamente nós introduzimos oito Brasiliias. São cinco aviões para supervisão e três aviões de sensoriamento remoto, que nós ganhamos em conexão com o consórcio da ration dos Estados Unidos que venceu a competição. Na con-

trapartida, em relação ao GEIPETS, S. Ex^a o Ministro da Aeronáutica convocou recentemente, há cerca de 10 dias, uma reunião, da qual participamos, com a presença do Secretário-Geral do Iiamaryt, do nosso Ministro César Flores e do Embaixador nos Estados Unidos, Sr. Paulo Tarso, estabelecendo uma estratégia para utilizar essa compra do Sivam como uma alavanca para trabalhar junto ao governo norte-americano.

Foi feita uma minuta de parágrafo para ser introduzida, eventualmente, numa correspondência que poderá ocorrer mais tarde, num certo momento. Mas, de qualquer maneira, nós estamos tendo um apoio extraordinário do governo brasileiro, e só ele pode nos ajudar neste aspecto, porque a venda desses aviões seria para o Ministério da Defesa Norte-americano, e, portanto, seria uma venda e o governo americano poderia ser sensível a essa questão da contrapartida, apesar de que a legislação norte-americana é muito estrita.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) - O Sr. Ministro tem a palavra.

O SR. LÉLIO VIANA LÔBO - Eu me permitiria complementar, porque esse é um item bastante importante.

Na realidade, não há vinculação direta de uma coisa com a outra. É importante que se diga isso. Por essa razão eu vou fazer um comentário a respeito do Sivam, porque é pertinente neste instante.

Quando nós imaginamos o Sivam – dentro de todo o processo é uma história bastante longa – e montamos todo o dispositivo para a seleção do grupo que se responsabilizaria pela sua implantação, estabelecemos algumas condições que efetivamente foram consideradas, à época, como extremamente ambiciosas. Acreditavam que nós não as conseguímos, porque o Ministério da Aeronáutica, pela experiência que já tinha da implantação de todo o sistema de proteção ao vôo e de defesa aérea, em 40% do território nacional, já sabia de alguns problemas que estava vivendo, como, por exemplo, a existência ainda hoje de equipamentos já ultrapassados sem serem instalados. Isso porque a decisão do governo, à época da licitação, ou seleção, foi de que os recursos para os trabalhos de instalação dos equipamentos e de construções civis dentro do País deveriam vir do Orçamento da União, e não através de financiamento. Como o orçamento não foi capaz de nos atender, fomos postergando a instalação desses equipamentos, e vários deles hoje – são equipamentos na área de informática e de eletrônica – já não têm condições de serem utilizados por estarem ultrapassados.

Tínhamos essa experiência e algumas outras nessa área, de maneira que nós colocamos – e aí é importante que entendam – como condição que funcionaria basicamente como contrapartida que todos os investimentos a serem feitos no País seriam financiados pelo vendedor dos equipamentos e pelo ganhador da licitação. Para os senhores terem uma idéia, dessa quantia de 1 bilhão e poucos milhões de dólares, pouco mais de 500 milhões de dólares serão investidos no País e serão financiados pelos vendedores. De maneira que essa foi a primeira contrapartida.

O segundo ponto de contrapartida foi a definição, por nós, de que empresas brasileiras tomariam parte fornecendo equipamentos e participando de trabalhos obrigatoriamente. E as empresas foram definidas por nós, e não pelos concorrentes. Foi o caso, por exemplo, da Embraer, que foi contemplada. Qualquer que fosse o vencedor, a Embraer estaria dentro. Estão a Embraer, a TECNASA, a IBM DO BRASIL e a ESCA, que são empresas que foram colocadas por nós por imposição, ou seja, dissemos que seriam essas as empresas que queríamos porque já ví-nhamos investindo nelas há muitos anos para uma capacitação tecnológica.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Esse ponto é importante, quer dizer, qualquer que fosse o vencedor, se fosse o consórcio francês também a EMBRAER teria esse entendimento?

O SR. LÉLIO VIANA LÔBO – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Esse esclarecimento é importante.

O SR. OZIRES SILVA – Dentro do grupo empresarial capitaneado pela Thompson também estava a EMBRAER, também estava a TECNASA.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Um momento, por favor. Dr. Ozires, para efeito dos trabalhos taquigráficos, cada vez que um depoente usar a palavra é bom que seja anunciado seu nome.

Com a palavra o Dr. Ozires Silva, para complementar as explicações iniciadas.

O SR. OZIRES SILVA – Somente para dizer que mantivemos, com as instruções do Ministério da Aeronáutica, a independência da companhia para que ela pudesse participar de todos os consórcios. Esse é mais um exemplo do apoio que o Governo, de um modo geral, precisa dar para esse tipo de indústria, porque, caso contrário, evidentemente os fabricantes estrangeiros teriam uma enorme preferência pelo produto deles.

Tivemos uma dificuldade muito grande, por exemplo, em enquadrar o Brasília no financiamento do Eximbank para vender projetos SIVAN para o Brasil. Isso só pode ser feito devido a posição firme e dura do governo brasileiro nessa direção; do contrário, não teríamos conseguido.

Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, vou prosseguir para terminar rapidamente de dar resposta às últimas colocações do Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a mencionou que a aprovação do Congresso seria necessária para privatização da EMBRAER por duas razões: porque o Decreto-Lei nº 770, de criação da EMBRAER, obrigaria visto que em seu art. 5º prevê que a União tem que manter 51% do capital da EMBRAER; e, também, devido à Resolução nº 30.

No que se refere ao Decreto-Lei, a EMBRAER foi uma das primeiras empresas criadas pelo governo federal, em 1970, regulada pelo Decreto-Lei nº 200, de 1966, que exigia que todas as empresas estatais fossem criadas por lei específica. Em 19 de agosto de 1969 foi assinado o Decreto-Lei nº 770 estatuindo no próprio texto da lei que deveria haver 51% de participação do governo na empresa. Mas, a partir do instante que ela vai para o processo de privatização, a Lei nº 8.031 revoga essa lei de criação da estatal para permitir que ela passe para o setor privado.

Portanto, para a privatização – não sou jurista, vamos obedecer a lei – isso não é um obstáculo. Qualquer estatal que tenha sido criada por lei específica, uma vez privatizada, a Lei nº 8.031 autoriza a revogação do diploma legal de criação da empresa.

No que se refere à Resolução nº 30, V. Ex^a a conhece bem porque é autor do item 4 da Resolução ...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não sou eu o autor e sim o Senador Nelson Carneiro. Mas o texto foi por mim aprovado, aliás, por todos nós aprovado.

O SR. OZIRES SILVA – No que se refere à questão que V. Ex^a colocou e o Sr. Ministro já explicou, da questão dos 40% do capital estrangeiro, quero assegurar a V. Ex^a e ao auditório que 40% é o limite do capital que pode ser subscrito por empresas estrangeiras.

A dúvida que certamente surgiu na cabeça de V. Ex^a é que o governo brasileiro inicialmente colocou 60% das ações da EMBRAER, com direito a voto, à venda. Agora, recentemente, o Banco do Brasil subscreveu 4,5% das ações da EMBRAER, o que faz

com que 4,5% tenha que ser subtraído de alguém: ou do governo federal, que pretende ficar com 20%; ou da venda pública de 10%, ou de 10% que estarão nas mãos dos empregados ou do capital privado. A opção da Comissão Diretora foi retirar isso do capital privado. Portanto, o que será colocado à venda no leilão não são mais 60%, são 55,4%. Talvez aí tenha surgido a dúvida de V. Ex^a. Mas a participação do capital estrangeiro continua sendo de 40%.

Recentemente, houve uma publicação incorreta que possa ter levado V. Ex^a à dúvida. No entanto, a Comissão Diretora já teve o cuidado de publicar no Diário Oficial do dia 11 de agosto de 1984 a correção. Portanto, está absolutamente claro que o limite de participação do capital estrangeiro é de 40%.

V. Ex^a menciona ainda o preço mínimo. O preço mínimo da companhia foi constituído por dois elementos fundamentais: o valor de venda desses atuais 55,4% das ações e mais a dívida a ser transferida para o setor privado. A soma dessas duas parcelas dá o preço de venda da companhia, de 510 milhões de dólares, que não foi alterado.

A alteração ocorreu no preço de leilão, de 295 para 265 milhões de dólares, em consequência de uma decisão do Tribunal de Contas da União, que, através de um contrato de mútuo, assinado entre a EMBRAER e o Ministério da Aeronáutica, decidiu que a EMBRAER poderia liquidar esse contrato com o referido ministério fornecendo peças componentes do projeto AM-X, no valor de 30 milhões de dólares.

Como o Tribunal de Contas entendeu que isso não representava um valor novo, mas sim um valor já contratado anteriormente, no bojo do contrato do AM-X, ocorre que 30 milhões de dólares dessa dívida serão passados para o setor privado. Por isso, do valor de 295 milhões e 300 mil dólares, que era o valor de leilão, foi deduzido de 30 milhões de dólares, passando para 265 milhões de dólares. Portanto, hoje, o preço mínimo de leilão, de venda da EMBRAER, será de 265 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Concedo a palavra ao Sr. Cláudio, do BNDES.

O SR. CLÁUDIO – Na realidade, o preço base é 265 milhões de dólares para 100% da companhia. Então o preço que vai a leilão é 55,4%, ou seja, 265 milhões de dólares mais o subsídio que é dado aos empregados. Essa parcela também irá a leilão, o subsídio dado ao empregado, mais os 55,4% dos 265 milhões de dólares, dá o valor equivalente a 152 milhões de dólares.

O SR. OZIRES SILVA – Finalmente uma observação do nobre Senador Ronan Tito a respeito da Raytion, vencedora do consórcio do SIVAM, que estaria interessada em comprar ações da EMBRAER. De fato, o atual presidente da Raytion, Max Black, grande amigo meu, ex-Presidente da PIPER, quando fizemos negociações de fabricação dos aviões Pipers no Brasil, ele manifestou o desejo de participar no leilão da EMBRAER. Mas não pôde, porque a Raytion é a dona da Beechcraft, uma concorrente nossa no programa de reaparelhamento da Força Aérea Americana e da Marinha, que está competindo com nosso Tucano.

Nessas condições, a legislação norte-americana não permite que os concorrentes se associem. Dessa forma a Raytion, embora tivesse vontade de participar do capital acionário da EMBRAER... e gostaríamos, porque é uma companhia que tem um bocado de sinalização conosco, em si não é concorrente, mas o fato é que a legislação norte-americana não permite, portanto a ligação que a EMBRAER tinha, nesse aspecto, com a Raytion desapareceu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Com a palavra o Senador Maurício Corrêa para fazer as indagações.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Sr. Ministro, Lélio Viana Lobo, imagino, no fundo, que haja um certo constrangimento. Es-

tamos presenciando, quase que compulsoriamente, a licitação e venda da EMBRAER. Creio que constrangidos estamos todos que conhecemos as origens da empresa, o sacrifício do Dr. Ozires Silva, pelo entusiasmo e crença que tinha no projeto.

Verificamos hoje, face à realidade Orçamentária que o Ministro Lobo vive diariamente no Governo, S. Ex^a sabe como é difícil injetar dinheiro sacrificado, suado desse Orçamento minguado, para atender, na verdade, a uma fábrica de aviões.

Será que se trata de um empreendimento essencial, estratégico? De certo modo sim, mas se pensarmos que hoje, em função dessa competitividade mundial, já o avião não é essencialmente um meio intransponível, porque sabemos que os países ora vivem sob a dependência de um setor internacional, ora sob outro...

Antigamente, quando havia a divisão da União Soviética, uma parte tendia para a União Soviética, outra, para os Estados Unidos. Hoje, integramos essa parafernalia criada pela informática, pela cibernetica, que é a guerra eletrônica. E já não me preocupo com esse aspecto.

A Aeronáutica tem dois projetos, a meu ver, de extrema importância. O primeiro deles, sem dúvida, é a Base de Lançamentos de Alcântara, onde tive o privilégio de ir. Essa, sim, é realmente uma realização magnífica! Sei das dificuldades com que a Aeronáutica mantém esse projeto e a preocupação que isso causa aos Estados Unidos e a outros países. Pelo que sei, o Brasil é o único país latino-americano que ainda tem um projeto de lançamento de mísseis e com possibilidade extraordinária de sucesso, em face da localização da base de lançamentos, a 5 graus apenas, salvo engano, do Equador. Desse modo há uma economia de combustível muito grande.

Acompanhei as dificuldades da Aeronáutica, durante minha permanência na equipe do Governo, como Ministro da Justiça, ao lado do Ministro Lélio Lobo. Foi com tristeza que verifiquei que nossa Força Aérea passa por dificuldades terríveis. Inúmeras vezes o Ministro Lélio Lobo foi obrigado a solicitar a compreensão dos ministros na redução da utilização de aeronaves, porque a Aeronáutica não tinha dinheiro.

Hoje, por mais que tenhamos amor à EMBRAER, por mais que não queremos que ela seja privatizada – e sei que, no fundo, o Ministro Lélio Lobo pensa assim, com muito mais razão, porque o Dr. Ozires é praticamente o "pai da criança" – não temos alternativa, é a realidade inexorável do tempo. Não é possível que num Brasil como este que vivemos neste momento, que quer sair da estagnação, que quer progredir, desviamos recursos da fome, da saúde e da educação para alocarmos na construção de aviões.

Enfim, é com tristeza que chegamos a esta solução: não há condições, tem-se de vender a EMBRAER, porque esta é a voz do tempo.

Resumiria dizendo que fiquei extremamente satisfeito com as explicações dadas aqui, não só pelo Ministro Lélio Lobo, como também pelo Engenheiro Ozires Silva. Todas as dúvidas foram inteiramente dissipadas e creio que aquilo que se diz não é a expressão da verdade.

O ex-Ministro Delfim Netto afirma que aquele que está dentro do Governo tem realmente uma informação confiável e aquele que está do lado de fora baseia-se muito no que se diz, ou seja, não é uma fonte segura. Quem está dentro do Governo manipula, vê, sente, participa dos números e tem condições de dizer a verdade.

Tudo foi amplamente esclarecido, inclusive as dúvidas do nobre Senador Eduardo Suplicy, a quem me coloquei ao lado para que o Ministro Lélio Lobo e o Dr. Ozires Silva pudessem vir aqui, porque não podemos permitir – de certo modo, ainda me sinto parte do Governo – que haja deturpação ou que alguém possa, por

trás disso, ganhar dinheiro; que alguém possa, repetindo o passado, levar vantagem sobre o sacrifício do povo, do dinheiro do contribuinte.

Tenho certeza de que os editais estão aqui para quem quiser examiná-los ou contestá-los, a fim de que o processo de licitação seja o mais claro, o mais transparente possível. Esta é a função precípua do Congresso Nacional: fiscalizar.

De outra parte, não é possível, em sã consciência, do ponto de vista jurídico, que uma resolução votada no Senado, um decreto legislativo possa ter validade sobre a Câmara dos Deputados. Nós legislamos para nós, em matéria de decreto legislativo, em matéria de resolução, mas obrigamos a Câmara dos Deputados a obedecer uma regra que apenas uma Casa do Congresso votou, não tenho dúvida de que, se se arguisse através de uma ação direta de constitucionalidade, a norma desse decreto legislativo seria derrubada, porque não podemos legislar para uma outra Casa, como eles não podem legislar para nós.

De qualquer maneira, parece-me extremamente correto que isso tenha possibilitado a discussão da matéria e que os editais viessem ao Congresso Nacional para que nós os examinássemos, ainda que isso não prevaleça, quer pela própria revogação do Senado, quer seja pela sua manutenção. A verdade é que os editais já são conhecidos.

Gostaria de fazer três ou quatro rápidas perguntas ao Dr. Ozires Silva, porque a matéria é mais ligada à EMBRAER. Em primeiro lugar, gostaria de saber qual é a reação dos empregados da EMBRAER: há uma maioria favorável e uma minoria contrária, ou as opiniões estão divididas, ou a maioria é contrária? Repetindo-se o que aconteceu na Companhia Siderúrgica Nacional e na USIMINAS, gostaria de saber de V. Ex^a o perfil do que está acontecendo com relação aos empregados.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Peço ao Senador Maurício Corrêa que faça todas as perguntas para que o Dr. Ozires Silva possa respondê-las em seguida.

O SR. MAURICIO CORRÊA – Perfeitamente. Dr. Ozires, embora eu tenha como de duvidosa legalidade ou juridicidade qualquer norma que venha a obrigar que se imponha a adquirentes de uma licitação o cumprimento de determinadas regras, sobretudo no que tange à manutenção de pessoal, de trabalhadores, a segunda pergunta – não me recordo se é essa norma, se existe lei, se o edital fala alguma coisa – seria no sentido de que V. S^a também se manifestasse a respeito dessa insegurança que pode existir com relação à possibilidade de a licitação ser realizada amanhã ou depois e o seu ganhador querer demitir grande parte do pessoal; se há uma maneira de proteção desses empregados, que é, na verdade, o que mais me preocupa.

Em terceiro lugar, gostaria de saber, se porventura realizada essa licitação, se a União ainda estará vinculada a algum tipo de pagamento, se há resíduos de obrigação por parte da União Federal.

Seriam essas as três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Com a palavra o Dr. Ozires Silva.

O SR. OZIRES SILVA – Muito obrigado, Senador, pelas suas colocações.

Respondendo diretamente, a reação dos empregados podemos traduzir pela opção que eles já exerceram para participar do leilão, comprando ações da EMBRAER. Os números que temos hoje indicam que a totalidade do número disponível para compra já está tomada pelos empregados, inclusive as sobras. Em termos de opção, hoje o número de empregados inscritos para comprar ações da EMBRAER é de 3.500, de um total aproximado de 5.500 empregados, o que já indica que a maioria dos empregados está in-

teressada e comprando as ações.

Recentemente, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos fez um plebiscito – aliás, extremamente curioso – fazendo perguntas do tipo "Você prefere cheirar perfume ou receber uma martelada no pé?", querendo dizer: você é favorável à privatização ou prefere que a empresa funcione? "Você prefere comprar ações ou prefere montar aviões?"

Evidentemente, foi uma amostra viciada. Nessa altura, houve uma grande participação dos empregados, mas, na realidade, o que ocorre hoje é que a maioria dos empregados, 3.500, já fez opção e já tomou todas as posições de venda do número que o BNDES reservou para eles.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Com a palavra o Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Vi no edital que houve uma cautela muito grande no sentido da proibição da venda das ações pelos empregados, senão por meio da Bolsa. Parece que no edital consta isso, o que considero ser uma medida extremamente correta, porque a experiência do passado, em que algumas privatizações foram feitas, mostrou que os empregados acabavam vendendo essas ações porque já estavam comprometidos com alguns grupos. Parece que o edital já corrige isso.

O SR. OZIRES SILVA – Sim, existem salvaguardas, que, aliás, estão previstas na própria lei.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Sim, depois desse fato.

O SR. OZIRES SILVA – Quanto à questão da estabilidade da força de trabalho, vemos hoje que no mercado competitivo mundial a estabilidade no emprego depende fundamentalmente da estabilidade da empresa; se a empresa não subsiste, o emprego não existe. Penso que ninguém conseguiu ainda solução para a equação de existir emprego sem empresa.

Na realidade, nossa grande preocupação foi a questão da estratégia da empresa para o futuro, em termos de linha de produto, de modo a garantir o faturamento mínimo.

Eu diria que o efetivo que a EMBRAER tem hoje é insuficiente para as vendas do 145, na hipótese de o Ministério da Aeronáutica manter o projeto do AMX mais ou menos como está agora e, na hipótese, sobretudo, de ganhamos essa competição nos Estados Unidos com o TUCANO, além das vendas decorrentes disso para terceiros mercados. Quer dizer: eu diria que, em face do grau de especialização, é muito pouco provável que o novo acionista venha a reduzir o pessoal, em particular na área de produção. Poderá ocorrer redução no nível mais alto, porque hoje a empresa é extremamente sobreacarregada pelas auditorias que o Governo Federal solicita e tudo mais. Temos um overhead muito pesado para responder as perguntas permanentes que recebemos das autoridades – Tribunal de Contas, algumas vezes até do próprio Congresso, dos diferentes ministérios, como o Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento – e isso obriga uma quantidade de pessoas relativamente grande. Provavelmente, esse pessoal será afetado, porque na empresa privada isso não ocorrerá mais.

Foi perguntado se a União se obrigará a pagar mais alguma coisa. Do ponto de vista acionário, é claro que não, embora a União pretenda ficar com 20% das ações. Se a empresa resolver aumentar o capital, a União decidirá se acompanhará ou não o aumento de capital. Mas uma coisa é extremamente importante: a Força Aérea Brasileira está precisando de equipamentos e deverá continuar comprando aviões da EMBRAER – companhia que fornece aviões –, desde que possamos preencher os requisitos da Força Aérea Brasileira.

Imagino que V. Ex^a, na sua pergunta, não colocou essa co-

notação de produtos que sejam adquiridos na companhia.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Com a palavra o Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Quero saber se a União vai continuar com algum encargo, com alguma obrigação. O novo empréstimo de 407 milhões de dólares, que a EMBRAER pediu será quitado por quem? Queremos saber se haverá remanescente de encargos para a União.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Com a palavra o Dr. Ozires Silva.

O SR. OZIRES SILVA – Os remanescentes ocorrerão sim, Senador, dentro do processo de preparação da empresa para a privatização. As dívidas da empresa que foram absorvidas pela União se refletirão em encargos futuros da União, exceto, evidentemente, o caso do CBA 123 porque, com a compra do projeto, ele se tornará propriedade da União e retornará, à medida que o avião for fabricado, na forma de royalty, ou coisa que o valha.

No processo de saneamento da empresa houve absorção de dívidas pela União, que se transformaram em encargos da União.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Com a palavra o Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – O valor de venda da EMBRAER, segundo ouvi em resposta ao Senador Eduardo Suplicy, seria em torno de 152 milhões de dólares. É isso? É esse o valor mínimo de leilão?

O SR. OZIRES SILVA – Dos 55% que serão colocados à venda no leilão, sim.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Quer dizer que esse dinheiro que vai entrar em forma de títulos e de cash, não será suficiente para pagar os encargos que a União está deixando, além do acervo que existe lá?

O SR. OZIRES SILVA – Seguramente não dá.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Com a palavra o Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Sr. Ministro Lélio Lobo, Sr. Presidente Ozires Silva, ouvi com a devida atenção as informações que prestaram e quero declarar que as considerei dadas com muita firmeza, o que não obsta divergência de interpretação aqui e ali em torno do problema e sobretudo no que concerne à privatização.

Quero dizer ao Sr. Ministro que votei a resolução do Senado e hoje estou certo de que o Senado foi além do que podia. Não podíamos, por uma resolução da Casa, comprometer pronunciamento do Congresso Nacional. Isso não afasta a idéia da necessidade de opinar o Congresso. Mas quero deixar também claro que entendo que a resolução não pode produzir efeitos para vincular a Câmara dos Deputados.

Houve, na exposição do Dr. Ozires, vários esclarecimentos, mas ficou uma dúvida – talvez eu é que não tenha percebido bem. S. S^a declarou que a EMBRAER foi lucrativa durante 20 anos. Por que deixou de o ser depois?

Convenho – e a sua informação foi muito clara – em que pormenores de negociação no estrangeiro dificultam, por vezes, a competitividade da EMBRAER, como o pagamento de remunerações especiais. Creio que esta tem sido uma das razões de enfraquecimento da empresa: ela deixa de negociar porque não pode oferecer determinadas vantagens na negociação internacional.

Eu indagaria ainda a V. S^a: Se ocorrer a privatização, quem garantirá que a EMBRAER continuará com a sua linha fundamental de trabalho? Há condições no processo de privatização de garantir a continuidade da empresa tal como ela hoje é orientada, sobretudo quando ouvi do Sr. Ministro que essa empresa é fundamental para as atividades básicas do Ministério da Aeronáutica?

Sem embargo do cuidado com que vai examinar a proposta de privatização, devo declarar que, em princípio, sou contra a privatização fácil das empresas brasileiras estatais. Pergunto: Não há possibilidade de adotar-se um regime legal especial para a EMBRAER, a fim de mantê-la como empresa estatal? Dir-se-á que não é fácil. Não é. Mas nós tivemos aqui oportunidade de dar um regime especial, noutro setor de atividade, ao Sistema Hospitalar Sarah. Uma lei especial foi elaborada, concedendo um regime e administração singular, com flexibilidade suficiente para que a Organização Sarah pudesse desenvolver o seu sistema hospitalar em condições de êxito, sem perder o sentido de responsabilidade perante a Administração.

Então, indagaria, primeiro, o problema relativo aos 20 anos de lucratividade e a perda, em seguida, dessa condição. Em segundo lugar, se haverá garantias para que a EMBRAER, se privatizada, continue a sua linha de atividade. E, por fim, não há possibilidade de adotar-se um regime especial para a EMBRAER, a fim de mantê-la como empresa estatal?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Passo, inicialmente, a palavra ao Ministro Lélio Viana Lôbo.

O SR. LÉLIO VIANA LÔBO – Muito obrigado, Sr. Senador. V. Ex^a tirou, com a sua segunda pergunta, um pedaço da minha colocação final, que eu iria aproveitar para fazer.

Efetivamente, o Ministério da Aeronáutica teve sempre essa preocupação, que – creio eu – é a de todos os brasileiros. Tanto assim que, tão logo a empresa foi colocada no Programa Nacional de Desestatização, o que ocorreu no dia 9 de janeiro de 1992, o Ministro da Aeronáutica de então, Tenente-Brigadeiro Sócrates, no dia 30 de janeiro – portanto, 21 dias depois –, encaminhou ao Presidente da Comissão Diretora do BNDE um documento no qual fazia as colocações relativas à posição do Ministério da Aeronáutica em relação à desestatização da empresa, definindo posições que deveriam ser mantidas no edital, porque considerava absolutamente essencial que a empresa fosse preservada naquilo que se refere à capacidade de a União orientar o seu planejamento estratégico e naquilo, obviamente, que for pertinente aos interesses relacionados com o próprio Governo ou com a Força Aérea.

Apresentamos, naquela oportunidade, uma relação de treze itens que deveriam ser observados durante o processo. Todos foram efetivamente incluídos.

Eu resumiria dizendo o seguinte: nós, por meio da instituição da Golden Share... Eu lembraria que durante todo o processo de privatização, até agora, apenas em uma empresa houve a introdução da ação de categoria especial ou de classe especial internacionalmente conhecida como Golden Share, que foi a CELMA. Privatizada com muito sucesso, a CELMA foi efetivamente a primeira empresa brasileira a ter todo o seu processo de privatização integralizado. Era uma empresa de indústria aeronáutica vinculada ao Ministério da Aeronáutica. É responsável pela manutenção de motores, inclusive no mercado internacional; mais do que isso, foi introduzida no Programa AMX, dentro da nossa política de indústria aeronáutica, como produtora de peças para motores e montadora final de motores para o Programa AMX. Hoje é uma empresa de bastante sucesso e participa até de uma joint-venture internacional, liderada pela Rolls&Royce, para a fabricação de peças para o motor do Boeing 777, motor da mais nova geração. Essa participação só foi possível exatamente em função de toda a tecnologia que desenvolvemos com a empresa, que foi a primeira a ter a Golden Share. A segunda é a EMBRAER. Tem causado espécie em algumas áreas a existência...

Ainda recentemente fiz uma reunião com os interessados na licitação, que desejavam saber como o Ministério da Aeronáutica imaginava gerenciar a Golden Share. Dei as explicações. A Gold-

en Share é uma ação sem valor, mas que tem o poder de veto em todas as decisões importantes da empresa no que se refere a mudanças de acionistas, exatamente porque a legislação principal, a essa altura, trata da definição de um percentual de participação do capital estrangeiro. Portanto, é necessário que tenhamos um comando sobre os acionistas, não para tolher a empresa, mas para preservá-la.

Ela também tem poderes, como o de vetar as decisões da empresa quanto a possíveis modificações ou desejadas modificações no atendimento a programas militares de interesse do Governo brasileiro, bem como na manutenção das aeronaves da Força Aérea Brasileira e na introdução de programas militares sejam eles quais forem ou com quem for, exatamente porque é algo que interessa à segurança nacional. De certa forma, mantivemos aquilo que consideramos absolutamente essencial na preservação do planejamento estratégico que foi montado, como eu disse desde o início, há mais de 30 anos.

Possuo dar testemunho de como funciona essa ação de categoria de classe especial, porque a estamos exercendo há mais de 2 anos na CELMA. Temos um representante no Conselho de Administração da empresa. Teremos, no caso da EMBRAER, dois representantes: um representante pela participação acionária da União com 20% e um outro que será o gestor da ação de classe especial. São entidades jurídicas um pouco diferentes, muito embora talvez possa ser a mesma pessoa, mas no caso da CELMA, por exemplo, somos consultados rotineiramente a respeito de decisões que a empresa pretende tomar. São decisões que, de certa forma, têm conexão com o seu planejamento estratégico. O caso do motor do Boeing 777 é típico.

Aproveito a oportunidade para dizer que o Ministério da Aeronáutica, dentro dessa estratégia, mantém uma sistemática geral de apoio, de suporte, de – eu diria – parceria com todos os segmentos da indústria. Ainda na semana passada tive um entendimento com o Ministro da Fazenda em função de um programa da CELMA. Trata-se de um programa da empresa, que nos interessa obviamente.

Temos um trabalho intenso, por exemplo, com a TECNASA. Na realidade, estamos lutando para fazer com que a TECNASA saia da dificuldade em que se encontra, porque ela tem programas que nos interessam. E assim fazemos com todas as indústrias. Consideramos que esta é a razão principal da existência do Ministério da Aeronáutica como órgão de condução da política de indústria aeroespacial. Temos essa responsabilidade. Estamos conscientes de que ela é realmente ponto fundamental para o progresso da indústria no País. O Brasil deve dispor, na medida em que está crescendo, de uma indústria aeronáutica compatível com esse crescimento e com suas responsabilidades internacionais.

O sistema Golden Share, basicamente, nos dá essas facilidades, ou essas atribuições. Estamos certos de que com elas garantiremos o futuro da empresa dentro dos limites que nos interessam, estimulando-a sempre a participar, a ampliar o seu mercado de trabalho, a ser agressiva na pesquisa de mercado, seja ou não do setor aeronáutico. Quanto maior a agressividade da empresa, maior tranquilidade teremos no sentido de que ela poderá seguir no caminho estratégico que a ela impomos.

Com essas colocações sobre a segunda pergunta, eu passaria ao Engenheiro Ozires Silva, se o Sr. Presidente me permite, para as outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao Engenheiro Ozires Silva.

O SR. OZIRES SILVA – Sr. Senador, V. Ex^a pergunta por que a EMBRAER deixou de ser lucrativa. Por várias razões. A primeira razão é que o mercado realmente se reduziu demasiadamen-

te. A indústria aeronáutica se caracteriza por investimentos muito pesados tanto em tecnologia como fatores de produção.

Eu diria que a indústria aeronáutica é talvez o único segmento industrial de alta tecnologia que gera muitos empregos, muitas posições de trabalho. Em consequência disso, para fabricar um avião, somos obrigados a manter pessoas que atuam poucas vezes no processo produtivo. Um avião tem sistemas os mais variados, exigindo as mais variadas especializações. Com a redução do mercado, evidentemente essa capacidade ociosa cresceu.

Por outro lado, referi-me aos projetos que foram colocados dentro da empresa, em particular pelo Governo Federal. São projetos que não tiveram a remuneração correspondente, levando a empresa a um alto grau de endividamento e aos juros de mercados.

Vale lembrar que uma das restrições à operação das empresas estatais é o fato de elas serem obrigadas a colocar os saldos de caixa no Banco Central, a taxas inferiores às do mercado. No entanto, as necessidades de caixa a empresa vai buscar no mercado, a valores de mercado. Portanto, trata-se de uma espécie de confisco da rentabilidade dos saldos de caixa. Se a empresa tiver caixa, ela não pode compensar. Normalmente vemos nos balanços das estatais que as receitas financeiras, em geral, são muito inferiores às despesas financeiras devido a esse critério determinado pela legislação.

Evidentemente, as empresas aeronáuticas lucrativas agora só agora estão começando a retornar à fase de lucro. A British Aerospace, que é grande competidora nossa no mercado internacional, em 1993, teve um prejuízo realmente gigantesco: 1,2 bilhões de libras. Creio que o maior de toda a indústria. Isso não é uma grande compensação. Eu gostaria que todas as empresas do mundo tivessem lucro, não apenas a nossa, mas, infelizmente, estamos na regra; gostaríamos que fôssemos exceção; todavia, não o conseguimos.

Quanto à linha fundamental de trabalho da companhia, é evidente que hoje temos uma estratégia firme; é uma ocupação bastante sensível no mercado de transporte aéreo regional nos segmentos em que podemos atuar. Temos um avião de treinamento, um de combate – o AMX –, contratado pelo Ministério da Aeronáutica; temos uma possibilidade na árvore do avião de treinamento de fazer o avião leve de ataque que possa atender necessidade de outras forças aéreas. Paralelamente, por intermédio da nossa subsidiária, a NEIVA, produzimos aviões agrícolas. Chegamos a 800 aviões produzidos – o que é um recorde de produção quase a nível mundial –; estamos produzindo aviões da aviação geral, e, evidentemente, quando novos acionistas chegarem imaginamos que a companhia possa enfrentar uma nova estratégia, mesmo porque, hoje, como companhia estatal, não podemos fugir aos estatutos da companhia que só pode fabricar aviões e produtos correlatos. Evidentemente, com algumas fabricações adicionais, estamos tentando manter a ocupação da força de trabalho. Fazemos alguns contratos com a indústria automobilística; todavia, coisa pequena a ponto de não dizer que o Governo, com as suas estatais, está competindo com o setor privado.

Portanto, imaginamos que o novo acionista poderá trazer até uma contribuição a essa estratégia.

O teor da pergunta de V. Ex^a é claramente no sentido de saber qual a garantia que temos de que isso continuará. Eu diria que a grande garantia é a posição da EMBRAER no mercado; a EMBRAER tem um nome no mercado. Talvez seja uma das poucas, senão a única companhia brasileira de produtos sofisticados com marca. Conhecemos a produção mundial por intermédio das suas marcas. O Japão, a Alemanha, os Estados Unidos são conhecidos pela força das suas marcas, e temos uma marca forte que se chama EMBRAER, conhecida em todo o mundo.

Várias teses sobre o desenvolvimento da EMBRAER foram produzidas nas mais variadas universidades do mundo. Três ou quatro universidades dos Estados Unidos, no ano passado, produziram teses sobre o desenvolvimento da EMBRAER, da sua estratégia comercial. Na Alemanha, na Europa, até na Ásia, no Japão, recentemente, um estudante japonês na sua tese de doutoramento, mostrou o sucesso da EMBRAER, como uma companhia de um país que está ao Sul do Equador, onde todas as iniciativas de fabricações de aviões, no Hemisfério Sul, falharam; no entanto, essa companhia teve êxito; há interesse por parte de muitos em estudar a respeito disso.

A meu ver, esse o grande patrimônio da companhia, da sua força de trabalho, da sua tecnologia e da sua marca. Qualquer comprador da EMBRAER que venha colocar isso em risco, estará colocando em risco o próprio bolso. Na hipótese de a empresa se transformar em subsidiária de empresa estrangeira, fabricando partes de produtos ou fabricando sob licença ou coisa dessa natureza, esta companhia, ao volume de fatores de produção que tem disponível hoje, aos custos que tem que enfrentar, simplesmente não sobreviverá.

Em relação a isso, o Governo Federal tomou o cuidado para que não seja comprada por um concorrente e este fechá-la. Essa é uma das razões por que o Governo Federal conserva a Golden Share e impede que companhias, que potenciais concorrentes possam comprar a EMBRAER.

A última pergunta que V. Ex^a coloca é a respeito do regime especial para a EMBRAER. Estamos numa Casa de Leis. Evidentemente, isso pode ser feito. Temo, porém, que em face da parafernalia que se acumulou sobre as estatais, essa não seja uma tarefa fácil. Eu próprio pensei nisso no passado. Eu diria que para as companhias estatais terem sucesso basta fazer com que o Governo Federal se comporte como se comportava na década de 70, em relação às estatais.

Notem V. Ex^as que o sucesso das estatais foi extraordinário na década de 70; multiplicamos por 10 a nossa capacidade de geração energética; resolvemos o problema do telefone; o correio ocupou posições. Não é mais aquele correio que era usado como desculpa. Por exemplo: de que não podíamos comparecer ao compromisso, porque o destinatário não teria recebido a carta. Esse não funciona mais. Na área de infra-estrutura, tivemos a malha rodoviária de 5 mil km de estrada pavimentada saltando para 70 mil. E veja que tudo isso foi trabalho do Estado, num momento em que o Estado deu condições a que ele próprio pudesse, através de mecanismo ou da administração indireta, seja da empresa pública, seja da autarquia, seja da sociedade de economia mista, modificar completamente, dando uma administração profissional a esses organismos, conseguindo o resultado que conseguiu. Isso é notório, está na História Brasileira, qualquer um pode verificar.

É claro que se pode fazer isso, mas teríamos que voltar ao passado, quando o Estado brasileiro tinha a possibilidade de fazê-lo com eficiência e com o profissionalismo feito à época.

Hoje, vemos que algumas companhias têm buscado solução no chamado Contrato de Gestão, fórmula essa para permitir certas flexibilidades. Há dois anos, o Governo concedeu o Contrato de Gestão para a Companhia Vale do Rio Doce. Quando Presidente da PETROBRÁS, fui um dos que propuseram esse Contrato de Gestão, baseado num estudo que tinha sido feito pelo sistema de eletricidade da França. Não conseguimos. Mas o Contrato de Gestão peca por um elemento fundamental: não é imune às leis subsequentes editadas. Em havendo uma lei que passe por cima do Contrato de Gestão, a restrição ocorrerá.

Eu diria, Senadores, que me preocupo com as estatais hoje. Elas representam um patrimônio público duramente construído à

custa do dinheiro do contribuinte. E os métodos de gestão que estão sendo impostos às estatais estão fazendo a diluição e, certamente, a dilapidação do seu patrimônio, o que é absolutamente inaceitável do ponto de vista do País.

Por que a EMBRAER sofre muito mais? Porque ela não tem nenhum privilégio de mercado. As companhias que têm certos privilégios de mercado como o caso da TELEBRAS – V. Ex^a pega o telefone está pagando à TELEBRAS; vai ao posto de gasolina está pagando à PETROBRAS –, de uma maneira ou de outra sobrevivem; a EMBRAER nem isso tem. O próprio Ministério da Aeronáutica faz concorrências. Há aviões nossos, de nossa fabricação, que o Ministério da Aeronáutica não nos contratou para a sua manutenção. Preferiu dar a manutenção a terceiros, o que é absolutamente lógico, de uma forma extremamente competitiva. E mais ainda: conforme mencionei no começo da minha exposição, a EMBRAER, devido a consequências, sobretudo, da Constituição de 1988, no Capítulo que se refere à Tributação, passou a ter os seus produtos tributados e, por força de acordos internacionais, o Brasil isentou a importação de aviões estrangeiros. Portanto, não nos foi assegurada a competição mínima nem no nosso próprio território. Temos hoje duzentos e quarenta aviões BRASÍLIA operando nos Estados Unidos; no Brasil, doze, que é o segundo mercado, maior mercado de aviões do mundo inteiro depois dos Estados Unidos. É bem verdade que há uma grande distância, mas é o segundo mercado. Em função dessas circunstâncias, creio que uma legislação – estamos numa Casa de leis, de caráter especial – poderia assegurar a que essa companhia possa continuar sob o controle do Estado. Ela já provou no passado que é eficiente. Provou que compete no mercado, que identifica nichos de mercado com certa inteligência; tem tido a criatividade necessária, é respeitada no mundo todo. Portanto, tem todas as condições de vencer. No entanto, ela tem hoje um companheiro de time chamado Governo Federal. No momento em que vamos marcar o gol, ele segura a camisa. Se isso for modificado, evidentemente, a companhia terá condições de funcionar, porque funcionou bem no passado.

Eu, em particular, dirigi essa companhia como estatal há muitos anos, inclusive até agora. Estive à ela ligado de uma forma direta durante vinte anos, dirigindo-a, e indiretamente nos outros cinco. Essa companhia está completando mais vinte cinco anos agora. E não me sinto absolutamente mal por estar vinculado ao Estado, ter que a ele me reportar, ter como acionista a União Federal. Digo que foi um período rico tanto da vida da empresa quanto da minha. Gostei disso e achei que era a fórmula, porque eu próprio me encarreguei de convencer o Governo Federal a fazê-la como estatal. A idéia do Governo Federal à época era privatizá-la. E eu convenci, com o auxílio de outros companheiros, o Governo de que ela deveria ser estatal. Dessa forma, V. Ex^a pode perceber que há, em relação à minha pessoa, um problema de foro íntimo: o de modificar meu ponto de vista. A EMBRAER vale muito para mim. Não pretendo vê-la desaparecer. Se ela continuar nas condições em que está, com as limitações que tem, vai desaparecer.

Hoje entreguei ao Ministro da Aeronáutica uma relação de 66 itens restritivos gerenciais que não afetam nenhuma empresa privada, e o fiz tentando evidenciar a diferenciação que temos.

Por outro lado, V. Ex^a pergunta a respeito da lucratividade. É sabido que qualquer financiamento que qualquer companhia estatal venha a obter precisa ter aprovação desta Casa. Uma companhia que opera competitivamente no mercado internacional tem que seguir todo o caminho da burocracia de obter aprovação de um financiamento. Tentamos, nobre Senador, uma única vez e gastamos um ano e meio. Com a demora de um ano e meio, na velocidade da competição do mercado aeronáutico, ficamos para trás e perdemos o negócio. Por essas razões, imagino que o estatuto da

empresa pode ser modificado, desde que haja legislação especial que contemple não somente a EMBRAER, mas todas as outras estatais, que, a meu ver, são tão preciosas quanto ela e não podem ter o seu patrimônio dilapidado. V. Ex^a terá, sem dúvida, o nosso aplauso.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Sr. Presidente, permita-me V. Ex^a a palavra final.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pois não, Senador.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Quero agradecer ao Sr. Ministro e ao Presidente da EMBRAER as explicações que se dignaram a dar em relação às indagações que lhes fiz. E eu as fiz porque sou daqueles convencidos de que o mal não está no Estado nem nas empresas estatais. A discussão que aqui se trava mostra que os motivos que levam à decadência das estatais são motivos circunstanciais, não são motivos relacionados com a índole do Estado nem à natureza das empresas. Por isso é que cogitei da idéia de um regime especial, e, enquanto eu puder trabalhar nesse sentido, não mudarei meu ponto de vista. Obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pois não.

O SR. OZIRES SILVA – Nobre Senador, em 1966, foi editado o Decreto-Lei nº 200 – Reforma Administrativa. Tenho certeza de que V. Ex^a se lembra desse documento legal. Pois bem, esse documento estabeleceu a forma pela qual as empresas públicas, as autarquias e as sociedades de economia mista funcionariam. Eu diria, portanto, que já temos exemplo. É só voltar ao passado daquele decreto-lei – hoje deveria ser lei –, que deu às companhias estatais condições de operarem. E foi o que viabilizou o chamado "milagre brasileiro". Muitos de nós temos razões a lamentar em alguns aspectos, mas, do ponto de vista de infra-estrutura, este País mudou.

Lembro-me de que, em 1970, quando a EMBRAER foi criada, a resposta da telefonista quando pedíamos de São José dos Campos uma ligação para São Paulo, era: "hoje não é possível, só amanhã"; ou então: "leva 2 horas". Em 1972, tínhamos discagem direta internacional. E isso foi feito por quem? Pela TELEBRAS e pelas respectivas empresas estaduais. Isso foi feito e por quê? Porque tinham condições de fazê-lo. Hoje os loteamentos de investimentos das estatais estão vinculados ao Orçamento da União. Se a União decide cortar investimentos, corta também das estatais, tendo dinheiro ou não tendo, havendo ou não carência de telefone, necessitando ou não de expandir refinarias.

Veja V. Ex^a que são circunstâncias que ocorreram, mas que os substantivos não foram mexidos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Passamos a palavra ao Deputado Ernesto Gradella.

O SR. ERNESTO GRADELLA – Sr. Presidente, Senador João Rocha, Sr. Ministro Viana Lobo, Engenheiro Ozires Silva, Presidente da EMBRAER, todos sabem que a EMBRAER é uma empresa estatal porque nenhum setor privado se interessou em investir na EMBRAER, apesar de o Governo, na sua origem, ter oferecido – o próprio Engenheiro Ozires é que nos conta essa situação – aos setores privados o Projeto Bandeirante; a possibilidade de que algum setor que se interessasse em investir ter o apoio do Governo. Por todas as explicações colocadas, concluímos que um dos grandes problemas que a EMBRAER enfrenta hoje é o próprio Governo. O Governo criou amarras, criou dificuldades artificiais, o que tem dificultado sua competitividade no mercado internacional. Se analisarmos a questão a nível de mercado, a nível de competitividade, de competência, de garantias da empresa estatal para disputar esse mercado, a empresa tem um problema dentro da sua própria casa.

Estamos vivendo um momento em que a indústria aeronáutica vem de uma crise, quer dizer, vem enfrentando um processo

decrecente, mas que começa a esboçar agora uma pequena reação. Parece-me que a EMBRAER vai ser vendida justamente no seu pior momento e ao preço, aqui colocado, de 152 milhões por 64,5% do seu capital, quando qualquer levantamento do patrimônio da empresa – apesar de isso significar 510 milhões, tem mais 10% dos funcionários que dariam esse valor –, segundo estudos feitos por uma auditoria independente, detectaria mais de 1 bilhão de dólares.

Além disso, o Governo, para arrecadar essa parcela desse pequeno capital em moedas – que nós não sabemos o quanto poderão ser –, estará investindo, como já assumiu, 172 milhões de dólares através de uma das MP. Há outra MP para ser votada no Congresso Nacional no valor de 230 milhões, inclusive 125 milhões de dólares seriam parte da dívida externa se assumida com a empresa canadense IDC. Enfim, não me parece um bom negócio ou o melhor momento para se vender uma empresa estatal, se analisarmos sob o ângulo da questão dos negócios, inclusive porque todos esses levantamentos, auditorias e preço foram fechados em dezembro de 1992; nós estamos no final de 1994. Dois anos depois não foi feita nenhuma atualização no preço e nas condições.

Essas vendas previstas, cujos contratos já estão sendo fechados, não estão considerando o preço da empresa, pelo que nós sabemos. Nós estamos com uma revista que afirma que a TRANSBRASIL vai comprar três aviões BRASÍLIA da EMBRAER; aliás, a revista afirma que comprou. Possíveis vendas como essa que acabei de citar também não estão considerando o valor real. Estão considerando uma situação da empresa que não tem nem esses valores atualizados, que vivia uma situação anterior, de maior crise ainda para a empresa.

Quero começar a discussão, aproveitando o momento de venda, levantando a seguinte questão: Será que nós não estamos correndo o risco de realmente doar essa empresa através do processo de privatização?

Segunda questão: Parece-me que a Resolução nº 30 do Senado Federal, pelo menos, tem um grande mérito, pois está possibilitando este debate sobre a EMBRAER, que não haveria se não houvesse essa resolução.

Na verdade, o objetivo da resolução era provocar um debate; de outra maneira, a EMBRAER já estaria privatizada sem que qualquer discussão tivesse sido feita sobre a questão do preço, sobre as condições da empresa. Caso a resolução não seja derrubada ou transformada apenas numa aprovação pelo Senado, esperamos que ela possibilite – e aí vai uma sugestão ao Senador João Rocha – seja ouvida a comunidade de São José dos Campos, que, através de duzentas entidades que compõem um bloco mais amplo a nível nacional, realizou um estudo sobre as condições da EMBRAER e a sua viabilidade enquanto empresa estatal. Esse estudo foi feito por uma auditoria independente, dirigida pelo Amir Khair, ex-Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo, um projeto que mostra a viabilidade da empresa.

Nós gostaríamos, se houvesse tempo, caso seja mantido esse projeto, de propor que também fosse chamado esse setor para ser ouvido. A comunidade de São José dos Campos, inclusive prefeitura, sindicatos e outros, que têm um projeto de viabilidade, pudessem apresentar aos Srs. Senadores a sua visão do problema, de maneira que houvesse uma possibilidade de se confrontar mais diretamente as posições – coisa que já começamos a fazer naquele debate anterior, em que esteve aqui o Presidente do BNDES e o Dr. Amir Khair.

Gostaria de solicitar ao Ministro da Aeronáutica, que é o pai do Programa AMX, que nos colocasse como a Itália vê esse processo de privatização. Se foi feito algum contrato, algum acordo, que nesse processo de privatização garantissem à Itália que o acordo

fosse mantido; de que forma ele será mantido; que restrições haveriam a possíveis compradores estrangeiros em relação à EMBRAER, fruto desse Programa AMX que existe.

Temos que dizer que há um patrimônio muito importante na empresa, que é justamente a questão da pesquisa e desenvolvimento. O Engenheiro Ozires Silva disse que se acabar com a pesquisa e desenvolvimento, se a empresa virar uma linha de montagem, ela morre.

Mas uma das auditorias contratadas pelo BNDES para traçar o futuro da empresa colocou como proposta para a empresa que o número de técnicos em pesquisa e desenvolvimento, superior a 1.500 hoje, fosse reduzido nos próximos quatro anos a 122. Na verdade, seria transformar o setor de pesquisa e desenvolvimento num setor apenas de atualização de projetos, porque seria totalmente extinto dentro da empresa; não teria mais condições de pesquisa e desenvolvimento. Portanto, não nos parece, inclusive nos estudos do BNDES, que a intenção seja manter a empresa desenvolvendo pesquisa, tecnologia e outros produtos em futuro próximo. Parece-nos que com 122, o último produto a ser feito pela empresa é o próprio EMB-145. Por uma das auditorias do BNDES, a empresa vira linha de montagem em apenas quatro anos após a sua privatização.

Gostaríamos de saber se teremos garantias de que não ocorrerão demissões no setor de pesquisa e desenvolvimento. Ou se não há garantia nenhuma, vai depender do mercado. Ou se a pesquisa e desenvolvimento só vai ser mantida se o Governo investir alto, mesmo dizendo que não tem os recursos, para que a pesquisa e desenvolvimento seja feita. Porque é assim que ocorre em todos os outros países, seja empresa privada ou estatal: empresa de aeronáutica sempre recebe investimentos do governo.

Gostaria, para encerrar, de colocar uma questão que precisa ser resolvida neste País. Podemos jogar todo dinheiro que existe, toda a disponibilidade do Governo em comida que não vai acabar com o problema da fome. É necessário que se invista em ciência e tecnologia.

Corremos o risco, na EMBRAER, de justamente acabarmos com o pouco que temos de pesquisa e desenvolvimento neste País. Na verdade, o Brasil precisa de muito mais, precisa de mais empresas investindo; precisamos que o Governo invista mais nesse setor, invista mais em educação a fim de conseguir superar esse estágio de subdesenvolvimento em que estamos hoje. E nos parece que a privatização da EMBRAER caminha no sentido contrário. Não é possível compararmos a CELMA, que não produz tecnologia, que é uma empresa de manutenção de motores, com a EMBRAER, que tem todo um setor de desenvolvimento nessa área.

Dessa forma, corremos um sério risco de matar a empresa; à medida em que o preço da empresa for caindo, cada vez mais setores estarão interessados em adquiri-la; pagando esse preço baixo, talvez não terão qualquer responsabilidade em dar prosseguimento às atividades da empresa.

Em cima dessas questões, encerramos aqui nossa intervenção, solicitando, mais uma vez, que o próprio Senado possa fazer, no máximo, uma emenda que transforme e que o edital de licitação da EMBRAER seja discutido e aprovado pelo Senado, para que todos os detalhes possam realmente ser debatidos em profundidade.

A EMBRAER não é uma fábrica de parafusos, não é uma fábrica de um produto qualquer, que possa ser privatizada pelas mesmas regras com que, em geral, estão sendo privatizadas as empresas neste País. É necessário um estudo especial sobre a questão da EMBRAER; por isso a importância, que já está sendo demonstrada, da Resolução nº 30 do Senado.

Sr. Presidente, como se falou sobre o resultado da pesquisa,

o Sr. Edmilson Rogério de Oliveira, que é Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos da própria EMBRAER, informou-nos que a pesquisa feita pelo Sindicato tinha duas questões.

A primeira delas perguntava se a pessoa era a favor ou contra a privatização. O resultado da pesquisa foi: a favor da privatização, 20%; contra a privatização, 80%.

A segunda indagava se a pessoa era a favor de comprar ações ou voltar a produzir já. Nessa segunda questão, 9% manifestaram-se a favor de comprar ações e 91% manifestaram-se a favor de voltar a produzir já. Nessa pesquisa, votaram 1.800 funcionários da empresa.

Penso que, se há dúvida em relação à pesquisa, pode ser feito um plebiscito dentro da empresa, caso haja necessidade de afirmos a vontade dos trabalhadores. Poderá ser feita uma pesquisa em comum, empresa-sindicato. Nós, que somos de São José dos Campos, não temos qualquer dúvida de que, por estarmos sempre lá, conversando, os trabalhadores são contra a privatização, no geral, inclusive pelas discussões que foram feitas nesse último período em relação à questão da EMBRAER e pelo exemplo de outras privatizações já feitas neste País.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) - Com a palavra o Ministro Lélio Viana Lôbo.

O SR. LÉLIO VIANA LÔBO - Obrigado, nobre Deputado, por suas colocações. Vou abordar alguns aspectos e passarei a palavra ao Engenheiro Ozires Silva.

Em relação ao Programa AMX, efetivamente, houve contato com os italianos, que simplesmente disseram que o problema era nosso, até porque dentro da Itália o programa abrange empresas estatais e empresas privadas. Os italianos, ao longo do processo, fizeram várias modificações dentro das suas empresas, transformando, juntando empresas, separando empresas e, na realidade, é um problema do Governo italiano. E eles disseram que o problema era do Governo brasileiro. E o Governo brasileiro se sente completamente tranquilo, porque, exatamente por meio dos mecanismos que estariam sendo introduzidos, garante a manutenção do programa dentro do aspecto estratégico e do aspecto normal, industrial.

A dificuldade que o Governo brasileiro tem tido – e a temido até no relacionamento com os italianos – é explicar por que não consegue recursos para levar o programa na velocidade adequada, o que, obviamente, considerando que fazemos 30% do avião e os italianos fazem 70%, tem reflexos bastante severos sobre a própria indústria italiana. De modo que a dificuldade não tem sido só o ponto de vista da natureza da empresa; ela tem existido verdadeiramente, e tenho sido pressionado pelos italianos. Sobre esse aspecto, por sorte, eles também entraram em uma crise econômica, o que veio facilitar a nossa vida. Houve um momento em que eu me senti profundamente apertado pelos italianos porque nós estávamos com dificuldades em cumprir o nosso compromisso dentro do programa. Mas, sobre esse aspecto, não há absolutamente nenhum problema.

No que se refere ao problema de pesquisa e desenvolvimento na empresa, eu me permitiria fazer aqui uma pequena correção na afirmação do nobre Deputado em relação à CELMA. Permitam-me falar no singular, mas em outubro de 1981, quando estive na Itália, tomei a decisão de incluir a CELMA, que nem sabia o que a esperava, no programa AMX para fabricação de peças de motor. Realmente, até aquele instante, ela apenas fazia manutenção, embora já tivesse uma iniciativa bastante importante, na área de tecnologia, na produção de peças isoladas para o próprio trabalho de manutenção de motores. Nós investimos fortemente na CELMA, investimos em tecnologia, em preparação de pessoal e, hoje, ela tem um nível tecnológico bastante elevado. E mais: após

a privatização, ela desenvolveu um programa de entrada de acesso a tecnologias mais avançadas ainda, especializando-se, principalmente, em desenvolvimento de novas tecnologias e vendas de tecnologia avançada. E é nessa área que ela atua, hoje, mais ainda que no programa AMX, obtendo bastante sucesso.

Foi exatamente por esse nível de tecnologia que a CELMA foi convidada pela Rolls Royce para participar do programa do motor Trent. De maneira que tem, também, a outra parte, que é de manutenção e produção. Ela fabrica produtos de alta tecnologia devido a todo esse processo de indução que foi desenvolvido.

No que se refere à EMBRAER, segundo pesquisas realizadas, a empresa estaria fazendo montagem dentro de, aproximadamente, quatro anos. Entretanto, se analisássemos o desenvolvimento do EMBRAER-145, verificariamos que essa afirmação não é verdadeira. Apesar disso, a Empresa de Indústria Aeronáutica tem dois segmentos importantes na área de desenvolvimento de tecnologia. O primeiro é na área de atualização dos produtos. A EMBRAER acaba de atualizar o próprio Brasília, fazendo um Brasília alongado com características melhores, o que, obviamente, demandou todo um trabalho de pesquisa e desenvolvimento. Isso é algo permanente na indústria aeronáutica. Mas, além disso, V. Ex's lembram-se que, nas considerações que fiz, em algum ponto mencionei que a aeronave tem uma mortalidade de produção razoavelmente grande. A própria tecnologia aeronáutica no mundo, hoje, embora esteja num processo, que eu diria, até certo ponto, de compasso de espera, desenvolve um trabalho de renovação, de modernização das aeronaves, por questões econômicas, mas que, normalmente, existe no processo de desenvolvimento de novos produtos. É algo inherentemente à própria indústria, e não teríamos condições de mudar esse panorama. Temos a decisão de prosseguir com a indústria aeronáutica no País e para que isso seja possível é necessário estarmos sempre com a indústria caminhando para novos produtos. Para que isso seja possível, independentemente de a indústria ser privada ou estatal, é necessário que o Estado seja capaz de exercer a sua capacidade indutora através dos programas militares. Temos em nossos planejamentos de Força Aérea programas militares planejados. O que nos tem faltado é a capacidade financeira não só de prosseguir com aquilo que está sendo feito, mas de começar novos programas, sejam eles de renovação das aeronaves que precisamos modernizar – isso já está planejado, inclusive, com a participação da EMBRAER, embora as aeronaves sejam estrangeiras –, seja na formação de novos produtos. A dificuldade está na colocação de recursos para o desenvolvimento desses produtos. Se adicionalmente a esses trabalhos que serão da área militar, tivermos necessidade de investimentos na indústria – lembrando que os produtos de indústria da Aeronáutica são aqueles nos quais se investem normalmente quatro ou cinco anos – com investimentos próprios ou financiamentos e, só a partir daí, começarmos a receber recursos com produção em série com volumes mais significativos, estaremos criando um problema bastante sério para frente. O Estado, sem dúvida alguma, terá de continuar mantendo o apoio à indústria; do contrário esta morrerá, seja ela privada ou estatal.

Em relação à Resolução nº 30, vou apenas lembrar que do nosso ponto de vista não convém que seja mudada, simplesmente porque estamos – farei uma figura um pouco tétrica – com o doente na UTI e é preciso que tenhamos cuidado na aplicação do tratamento. Esse é um ponto importante que procurei frisar em várias oportunidades: as dificuldades que estamos enfrentando na empresa. Como o engenheiro Ozires explicou ainda há pouco na resposta ao nobre Senador Josaphat Marinho, até sabemos da existência ou da possível existência de soluções outras que não a privatização; mas não vemos, na conjuntura atual, dentro do quadro econômico e político que o País atravessa, condições de implementar qualquer

outra solução em tempo adequado. Os Srs. Parlamentares conhecem bem as dificuldades que temos enfrentado para levar adiante quaisquer providências que dependam do nível de Governo e, mais especificamente, do Congresso. Não que não haja boa vontade; até pelo contrário, existe uma boa vontade extremamente grande. No entanto, a conjuntura é adversa para a análise, para uma apreciação mais profunda de problema dessa natureza.

Estamos, além disso, entrando num momento em que, como o processo eleitoral está muito próximo, há pelo menos uma expectativa, para nós que estamos de fora, de que possa haver um agravamento nesse relacionamento, que sabemos terá que existir com o Congresso Nacional, com o Senado em particular.

Eu me permiti, talvez até fugindo daquilo que sou normalmente, fazer um comentário um pouco mais sério, porque realmente a preocupação é muito grande em relação aos próximos meses da empresa.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pedimos ao Senador Maurício Corrêa que assuma, por um lapso de tempo, a Presidência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) – Com a palavra o Dr. Ozires Silva.

O SR. OZIRES SILVA – O Deputado Ernesto Gradella fez considerações sobre o valor da empresa, as condições operacionais de mercado, indicando que não seria o melhor momento para vender a empresa. Concordamos integralmente. Realmente as condições do mercado não permitem o melhor preço para a empresa. E mesmo porque, com a campanha que o próprio Governo faz na direção da venda das estatais, é claro que haja uma percepção de que as estatais estejam à venda, e portanto o preço também, como num processo de realimentação, cai.

Mas, na realidade, em função das condições de vida da empresa, não vejo como podemos esperar por esse melhor momento. As condições operacionais atuais da empresa indicam que ela está próxima da extinção, e esse é um problema que nos preocupa muito.

Nesse sentido, como o Governo não tem condições de investir na companhia, não tem condições de assegurar o grau de comerciabilidade dos nossos produtos, os financiamentos hoje são muito difíceis.

Aliás, o nosso nobre Senador Ronan Tito, em uma emenda a um documento de regulamentação dos financiamentos de exportação do PROEX, aqui no Senado Federal, colocou uma restrição que o Governo Federal não poderia concentrar muito os financiamentos numa única empresa. Essa resolução do Senador, hoje, está nos dificultando obter financiamentos adicionais para os nossos aviões, porque é um bem de alto preço, os recursos que o Governo tem para financiamento de exportação são pequenos e, evidentemente, cada avião que entra no financiamento representa uma pancada grande em termos percentuais. Numas das emendas do Senador, S. Ex^a colocou que seria 15% o valor máximo; hoje estamos com um teto que não podemos obter o financiamento externo.

O SR. RONAN TITO – Se V. S^a e o Presidente me permitem, eu gostaria de apartear-lo.

O SR. OZIRES SILVA – Não é uma crítica. Por favor.

O SR. RONAN TITO – Quero esclarecer. Na verdade, o que ocorria, era que uma só empresa tomava 82% de todo o PROEX.

Para derrubada do Ministro Eliseu Resende, foi denunciado um caso de exportação de serviço do Peru. Mas era só para efeito da derrubada do Ministro Eliseu, porque na verdade isso, posteriormente, foi aprovado. Não era função do Senado Federal, mas do Executivo, determinar como deveria gerir o PROEX. O Presi-

dente Itamar Franco achou por bem enviar a questão ao Senado Federal para apreciação. Foi relator da matéria o Senador Esperidião Amin, que teve a habilidade de devolver para o Governo aquilo que era da responsabilidade do Executivo, com algumas recomendações; entre elas, a de minha autoria no sentido de que não deveria acumular uma empresa só. No entanto, eu gostaria de dizer a V. S^a que depois disso mais dois projetos dessa mesma empresa foram aprovados em detrimento de outras empresas. Eu me refiro à Odebrecht. Ela tinha 82% e depois disso mais dois financiamentos foram aprovados para a empresa sob o pretexto de que havia uma recomendação do Senado a respeito. Não se tratava de uma resolução, nem de uma portaria, nem de um decreto-legislativo. Tratava-se apenas de uma recomendação, porque foi devolvida ao Executivo, a quem de direito, e este é que deve gerir e gestionar esses recursos. Essa recomendação foi feita e é de minha autoria, mas não foi obedecida. Ela só é obedecida quando interessa ao gestor da economia.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) – Tem a palavra o Dr. Ozires Silva.

O SR. OZIRES SILVA – Agradeço ao nobre Senador pela sua colocação, mas fiz isso a título de provocação. Vou contar essa história lá no Ministério da Fazenda, porque isso é bastante importante. Estão usando esse tipo de argumento no Ministério da Fazenda para limitar os nossos tetos de exportação.

O SR. RONAN TITO – E V. S^a tem também a liberdade de requerer o meu testemunho no momento desejado para que eu possa ir lá esclarecer esse assunto. Devo também dizer que o Ministério da Fazenda é que tem desobedecido sistematicamente a essa recomendação. Depois disso, repito, a mesma empresa contratou dois financiamentos do PROEX, para serviço fora. Naquela época ela estava com 78% e hoje deve estar com 86% de todo o PROEX.

O SR. OZIRES SILVA – Lembro-me desse projeto. Ele passou por mim no Ministério de Infra-Estrutura, aquele de Chammovic, projeto de irrigação no Peru.

Nobre Deputado Ernesto Gradella, o momento realmente não é o melhor para se vender a empresa, mas não creio que ela possa esperar por um melhor momento. Os analistas internacionais indicam que pode haver uma reversão de mercado para 1995 e certamente para 1996, e a empresa estará produzindo em regime os 145, garantindo um faturamento, só com esse avião, da ordem de meio bilhão de dólares anuais, a partir de 1997. Mas ela não chegará lá se não forem tomadas medidas dramáticas. E ouvimos agora o nobre Senador Maurício Corrêa indicando que, na atual situação do Governo, ele não tem condições de capitalizar a empresa como ela necessita.

V. Ex^a coloca que, no preço de venda da companhia, não foram consideradas as vendas já feitas e as recentes, mas também não foram considerados os prejuízos. Quer dizer, evidentemente tem que ser feito um encontro de contas e, nesse caso, infelizmente, eu diria que perderíamos mais preço.

Tenho lutado muito para manter o preço da companhia o mais alto possível, pelas razões que V. Ex^a colocou. Mas da mesma maneira como não foram consideradas as novas vendas como um ponto de valorização da empresa, também não foram considerados os gigantescos prejuízos que a companhia auferiu nesse período.

O SR. ERNESTO GRADELLA – Mas, Engenheiro Ozires, os prejuízos estão sendo assumidos pelo Governo; agora, V. S^a não pensa que seria necessário, para se ter pelo menos um valor mais sério, uma atualização do mesmo? Continuar trabalhando com um valor relativo a dezembro de 1992 não lhe parece temerário em relação ao patrimônio público? Ou seja, não correremos o risco de que esse patrimônio esteja sendo entregue por um valor

muito menor, uma vez que o Governo está assumindo os prejuízos?

O SR. OZIRES SILVA – Nobre Deputado, eu não gostaria, sinceramente, de ir muito além do que estou falando em público. Se for feita uma nova auditoria, isso vai demorar um bocado de tempo, a companhia vai desaparecer nesse período e o valor final da mesma será menor. Isso porque o volume de prejuízos acumulados pela companhia é maior. Em outras palavras, a companhia está sendo vendida pelo valor auditado superior ao valor efetivo a que iremos chegar. Se fizermos esses cálculos agora certamente o valor será inferior, e aí V. Ex^a terá maior razão ainda para protestar.

Quanto à questão de se gastar mais tempo para se ouvir novamente a comunidade, entendo que ela tem participado, eu próprio, como V. Ex^a sabe, já fui várias vezes à Câmara dos Vereadores de São José, não tenho me furtado a todos os debates públicos a respeito do problema da EMBRAER, mas estou vendo, do ponto de vista interno, a companhia estar erodindo no dia-a-dia. E essa companhia representa muito para o País, como o Sr. Ministro colocou aqui, porque – aí eu concordo integralmente com V. Ex^a – se nós não tivermos um desenvolvimento tecnológico que garanta uma grande agregação de valores nos nossos produtos, que nós tenhamos capacidade de tirar a nossa matéria-prima do solo e transformar em produto acabado e competitivo, usando o cérebro de brasileiros, massa cinzenta de brasileiros, com auxílio externo dentro da globalização da economia, nós não liquidaremos o problema da fome.

De modo que essa companhia, como disse o Sr. Ministro, gerou 556 filhotes no País. Nós entramos no mundo na área da indústria aeronáutica. Vendemos 7,5 bilhões de dólares, podemos vender muito mais dando empregos a brasileiros que, por sua vez, acabam saindo da empresa e criando seus negócios próprios. A EMBRAER hoje é responsável pela formação de 25 mil, praticamente, empresários, que saíram da companhia treinados, com competência de gerar empregos e, hoje, estão trabalhando no Brasil inteiro. Acho que isso é um acervo extraordinário que não pode ser jogado fora. E justamente essa é a nossa luta, se nós não tivéssemos a convicção que o importante é um país chamado Brasil fabricar aviões, onde muita gente pode dizer: Poxa, mas é um país que tem 30 milhões de famintos, tem a seca do Nordeste e tem outros projetos mais importantes. Eu pergunto: Como nós vamos parar esses projetos importantes se iniciativas de agregação de valor na área da ciência, da tecnologia e da técnica de gerar emprego de alto nível não existirem no País?

O mundo de hoje não permite mais que subdesenvolvidos subsistam. Nós estamos vendo essas dramáticas tragédias da África e temos que continuar lutando para que o nosso País não caminhe naquela direção, que é um problema que nos afeta a todos como cidadãos.

No que se refere ao problema da pesquisa e desenvolvimento, onde V. Ex^a coloca que uma das empresas de consultoria teria dito que a equipe de projetos da companhia seria reduzida para 122, aí, eu fico até muito contente, porque a empresa de consultoria, como diz o próprio nome, é para ser consultada; aceita, se conveniente. Quer dizer, na realidade, elas não comandam o processo, e muitos aspectos das análises das companhias de consultoria, que foram submetidos à Comissão Diretora, não foram aceitos. E um deles é exatamente esse, mesmo porque essa companhia de consultoria não poderia legislar sobre a estratégia do novo acionista.

E volto a insistir, se há alguém interessado na EMBRAER hoje é pela força da sua marca, pela capacidade dela arrancar resultados, como ela tem feito ao longo do tempo. De modo que seria uma loucura interromper o processo de pesquisa e desenvolvi-

mento da companhia e eu, em particular, é bem verdade que sou extremamente suspeito, porque sou muito ligado à companhia, mas, se eu fosse tirar dinheiro do meu bolso para comprar a companhia, a força de trabalho que evidentemente faria questão de manter seria aquela que garante a pesquisa de desenvolvimento da companhia, porque é isso efetivamente que tem assegurado a diferença das companhias no mercado internacional e a capacidade delas terem ou não sucesso. E, evidentemente, a mão-de-obra de todo especializada que nós temos na EMBRAER, porque não adianta também ter uma força de trabalho de engenheiro se não tiver o operário que transforme aquilo em produto acabado.

Quer dizer, vejo hoje a EMBRAER razoavelmente enxugada. Pode ser que seja preciso se fazer um ajuste aqui, outro acolá, retirar alguns, trazer outros, isso faz parte da vida normal da companhia, mas não vejo nada de dramático em relação a essa companhia. E, apenas um minuto, não quero transformar isso em polêmica, minha última intervenção, no que se refere à informação do plebiscito que V. Ex^a recebeu, é incorreta. Solicito a V. Ex^a que peça o documento que o sindicato publicou, na última segunda-feira, e o leia para ver que não corresponde a essa informação que V. Ex^a recebeu, exceto no que se refere a números. Os números aí estão corretos, mas as perguntas estão incorretas. Peço a V. Ex^a o original do documento que li, distribuído pelo sindicato, não é isso que está em suas mãos. Não quero fazer polêmica é a minha última intervenção. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Como último inscrito o Senador Ronan Tito.

Em seguida, vamos encerrar.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, Dr. Ozires, ex-Ministro e amigo querido, também não sou daqueles que acha que as estatais são em si o paraíso da irresponsabilidade administrativa por serem estatais. No entanto, eu gostaria de cobrar aqui uma coisa de nós mesmos. O nosso heroísmo, às vezes, é imposto aos administradores das estatais, amarrando-as tanto que elas se tornaram inviáveis.

O administrador da iniciativa privada pode fazer isso, pode fazer aquilo, pode fazer aquilo outro, da estatal não pode. E a limitação de salários, por exemplo. Eu me lembro bem, lembro até anteriormente uma briga aqui porque a PETROBRAS teve que contratar, tivemos que colocar bandeira panamenha, no navio da PETROBRAS, para transportar o petróleo, porque a limitação que colocamos para o salário de qualquer estatal não nos permitiria contratar um comandante para aquele navio, porque, hoje, nesses navios são engenheiros que comandam computadores, eles são os comandantes desses navios; e, com os salários que pagávamos, não cobrávamos 10% do valor pago. Tivemos que colocar, no navio da PETROBRAS, a bandeira do Panamá, para que esse navio pudesse contratar um comandante. Fomos nós mesmos que criamos essa situação: isso não pode, isso não pode! Estamos proibindo tanto que cada um de nós, com nosso heroísmo, diz lá fora: criei tantas leis proibindo isso, proibindo aquilo, que inviabilize as nossas empresas estatais.

Mas deixando de lado essa questão do que foi inviabilizada, repito, pela legislação excessiva, que amarra, que tolhe as empresas, faria uma pergunta objetiva ao Dr. Ozires. Gostaria de saber de quanto precisaríamos para colocar no caixa da EMBRAER e torná-la viável; admitindo até que derrocássemos toda essa legislação e tornássemos a EMBRAER uma empresa gerenciável tal qual uma empresa privada, quanto de capital precisaríamos, nesse momento, para seguir a nossa empresa, e esperar que as reservas se transformem em pedidos, que os pedidos sejam transformados em encomendas, e que possamos continuar a produzir aviões.

Faço essa pergunta porque houve uma época aí em que nós

— o Presidente na época era o Presidente Sarney, se não me engano — estávamos privatizando uma empresa — e aqui no Brasil tudo viu questão de segurança nacional, questão estratégica — se não me engano, uma empresa que fabricava vagões, a MAFERSA. O presidente do Partido com todos os Deputados foram pedir ao Presidente José Sarney que não a privatizasse naquele momento, que esperasse porque, afinal de contas, aquela empresa era da maior importância para o Brasil. Mais tarde, o inexorável aconteceu, a empresa foi privatizada e teve um prejuízo no preço mínimo de 32 milhões de dólares. Até hoje não vi ninguém se oferecendo para pagar esse prejuízo.

Por outro lado, gostaria de saber se, nesta Casa, existe algum Parlamentar capaz de votar, neste instante, verbas para uma estatal, para capitalizar uma estatal, seja ela qual for, digamos em 500 milhões de dólares, e tirar isso, por exemplo, da saúde, porque o montante de dinheiro é um só, o bolo do Orçamento é um só. Os hospitalares particulares estão querendo fazer locute. Nós devemos reconhecer que eles têm alguma razão: o atraso é de quatro, cinco meses, para pagar médicos, enfermeiros, medicamentos. Quem votaria, aqui, recursos do Tesouro para capitalizar uma empresa?

V. Ex^a, talvez mais do que os outros aqui presentes, saiba o apreço que tenho pela EMBRAER. Tenho equipamentos da EMBRAER, já os tive no passado e tenho agora; já a visitei mais de uma vez, tenho um apreço tremendo. Agora, uma coisa que não entendo é o seguinte: deixando de ser estatal, ela deixa de ser brasileira. Isso eu não entendo. Sabem por que não entendo? Sr. Ministro, Sr. Presidente e Dr. Ozires, a USIMINAS, quando estava para ser privatizada, fui o único parlamentar do meu Estado que teve a coragem de dizer que tinha que ser privatizada. E foi privatizada. Os funcionários, os empregados exerceram seu direito e não se arrependem. Ao contrário, ganharam bastante dinheiro. Uns guardaram, outros venderam suas ações. E interessante: os dirigentes da empresa são os mesmos de antanho, só que agora a empresa funciona e antes não funcionava. Por quê? Por causa das amarras, por causa da capitalização que uma empresa particular passou a ter. Apresentou um lucro de US\$247 milhões — poderíamos dizer reais hoje — dos quais 53% vieram para o caixa da União para compor esse bolo do Orçamento, para pagar a Saúde, para fazer isso e aquilo, dinheiro que não vinha há muito tempo da USIMINAS como estatal. Por quê? A direção era incompetente e hoje passou a ser competente? A estrutura de gestão é que mudou e mudou inteiramente. A empresa ficou mais leve para ser tocada.

Acho que nossa discussão implica um debate filosófico mais profundo. O que, nesse momento, verdadeiramente é a função do Estado e o que não é? O que o Estado pode e deve fazer? Seria bom que o Estado pudesse fazer tudo, que tivéssemos aqui o Estado sonhado pelos filósofos, que tivéssemos um Estado que prosseguisse o cidadão, desde o dia em que ele nasce até o dia em que ele morre, de tudo que necessitasse. Pergunto: é possível, na atual situação? O que, verdadeiramente, nas atuais circunstâncias, dentro desse mercado onde já não existe mais a bipolaridade — isso já foi dito aqui, hoje é o mercado, e o mercado é cruel —, o que o Estado deve fazer? Acho que ele deve começar a elencar essas suas obrigações a partir de prioridades. O que é a prioridade número um? Saúde, educação! O Estado é absolutamente inadimplente com a saúde, com a educação, absolutamente inadimplente! Mas o Estado quer se tornar adimplente com a produção de aço, que é estratégico. É verdade, é estratégico! Mas a USIMINAS foi privatizada, a ACESITA foi privatizada, elas continuam brasileiras, continuam produzindo, continuam gerando, aliás agora gerando muito mais recursos do que antes.

Eu estive na Alemanha, há um ano, pois queria verificar, na parte da Alemanha Oriental, o que tinha acontecido in loco sobre a

junção das duas Alemanhas. Não sou um intelectual, não tenho sequer curso superior, por isso mesmo preciso ver a realidade para compreender o que se passou lá. E ouvi algumas frases dos alemães que talvez sirvam à nossa reflexão no momento. Uma delas é a seguinte: "O Governo alemão não quer ser dono de empresa, mas não abre mão de ser sócio de todas", na arrecadação. Quarenta e dois por cento do PIB de lá provém de imposto. O governo alemão não quer saber se a empresa dá lucro ou não, arrecada seus 42% da produção e os coloca no caixa do Governo para atender a suas necessidades. Outro slogan que vi lá: "Você tem um marco? O Governo da Alemanha tem uma empresa para lhe vender". Não pergunta se o marco é de origem japonesa, norte-americana ou alemã, mas não abre mão da fiscalização e da sua autonomia. Parece que confundimos um pouco a questão da força, da autonomia. Não sou neoliberal; luto por um Estado forte, soberano, que tenha independência inclusive para intervir em determinada empresa particular a qualquer momento.

Não estou pregando o *laissez-faire* e a diminuição do Estado. Neste momento, temos que questionar o que é prioritário e o que o Estado tem que assumir com os minguados recursos de que dispõe.

Sr. Ministro e Dr. Ozires, tentamos desesperadamente fazer algumas mudanças na Constituição inclusive na questão tributária. O Brasil está arrecadando 21% do PIB. Fui Presidente da CPI da Evasão Fiscal e posso dar um testemunho aos senhores: no ano passado, a Evasão Fiscal foi da ordem de oitenta bilhões de dólares! Isso não impressiona ninguém. Essa informação foi revelada sob juramento, com documentos, etc.

O atual sistema tributário é obsoleto, mas não podemos mexer nele. Sou autor do art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que criava a oportunidade de revisar a Constituição com um quorum de 50%. Por que elaborei esse artigo? Porque achei que a Constituição de 1988 era muito reativa, olhava para o passado; e uma Constituição tem que ser elaborada olhando para o futuro, precisa ser prospectiva. Com cinco anos de experiência, Portugal fez uma revisão com um sucesso extraordinário. A revisão tem por finalidade ver o que deu certo, o que deu errado para se poder fazer as devidas correções.

Tivemos grandes resistências e perdemos um tempo enorme. Resolvemos transformar o Congresso Nacional em delegacia de polícia para ele não cumprir o seu próprio dever e passamos a fazer coisas extraordinárias: julgar os nossos adversários. Nunca vi isso na minha vida. Julgamos. Nós nos demos o direito de julgar nossos adversários. Os relatores, de preferência, tinham sido promotores de justiça. Esses eram os prediletos para serem relatores. Nunca vi isso em nenhum Congresso do mundo, nem no macartismo nos Estados Unidos. Para quê? Para não cumprir a nossa obrigação constitucional que era a de rever a Constituição a fim de podermos voltar aos índices de arrecadação dos anos de 1970, quando chegamos a tributar 28% do PIB e hoje tributamos apenas 21%.

Naquela ocasião éramos irrigados por empréstimos externos quando a inflação do dólar estava em 6% e as taxas de juros em 4%. E o Ministro da época começou a captar muito dinheiro. Tudo isso favoreceu, mas, ninguém quer mudar.

Parece que há um pacto aberto entre os mais heróicos e os sonegadores deste País. O que queremos? Aumentar o número de contribuintes para que a incidência dos impostos não fique muito pesada sobre determinados setores.

Dr. Ozires, um absurdo que brada aos céus é a indústria nacional estatal ser obrigada a pagar impostos sobre o seu avião. No entanto, a qualquer momento, podemos importar da nossa concorrente nos Estados Unidos um avião sem nenhum tostão de impos-

to. Leis do Congresso Nacional! Mas isso não queremos rever e depois queremos "amarra".

Fiz a pergunta e irei repetir: Quanto precisaríamos agora para nos capitalizarmos? Todas as empresas do mundo têm seus momentos de pico de lucros ou de prejuízos. Quando têm momentos de prejuízos ou tomam empréstimos ou fazem uma capitalização via chamada de capital, etc. Hoje, quanto de dinheiro precisaríamos para não privatizarmos a empresa e podermos aguardar uma melhora do mercado? Objetivamente, essa é a pergunta que tenho a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) – Concedo a palavra ao Dr. Ozires Silva.

O SR. OZIRES SILVA – Meu querido Senador, amigo de muito tempo, temos idéias muito comuns, como V. Ex^a sabe. Realmente, esta é uma preocupação fundamental: de quanto a companhia precisa.

Evidentemente, a resposta não é tão direta, como gostaria, porque depende, efetivamente, de qual a estratégia que colocaríamos para a companhia.

Em uma estratégia de sobrevivência pura, em que a companhia ficasse apenas em um estado vegetativo, sobrevivendo nas condições atuais, mais ou menos como estamos vivendo, sem praticar os investimentos necessários; ou para fazer com que a companhia se modernize e faça um produto moderno, que seja competitivo e permita o retorno dos investimentos.

Vamos partir para a segunda hipótese, porque a primeira não tem absoluto sentido. Seria investir, por exemplo, na continuação do desenvolvimento do 145. A empresa colocou 90 milhões de dólares, conseguiu 140 milhões de dólares de risco de estrangeiros que estão participando do desenvolvimento e precisa de 80 milhões de dólares a mais. Quer dizer, esses 80 milhões de dólares é o dinheiro que o acionista precisa colocar, com recursos próprios ou obtendo empréstimos externos.

No caso da estatal, o empréstimo externo teria de passar por esta Casa; no caso do acionista privado, evidentemente, ele mobilizaria os recursos e conseguiria isso de alguma maneira; de modo que, seriam uns 80 milhões de dólares.

Em termos de capital de giro, para a companhia chegar, vamos dizer, a meados de 1995, quando os analistas dizem que o mercado estará razavelmente recuperado, é qualquer coisa em torno de 120 milhões de dólares, o que nos leva a 200 milhões de dólares; e mais um capital de giro da ordem de 40 ou 50 milhões de dólares, para comprar materiais necessários para fabricar os aviões que estamos vendendo, porque esse é um problema que a empresa está enfrentando hoje.

Este avião que vendemos agora vai ter de ser fabricado, e os insumos terão de ser comprados. Então, diria que, em uma aproximação muito rasa, quer dizer, sujeita a todo tipo de debate que possa ocorrer – porque isso vai ter de ser verificado em nível contábil, em função da estratégia que for estabelecida –, a companhia necessitaria de no mínimo, 220 a 250 milhões de dólares. É claro que não seria em uma tacada só, mas diluído ao longo do tempo, em função das necessidades da empresa. E é este o número que estamos colocando na mesa, para os potenciais acionistas privados.

No que se refere às estatais – e concordo com V. Ex^a – insisto muito em que o Governo mude, com a maior rapidez possível: deixe de ser Governo em relação às suas empresas e seja acionista; ao invés de fazer uma legislação em cima da empresa, faça uma resolução através da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Lembro, claramente, que a Lei das Sociedades Anônimas coloca, no capítulo dedicado à Assembléia Geral, que esta é soberana, quer dizer, estabelece uma ditadura para as suas empresas, e que o Governo tem de ser demo-

crático. É muito mais forte o Governo ser acionista da empresa do que ser Governo, porque este passa por inconsistências, por disputa em nível judicial.

Veja, por exemplo, V. Ex^a que o Governo Federal, no Executivo, no afã de controlar as suas empresas, rotulando-as de incontroláveis – o que não me parece ser exatamente correto –, conseguiu desta Casa, do Congresso Nacional, uma lei fixando os salários dos dirigentes das companhias estatais. Hoje, o salário publicado tem de ser 90% do salário dos Ministros, que é da ordem de 2.800 reais. Este é o salário pago aqui e na companhia chamada PETROBRÁS, que fatura quase 20 bilhões de dólares por ano, enquanto o homem da IBM – que não está faturando mais isso – ganha uma quantia que corresponde, aproximadamente, a 750 mil dólares por ano. Se fizermos a divisão por 12, vamos ter o salário do Presidente da IBM, que também é publicado, porque, nos Estados Unidos, a legislação privada exige a publicação do salário dos dirigentes.

Temos um caminho muito longo a percorrer se quisermos salvar esta nossa empresa da dificuldade em que se encontra. E volto a insistir no que coloquei no início: o único caminho que vejo para que essa empresa não feneça, para que não tenhamos a tristeza de vê-la desaparecer depois de tanto sucesso, cedendo lugar aos analistas coreanos, entregando nosso lugar no mercado internacional para eles que estão fazendo investimento inicial de US\$3,5 bilhões para chegar onde estamos daqui a 20 anos, no ano 2010. Por outro lado, numa colocação de V. Ex^a – eu diria que a empresa absolutamente não deixa de ser brasileira, é uma companhia nacional, vai continuar sendo, e uma companhia capaz, sem dúvida alguma –, quando coloca a questão do estado capaz, lembro-me que, uma ilha do pacífico funciona nessas condições ideais, e o Governo supre tudo. Então, não há tributo, o Governo paga toda a conta; na verdade, está exaurindo seus recursos naturais. Um dia, desaparecem os recursos naturais e o Estado desaparece. Temos, na realidade, que promover a atividade produtiva.

Agradecendo as colocações que V. Ex^a fez, gostaria de lembrar o que disse a ex-Primeira Ministra Margaret Thatcher, que iniciou essa grande revolução, pelo menos a nível externo, a privatização. Numa visita que fez ao Brasil, mencionaram-lhe a EMBRAER – e ela a conhece, porque foi exatamente no seu Governo que vencemos a British Aerospace e fornecemos o avião para a Real Força Aérea britânica – e perguntaram-lhe se a EMBRAER deveria ser privatizada. E Margaret Thatcher respondeu: "Sim, claro, porque o Governo não tem que fabricar avião". Então, o interlocutor disse: "Mas essa empresa é estratégica. O setor privado não vai querer fabricar aviões no Brasil, porque já são fabricados no exterior coisas desse tipo." E ela perguntou: "A comida no Brasil é estatizada?" Ele respondeu: "Claro que não." E ela falou: "Existe algo mais estratégico do que a comida?" Quer dizer, foi uma colocação absolutamente clara.

Também não sou neoliberal, penso que o Estado tem que participar através de regras, mas o Estado normativo, não o Estado produtivo, e o maior investimento que tem de fazer é no cidadão, construir cidadãos capazes. Se o Estado tiver êxito construindo cidadãos capazes, podemos ter até um governo ruim que o País será bom. Não o conseguiremos com o contrário: um país com excelente governo, mas uma má população. Mas, conseguimos um País com boa população tendo um mau governo e que continua sobrevivendo. Vejo que esta Companhia tem um grande futuro, é competente, vai saber buscar seus caminhos e mais uma questão: ela pode modificar seu estatuto e entrar em competição onde não pode hoje, porque tem limitações, que é o caso da USIMINAS, exemplificado por V. Ex^a. A USIMINAS, hoje, está até na área de informática, produzindo produtos de informática, o que não era permi-

tido.

Lembro-me que, no dia em que convidei, quando era Ministro, o Dr. Rinaldo para dirigir a USIMINAS e perguntei-lhe:

– O senhor é a favor ou contra a privatização? Eu tinha recebido informações de que ele era contra a privatização da USIMINAS. E ele me perguntou: 'Porque que V. Ex^a está perguntando?' Porque, se V.S^a for contra, não o designo.' Sou a favor.'

Falei: bom, então, temos um compromisso entre nós: V.S^a vai lutar pela privatização desta companhia e verá como ela vai melhorar.

Recebi uma carta do Dr. Rinaldo, recentemente, lembrando exatamente esse fato. Ele estava muito contente porque a companhia privatizada hoje é outra, livre das amarras que, o Governo Federal coloca nas suas próprias empresas.

Temos que salvar o patrimônio das companhias estatais, e muito tem que ser feito em termos de legislação, para que o Governo fique muito mais acionista e muito menos governo. E, se o Governo for muito mais acionista, efetivamente, teremos um novo panorama naquelas atividades em que a nação deseja que o Estado continue investindo, participando, como é o caso dos monopólios que estão na Constituição, questões dessa natureza. Existindo isso, essas companhias serão muito mais eficientes e darão muito melhor retorno.

Muito obrigado ao Senador pela sua intervenção.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O Senador Ronan Tito está satisfeito?

O SR. RONAN TITO – Estou muito satisfeito e gostei muito do conceito mais acionista e menos governo com as suas estatais. Acredito que talvez por aí possamos abrir a senda. O Senador Josaphat Marinho agora mesmo convidou-me, muito gentilmente, a pensar em algo para desamarra as nossas empresas estatais, pois estão todas amarradas. Se não cuidarmos disso urgentemente, vamos sufocar todas.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Tenho aquela tese de que não é preciso privatizar para que a empresa seja eficiente. O mal não é da empresa. É do Estado em determinadas circunstâncias.

O SR. RONAN TITO – Iniciei o meu discurso alegando isso também. O que é colocado muitas vezes sobre empresa estatal e privada é absolutamente falso. Está aí a Companhia Vale do Rio Doce para provar ao mundo todo que é absolutamente falso. Esse dilema não existe, foi criado por algumas pessoas. O problema é a dualidade de obrigações, em que a empresa particular tem uma série de vantagens e de liberdades que a estatal não tem.

Uma das maiores empresas de consultoria do mundo, a Solomon Brothers, há pouco tempo, ressaltou que a Companhia Vale do Rio Doce é uma das mais competentes companhias de mineração do mundo. É uma estatal. Para que não se pense que se trata de invenção de brasileiro, temos algumas estatais estrangeiras atuando aqui no Brasil.

O SR. OZIRES SILVA – A Rhodia, por exemplo.

O SR. RONAN TITO – A Rhodia, uma estatal francesa, da holding que está aqui no Brasil.

O SR. OZIRES SILVA – A Renault.

O SR. RONAN TITO – Sim, a Renault.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Sr. Presidente, dentro do que foi sugerido há pouco, o Engenheiro Ozires Silva mencionou que entregou ao Ministro da Aeronáutica um documento com 66 limitações que S. Ex^a entende estarem prejudicando a administração da EMBRAER como uma empresa estatal. Quem sabe possa

esse documento ser do conhecimento da Comissão de Assuntos Econômicos, porque ...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Acaba de chegar às nossas mãos neste momento. Solicito à Secretaria sejam tiradas cópias para distribuir a todos os Senadores aqui presentes.

O SR. EDUARDO SUPILCY – ...porque seria interessante para o conhecimento do objetivo aqui colocado. Quem sabe iremos desamarra as empresas estatais conhecendo estas amarras ali listadas.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – É um subsídio.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão final. Antes, porém, desejo agradecer, pois a Comissão obteve extraordinários esclarecimentos com essa exposição. Seria de muita valia para nós se pudéssemos ter informações desta natureza sobre cada empresa em processo de privatização.

O Ministro da Aeronáutica mencionou que há pressa, porque o paciente se encontra na UTI. Contudo, avalio que, talvez melhor do que simplesmente cancelar o art. 4º, já que iremos modificar a Resolução – está no plenário para ser modificada – seria alterá-la no sentido de poder o Senado e não o Congresso aprovar. Manter-se-ia o espírito do que se pretendeu fazer e o tempo requerido não seria tanto. Inclusive, uma vez encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos, o Presidente pode designar o Relator, que, em plenário mesmo, pode apresentar a proposta. Essa a sugestão que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Para as considerações finais, passamos a palavra ao Ministro Lélio Viana Lobo.

O SR. LÉLIO VIANA LÔBO – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Ministério da Aeronáutica externa uma vez mais a sua alegria, a sua satisfação em ter participado desta reunião. Mais do que prestar informações aos senhores, aprendemos muito, ouvimos comentários do mais alto nível de ensinamento, feitos pelos Srs. Senadores, estejam certos de que eles serão de grande valia para os nossos trabalhos daqui para frente.

Temos consciência de que estamos no caminho certo; temos consciência de que a indústria aeronáutica precisa e deve ser forte; temos consciência de que o caminho que estamos propondo no momento é compatível com a conjuntura em que vivemos. Estamos, hoje, há mais de quarenta anos, dentro de uma mesma linha de planejamento, de uma mesma linha de conduta, de uma mesma linha de condução do tema: indústria aeronáutica.

Já fizemos, ao longo do tempo, vários ajustamentos às condições conjunturais. Essa, no nosso entender, é mais uma adaptação que estamos fazendo, conscientes de que ela é essencial ao avanço que, sem dúvida, a indústria aeronáutica deverá obter, acompanhando a arrancada que o País já começou a dar.

Com essas palavras finais, deixamos o nosso agradecimento e, acima de tudo, a nossa confiança de que qualquer que seja a solução que os Srs. Senadores venham a adotar, que ela o seja até o próximo esforço concentrado porque precisamos disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Comissão agradece a presença do Ministro Lélio Viana Lôbo; do Dr. Ozires Silva, Presidente da EMBRAER; e também dos Srs. Senadores que arquiram e acompanharam esta reunião desde o seu início.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h11min.)

MESA	LIDERANÇA DO PMDB	Vice-Líder
Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB	Líder Mauro Benevides	Valmir Campelo
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI	Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaca Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor	LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar
2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS	LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas	LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão
1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT	Vice-Líder Jutahy Magalhães	Vice-Líder Áureo Mello
2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC	LIDERANÇA DO PFL	LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior
3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG	Líder Marco Maciel	LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira
4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC	Vice-Líderes Odacir Soares	Vice-Líderes Affonso Camargo Esperidião Amin Moisés Abrão
Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO	LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol	LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon	LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro	

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA _ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaca	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3143/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Surugay	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28

Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

PSDB

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Tecônico Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Affonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Cardi	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinlan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Surugay	AL-3180/85	José Fogaca	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda
Vago

MT-3029

Vago
Vago

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Cameiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Tecônico V. Filho	AL-4093/94

PTB

Márcio Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Affonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Cardi	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

PRN

Saldenha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

PDS

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

PP

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia			
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341			
Sala de reuniões: 3652			
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.			
Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa			

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaca	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Surugay	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinlan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB				PDC			
Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira PP	MA-4073/74
	PTB			Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
Affonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/39/40/61 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Máduce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
	PDT			Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40	COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI			
	PRN			(23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilcelo Filho			
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aurélio Melo	MS-4215/18 AM-3091/92	Titulares			
	PDC			Suplentes			
Maisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04	PMDB			
	PDS			Flaviano Melo Mauro Benevides Aluízio Bezerra Oncôfro Quinan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30			
	PP			Amir Lando Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Ronan Tito Juvêncio Dias Antônio Mariz Wilson Martins Vago			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90	RO-3110/11 BA-3161/62 RR-4052/53 MG-3039/40 PA-3050/53 PB-4345/46 MS-4345/46			
	PT/PSB			(19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidente: Hydekel Freitas			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25	Dario Pereira Henrique Almeida Elcio Alvares Bello Parga Hydekel Freitas			
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354/3341 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344				RN/3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83			
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE				Raimundo Lira João Rocha Carlos Patrocínio Guilherme Palmeira Vago			
				PB-3201/02 TO-4071/72 TO-4068/69 AL-3245/46			
Titulares				PFL			
				Dirceu Cameiro Teotônio V. Filho José Richa			
Suplentes				SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64			
				Beni Veras Jutahy Magalhães Vago			
PMDB				PSDB			
				Dirceu Cameiro Teotônio V. Filho José Richa			
				SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64			
PTB				PTB			
				Lourenberg N. R. Máduce Pinto			
				MT-3035/36 RR-4062/63			
				Affonso Camargo Vago			
PDT				PDT			
				Lavoisier Maia			
				RN-3239/40			
				Magno Bacelar			
				BA-3074/75			
PRN				PRN			
				Saldanha Derzi			
				MT-4215/18			
				Albano Franco			
				SE-4055/56			
PSDB				PDC			
				Gerson Camata			
				ES-3203/04			
				Moisés Abrão			
				TO-3136/37			
PDS				PDS			
				Lucídio Portella			
				PI-3055/56			
				Esperidião Amin			
				SC-4206/07			
PP				PP			
				João França			
				RR-3067/68			
				Meira Filho			
				DF-3221/22			
PDT				Secretário: Celso Parente _ Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286			
Daty Ribeiro							
				RJ-4230/31			
				Magno Bacelar			
				MA-3074/75			
PRN							
Albano Franco				SE-4055/56			
				Saldanha Derzi			
				MS-3255/4215			

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE				PTB			
(27 Titulares e 27 Suplentes) Presidente: Valmir Campelo Vice-Presidente: Juvêncio Dias				Valmir Campelo Jonas Pinheiro Louremberg N. R.	DF-3188/89 AP-3206/07 MT-3035/36	Luiz A. Oliveira Marluce Pinto Carlos De' Carli	PR-4058/59 RR-4062/63 AM-3079/80
Titulares		Suplentes		PDT			
PMDB							
João Calmon Flaviano Melo Mauro Benevides Wilson Martins Juvêncio Dias Mansueto de Lavor José Fogaça Pedro Simon Iram Saraiva	ES-3154/55 AC-3493/94 CE-3052/53 MS-3114/15 PA-3050/4393 PE-3182/83 RS-3077/78 RS-3230/31 GO-3134/35	Cid Sabóia de Carvalho Antônio Mariz Onofre Quinan Marcio Lacerda Ronaldo Aragão Amir Lando Ruy Bacelar Alfredo Campos Nelson Carneiro	CE-3058/59 PB-4345/46 GO-3148/49 RJ-3029/30 RO-4052/53 RO-3110/11 BA-3160/61 MG-3237/38 RJ-3209/10	Aureo Mello Ney Maranhão	AM-3091/92 PE-3101/02	Albano Franco Saldanha Derzí	SE-4055/56 MS-4215/18
PFL							
Josaphat Marinho Marco Maciel Álvaro Pacheco Raimundo Lira Bello Parga	BA-3173/74 PE-3197/98 PI-3085/86 PB-3201/02 MA-3069/72	Dario Pereira Odacir Soares Francisco Rollemburg Carlos Patrocínio Henrique Almeida	RN-3098/99 RO-3218/19 SE-3032/33 TO-4058/68 AP-3191/92	Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
PDS							
Almir Gabriel Eva Blay Teotônio V. Filho	PA-3145/46 SP-3119/20 AL-4093/94	Beni Veras Mário Covas José Richa	CE-3242/43 SP-3177/78 PR-3163/64	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
PP							
PSDB							
Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68	PT/PSB			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25	Secretária: Mônica Aguiar Inocente Ramais: 3496/3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121			

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 — 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS — 1989 5 volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 — Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex:
(061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Novas Publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra Elaborando a Constituição Nacional, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos juíricos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

Os pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e
321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 118 – abril/junho 1993

O Perfil Constitucional do Estado Contemporâneo: o Estado democrático de direito.

Inocêncio Mártires Coelho

As Limitações ao Exercício da Reforma Constitucional e a Dupla Revisão.

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

O Distrito Federal nas Constituições e na Revisão Constitucional de 1993

Gilberto Tristão

A Constituição de 1988 e os Municípios Brasileiros.

Dieter Brühl

A Justiça Militar Estadual.

Alvaro Lazzarini

A Declaração de Inconstitucionalidade sem a Pronúncia da Nulidade da Lei – Unvereinbarkeitserklärung – na Jurisprudência da Corte Constitucional Alemã.

Gilmar Ferreira Mendes

Da Responsabilidade do Estado por Atos de Juiz em Face da Constituição de 1988.

A.B. Cotrim Neto

Serviço Público – Função Pública – Tipicidade – Critérios Distintivos.

Hugo Gueiros Bernardes

Considerações Atuais sobre o Controle da Discretionalidade.

Luiz Antônio Soares Hentz

Sistema Brasileiro de Controle da Constitucionalidade.

Sara Maria Stroher Paes

O controle Interno de Legalidade pelos Proc. do Estado.

Cléia Cardoso

Controle Externo do Poder Judiciário.

José Eduardo Sabo Paes

Tutela Jurídica sobre as Reservas Extrativistas.

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felippe

Legislação Ambiental Brasileira – Evolução Histórica do Direito Ambiental.

Ann Helen Wainer

Princípios Gerais de Direito Ambiental Internacional e a Política Ambiental Brasileira.

Paulo Affonso Leme Machado

Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil.

José Flávio Sombra Saraiva

História das Idéias Penais na Alemanha do Pós-Guerra.

Winfried Hassemer

Aspectos do Discurso Jurídico-Penal (Material e Formal) e sua Illegitimidade.

Sérgio Luiz Souza Araújo

Proceso, Democracia y Humanización.

Juan Marcos Rivero Sánchez

O Combate à Corrupção e à Criminalidade no Brasil: Cruzadas e Reformas.

Geraldo Brindeiro

Liderança Parlamentar

Rosinethe Monteiro Soares

Considerações Acerca de um Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Rubem Nogueira

Entraves à Adoção do Parlamentarismo no Brasil.

Carlos Alberto Bittar Filho

Loúcura e Prodigalidade à Luz do Direito e da Psicanálise.

Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Omar Brina Corrêa Lima

Usucapião Urbano.

Rogério M. Leite Chaves

O Código do Consumidor e o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos Comerciais e Industriais.

Adriano Perácio de Paula

Dos Contratos de Seguro-Saúde no Brasil.

Maria Leonor Baptista Jourdan

A Nova Regulamentação das Arbitragens.

Otto Eduardo Vizeu Gil

Os Bancos Múltiplos e o Direito de Recesso.

Arnoldo Wald

O Dano Moral e os Direitos da Criança e do Adolescente.

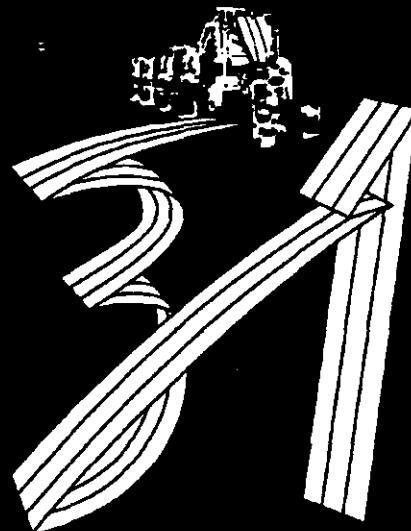
Roberto Senize Lisboa

A Aids Perante o Direito.

Licínio Barbosa

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT).

CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL



A N O S
1963 1994

IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS